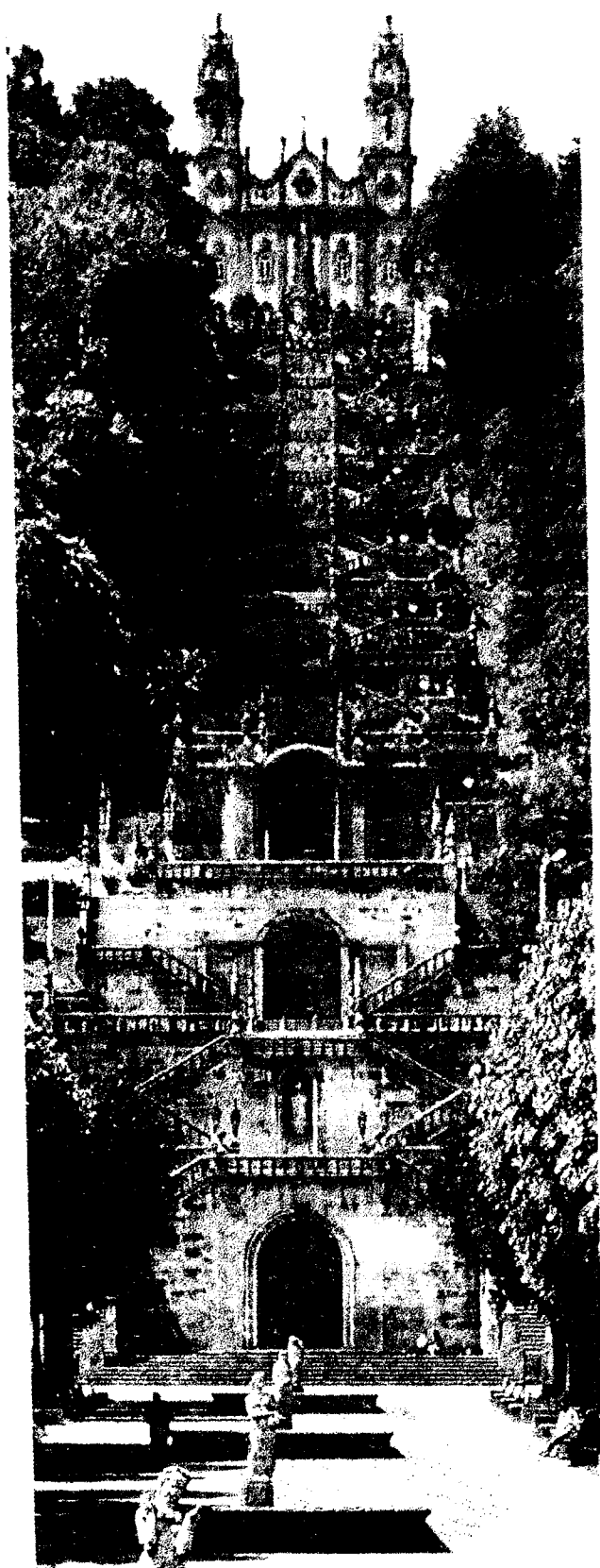




**O SANTUÁRIO
DE NOSSA
SENHORA
DOS REMÉDIOS
EM LAMEGO**

**CONTRIBUTO
PARA
O ESTUDO
DA SUA
CONSTRUÇÃO
1750 - 1905/69**

VOLUME I

Lucinda de Jesus Barros Pinto

O Santuário de Nossa Senhora dos Remédios em Lamego
Contributo para o estudo do sua construção 1750-1905/69

Volume I



UNIVERSIDADE DO PORTO
Faculdade de Letras
BIBLIOTECA

N.º 53439(1)

Ex. 2
Data 05 / 02 / 19 98

043M

P728A

v.1 lx.2

Dissertação de Mestrado em História da Arte

Orientador: Professor Doutor Joaquim Jaime B. Ferreira Alves

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

1997

PLANO DE TRABALHO

VOLUME I

Nota Prévia

Abreviaturas e Sinais

Introdução.....	1
Parte I	5
1.1 - O culto mariano em Portugal.	6
1.2 - Da origem dos santuários marianos à sua difusão após o Concílio deTrento.....	7
Parte II	12
2.1 - D. Manuel de Noronha e a génese da primeira capela de Nossa Senhora dos Remédios.	13
2.1.1 - D.Manuel de Noronha: o bispo e a obra.	13
2.1.2 - A primeira capela de Nossa Senhora dos Remédios.	18
2.2 - A Irmandade de Nossa Senhora dos Remédios.....	20
2.2.2 - Origem da Irmandade.....	20
2.2.2 - Características orgânicas da Irmandade.	20
2.2.3 - Reformas estatutárias nos séculos XVIII e XIX.....	24
2.2.3.1 - Reforma de 1779.	24
2.2.3.2 - Reforma de 1880.	25
2.2.3.3 - Reforma de 1888.	25
2.2.3.4 - Reforma de 1913.	28
2.2.3.5 - Reforma de 1965.	29
2.2.4 - Administração da Irmandade.	39
2.2.4.1 - Ano de 1779.	39
2.2.4.2 - Ano de 1880.	40
2.2.4.3 - Ano de 1888.	41

2.2.5 - As Mesas da Irmandade: constituição e atribuições.....	43
2.2.5.1 - Mesas de 1749 a 1776.....	44
2.2.5.2 - Mesas de 1776 a 1779.....	44
2.2.5.3 - Mesas de 1779 a 1880.....	45
2.2.5.4 - Mesas de 1880 a 1888.....	47
2.2.5.5 - Mesas de 1888 a 1913.....	50
2.2.6 - Funcionários da Irmandade.....	54
2.2.6.1 - Ano de 1779.....	54
2.2.6.2 - Ano de 1880.....	54
2.2.6.3 - Ano de 1888.....	54
2.2.7 - Fundos económicos da Irmandade e sua proveniência.....	56
2.2.8 - Regalias Papais e Régias.....	60
 Parte III.....	 62
3.1 - Da pequena capela seiscentista ao actual Santuário.....	63
3.2 - O papel do Cónego José Pinto Teixeira.....	65
3.3 - Do projecto às obras: sacração e conclusão da igreja.....	67
3.3.1 - Primeira fase (1750 a 1778): a construção da igreja.....	68
3.3.2 - Análise formal do exterior da igreja no século XVIII.....	72
3.3.3 - Análise formal do interior da igreja no século XVIII.....	74
3.4 - Organização do espaço interior da igreja.....	76
3.4.1 - O retábulo-mor.....	76
3.4.2 - Os retábulos laterais.....	79
3.4.3 - Os púlpitos.....	80
3.5 - Sobre o possível autor da planta da igreja.....	81
3.6 - Segunda fase (1778-1868): a construção do escadório.....	94
3.6.1 - Elementos componentes do escadório.....	102
3.6.1.1 - As Fontes.....	103
3.6.1.2 - O Pátio dos Reis.....	111
3.6.1.3 - A capela de Jesus, Maria, José.....	115
3.6.1.4 - A cruz monolítica.....	116

3.7 - Terceira fase (1868-1905): reconstrução e ampliação da igreja e espaço exterior.....	117
3.7.1 - Restauro e ampliação da igreja.....	118
3.7.1.1 - Reconstrução da sacristia velha.....	119
3.7.1.2 - A sacristia nova.....	120
3.7.1.3 - As torres que ladeiam o frontispício e a alteração do frontão.....	123
3.7.1.4 - Obras de embelezamento no interior da igreja.....	132
3.7.2 - Outras obras no santuário.....	136
3.8 - O Parque.....	138
3.9 - Quarta fase (1917-1969): conclusão do escadório.....	140
Conclusão.....	142
Fontes e Bibliografia.....	145
- Fontes manuscritas.....	145
- Bibliografia.....	149

VOLUME II

Nota

Apêndice Documental

Apêndice Fotográfico

NOTA PRÉVIA

Este projecto de investigação por nós realizado nunca se concretizaria sem o apoio dos profissionais experientes que nos ajudaram a percorrer os intrincados caminhos dos arquivos e fontes documentais, sem o conselho oportuno dos mais experientes com quem contactamos e conhecemos nesse percurso e sem as palavras de incentivo e de amizade de tantos outros, amigos e companheiros de trabalho. Queremos agradecer a todos.

Ao nosso orientador, Professor Doutor Joaquim Jaime B. Ferreira Alves, pelo apoio prestado e pelos valores de rigor e honestidade que nos incutiu desde a primeira hora, marcando todo o nosso trabalho de uma forma indelével.

Aos Professores Doutores Natália Marinho Ferreira Alves, Agostinho Araújo, António Cardoso, Carlos Alberto Ferreira de Almeida e Fausto Sanches Martins, que em todo o ano curricular nos enriqueceram com o seu saber e de quem colhemos frutuosa ensinamentos.

Às Instituições e pessoas contactadas, pelo seu apoio e total disponibilidade:

Dr. Fausto Montenegro, ilustre juiz da Irmandade de Nossa Senhora dos Remédios de Lamego, que desde a primeira hora colocou à nossa disposição todo o espólio arquivístico da mesma; à Câmara Municipal de Lamego, na pessoa do seu Presidente, Sr. Rui Valadares, e de todos os funcionários, que sempre nos receberam com total disponibilidade; à Directora do Arquivo Distrital de Viseu e demais colaboradores; à Biblioteca Pública Municipal de Viseu; à Biblioteca do Seminário Maior do Porto; à Biblioteca Pública Municipal do Porto, nomeadamente à secção dos documentos reservados, na pessoa da Dr^a Adelaide Meireles; ao Dr. António Francisco, ao Professor Orlando Lourenço, ao Dr. Manuel Duarte Ribeiro e à sua esposa pela preciosa ajuda e pelo carinho que sempre nos dedicaram; a todos os colegas de mestrado, especialmente à Ana Maria e Maria de Lourdes, companheiras mais próximas deste longo caminhar, carregado de bons e maus momentos e de muito trabalho; à Assunção, por tantos diálogos sobre arte e por tanta bibliografia disponibilizada e, sobretudo, pela amizade constante.

Um obrigado muito especial à D. Fátima Lima, que na Secretaria da Faculdade sempre nos apoiou com a sua competência profissional e a sua amizade, e ao Sr. José Carlos Silva, pela disponibilidade e dedicação com que ajudou a realizar este trabalho.

Aos meus filhos e neto, pelas longas ausências e pelos momentos de carinho e atenção roubados.

Ao meu marido, que desde o primeiro momento nos deu um apoio incondicional e entusiástico e cuja ajuda foi por demais preciosa.

ABREVIATURAS E SINAIS

Arquivos

A.D.B.	Arquivo distrital de Braga
A.D.V.	Arquivo Distrital de Viseu
A.H.C.M.L.	Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Lamego
A.H.P.	Arquivo Histórico Municipal do Porto (Casa do Infante)
A.I.N.S.R.L.	Arquivo da Irmandade de Nossa Senhora dos Remédios de Lamego
A.N.T.T.	Arquivo Nacional da Torre do Tombo
A.P.E.L.	Arquivo do Paço Episcopal de Lamego

Bibliotecas

B.N.	Biblioteca Nacional
B.P.M. P.	Biblioteca Pública Municipal do Porto
B.P.M.V.	Biblioteca Pública Municipal de Viseu
B.S.M.P.	Biblioteca do Seminário Maior do Porto

Outras abreviaturas e sinais

[...]	omissão de palavra ou palavras numa transcrição
(...)	omissão de palavra ou palavras ilegíveis no documento
(?)	palavra ilegível
(tp)	transcrição parcial
Ap. doc.	Apêndice documental
Atto.	atento
C.M.P	Câmara Municipal do Porto
C.N.L.	Cartório Natorial de Lamego
est, ests	estampa, estampas
fasc.	fascículo
Fig, figs	Figura, figuras
fl., fls.	fólio, fólhos
Fot.	Fotografia

Mto.	muito
ob. cit.	obra citada
p., pp.	página, páginas
Pl.	Plano
Plt	Planta
Prj.	Projecto
s/d	sem data
s/fl.(s)	sem folha(s)
s/l	sem local
séc.	século
sic.	conforme o registo
v.	verso
vol., vols.	volume, volumes

INTRODUÇÃO

Lamego, cujo património é da maior importância no panorama da arte portuguesa não teve, até hoje, estudos que dessem a conhecer a sua riqueza patrimonial. Sendo a nossa terra natal, logo nos propusemos escolher como alvo de investigação algo que nos permitisse, por um lado, cumprir os objectivos e finalidades de uma Dissertação de Mestrado em História da Arte e, por outro, aprofundar, ainda que especifica e parcialmente, o conhecimento do tão vasto património artístico e cultural da região.

Recaiu a nossa escolha sobre o Santuário de Nossa Senhora dos Remédios, tentando responder a questões como: quem mandou construir tal empreendimento; quanto terá custado; quem teria suportado os custos da sua construção e quem terão sido os arquitectos, escultores e outros artistas que ali trabalharam.

Para responder a estas e a muitas outras questões que, entretanto, se nos depararam, e após vários planos apresentados e discutidos com o responsável pela nossa orientação, definiu-se uma base estrutural para o trabalho agora apresentado. Havia necessidade de, por um lado, contextualizar cultural e mentalmente o culto mariano em Portugal (e concretamente em Lamego), de descobrir as suas origens e acompanhar a sua difusão pós tridentina e, por outro, destacar e compreender o papel dos bispos de Lamego na implantação desse culto.

Procurámos através do estudo Estatutos da Irmandade de Nossa Senhora dos Remédios conhecer a sua organização e o modo como contribuiu para o desenvolvimento e propagação do culto mariano em Lamego. Segundo a ideologia contrarreformista entendia-se que não bastavam Irmandades que se reunissem, nem bispos que fomentassem o culto da Senhora. Para alcançar os seus objectivos havia necessidade de concretizar obra que perpetuasse esse culto. Assim sendo, tornou-se imperioso seguir todas as etapas da construção do Santuário até à sua conclusão, que fez dele, a par do Santuário do Bom Jesus do Monte (Santuário Cristológico), um dos exemplares mais emblemáticos no contexto dos santuários em Portugal.

Metodologicamente, e para expormos a pesquisa por nós realizada, dividimos os trabalhos da construção desta obra (a que poderemos figurativamente chamar a “Santa Engrácia do Norte”, uma vez que, iniciada a construção do templo em 1750, as obras se arrastaram até 1969), em quatro momentos ou fases, a última das quais (1917-1969) foi objecto apenas de um apontamento final por se situar fora do espaço temporal que nos propusemos estudar.

Na 1ª fase, cujos parâmetros cronológicos situámos entre 1750-1778, desenvolvemos a polémica em torno do desconhecido ou desaparecido projecto para a construção do Santuário, embora haja sérias hipóteses de se poder vir a encontrar documentação no Arquivo Distrital de Viseu, quando este for devidamente organizado. Na ausência deste importante documento, socorremo-nos de descrições das Actas da Irmandade e de outras fontes documentais, assim como do estudo das formas que o projecto foi assumindo, para daí tirar algumas ilações. Apresentamos factos documentais sobre a construção e sagração do templo e fazemos uma análise formal do exterior do mesmo no século XVIII, com uma chamada de atenção para a inexistência de torres na frontaria e da sacristia nova. Do mesmo modo, procedemos a uma análise formal do interior, destacando a capela-mor como planta centralizada e o artifício de cortar os ângulos da nave que liga à capela-mor para, desse modo, quebrar a linearidade do espaço.

Na 2ª fase, que balizámos entre 1778 e 1868 (ano da sagração do templo e do incêndio que deflagrou na sacristia velha), as obras do Santuário foram, no essencial, a construção do escadório. Como se depreenderá da factologia apresentada neste capítulo, o escadório não parece ser uma obra singular, antes parece reunir uma série de elementos - fontes, pátios, praças, uma capela, a cruz e lanços de escada que no seu conjunto constituem o cenário onde a representação barroca estará sempre presente. Como referimos já, mesmo na ausência do projecto orientador e da identificação do seu autor, pareceu-nos facilmente identificável o modelo utilizado: o escadório do Bom Jesus do Monte em Braga, parecendo-nos tratar-se de uma boa réplica e não de um simples decalque. Nesta fase, o escadório ocupa o espaço que se estende do templo até à chamada Meia-Laranja e termina na "Fonte do Pelicano", cujo pátio seria rematado por um pórtico idêntico ao que se encontra no Santuário de Nossa Senhora da Peneda (Pórtico dos Profetas). Tal projecto referido em Livro de Actas da Irmandade não chegou a ser executado.

Numa terceira fase, que delimitámos entre 1868 e 1905, verificamos um conjunto de obras bastante significativas e que imprimiram ao Santuário a imagem mais aproximada da que hoje podemos visualizar. O sinistro que se abateu sobre a igreja não esmoreceu o ânimo dos Mesários que, de imediato, mandaram procederem a obras de restauro. As obras de restauro e ampliação da sacristia foram as seguintes: a reconstrução de sacristia velha (1869); a construção de sacristia nova, obra do mestre Domingues Barreira; a construção das torres laterais, cujo projecto é da autoria do arquitecto

António Matos Cid (1879) e o alteamento do frontão (1891). Na sequência destas obras a fisionomia da igreja alterou-se profundamente. Com mais de cem anos de atraso, o edifício completava-se dentro de uma estética barroca. Fruto de um século onde os eclectismos vigoravam, parece não se poder de todo afirmar que se trata de uma inovação neo-barroca ou, se pelo contrário, se poderá tratar do prolongamento de um gosto decididamente ultrapassado. Nesta 3ª fase ainda desenvolvemos outros aspectos que os mesários não descuraram, como seja o embelezamento do interior do templo ou a concretização do planeado parque, conferindo ao conjunto arquitectónico a sua integração na paisagem.

O projecto do nosso trabalho abrange o período de 1750-1905, mas entendemos que deveríamos fazer referência a uma 4ª fase porque serviu de epílogo dos 219 anos que se passaram desde que se lançou a 1ª pedra para a construção do Santuário. Em 1905, o inacabado pátio da Meia-Laranja tinha ruído e fizeram-se planos para resolver o problema da passagem da estrada. Em 1922, o projecto do arquitecto Francisco de Oliveira Ferreira (apresentado em apêndice fotográfico) seria o toque neoclássico que faltava a esta obra para se constituir como um exemplo interessantíssimo de eclectismo. Aquele acabou por não ser construído, antes se tendo optado por uma solução mais simples e decalcada do 1º escadório, a que se acrescentavam 2 fontes e um nicho que alberga a escultura de Nossa Senhora (esta da autoria do escultor Gustavo Bastos). Estas obras decorreram entre 1949 e 1969, efeméride que uma placa faz questão de recordar, assim como a participação do Estado nas mesmas.

Eis pois, em traços gerais, o empreendimento que nos propusemos levar a bom termo e no qual se pretendeu, fundamentalmente, contribuir para o estudo da evolução da construção do Santuário de Nossa Senhora dos Remédios de Lamego e do seu enquadramento cultural e artístico.

PARTE I

1.1 - O culto mariano em Portugal.

O culto à Virgem remonta ao tempo em que Portugal era ainda um Condado. No ano de 1109¹, já o Conde D. Henrique concedia benefícios à igreja de Santa Maria de Guimarães (hoje igreja de Nossa Senhora da Oliveira); venerada pelos primeiros reis portugueses, o seu culto foi absorvido lentamente pelo povo. Na Sé de Braga existia uma imagem de Nossa Senhora, mandada fazer por S. Pedro de Rates, que substituiu naquelas paragens o culto de Ísis pelo da Virgem². Plágio Amado e o cenobita Lourenço ergueram, em terras de Bouro uma ermida a Nossa Senhora da Abadia³. Afonso Henriques, comungando desta devoção, mandou construir o Mosteiro de Cárquere, em honra da Mãe de Deus, por lhe ter feito o milagre da cura das pernas que, à nascença, eram frágeis e doentias⁴. Pode-se, pois, afirmar que a Nacionalidade foi consolidada sob os auspícios e a protecção da Mãe Santíssima.

Na Idade Média, o culto mariano acompanhou sempre os grandes acontecimentos da nossa História. Lembremos, como exemplo, o Mosteiro da Santa Maria da Vitória. Na época dos descobrimentos, a devoção à Virgem acompanhou os marinheiros que, antes de partirem, oravam a Nossa Senhora do Restelo. Em Arzila, Afonso V transformou a mesquita na igreja de Nossa Senhora da Conceição⁵. Através da fé dos homens do mar, aparece a invocação da "*Estrela do Mar*", guia dos marinheiros nas quatro partes do mundo. Na Índia desenvolveu-se a invocação a Nossa Senhora dos Remédios⁶.

D. Leonor, ao fundar a Confraria da Misericórdia, em Lisboa, fê-lo sob a protecção da Mãe de Deus, sendo a sua bandeira símbolo desse culto. D. João IV abdicou da coroa real e ofereceu-a à Virgem, intitulado-a Rainha de Portugal, e D. João V, ao mandar construir o Convento de Mafra, fê-lo em dedicação a Nossa Senhora e Santo António.

¹ PIMENTEL, Alberto - *História do Culto de Nossa Senhora em Portugal*, Libanio e C.^a, Lisboa, 1900, p. 35.

² *Idem, ibidem*, p. 35.

³ *Idem, ibidem*, p. 35.

⁴ *Idem, ibidem*, p. 35.

⁵ *Idem, ibidem*, p. 36.

⁶ *Idem, ibidem*, p. 36.

Os congressos mariológicos nacionais e internacionais têm feito a análise do culto mariano através de estudos diacrónicos⁷, que têm sido reveladores da propagação da devoção popular em Portugal. Esse culto tem continuado nas últimas centúrias e têm-se alargado e enriquecido com novas formas e manifestações, mesmo em períodos de crise nacional, sem perder as suas características tradicionais.

Essa devoção desenvolveu-se acentuadamente nos séculos XIX e XX com a divulgação bibliográfica de aparições em França (a Santa Catarina Lobouré, Paris, 1830; aos meninos de La Sallete, em 1846, e a Santa Bernardette, em Lourdes, 1858)⁸. Entre nós, a devoção à Virgem aumentou com as aparições de Fátima, em 1917, as quais provocaram um grande impacto na religiosidade popular.

As invocações e títulos dados à Mãe de Deus tiveram sempre uma dimensão funcional como modelo paradigmático de todas as virtudes maternais a que o cristão recorre nos momentos cruciais da sua vida.

1.2 - Da origem dos santuários marianos à sua difusão após o Concílio de Trento

Os santuários foram sempre preferencialmente erguidos nos pontos mais elevados dos montes, imbuídos duma grande carga simbólica em que a montanha era vista como intermediária entre o Céu e a Terra. Assumem desse modo o simbolismo de ascensão, em que os obstáculos encontrados vão dificultando a subida, feita com esforço e sacrifício, concretizando desse modo o ritual da passagem do ser humano do mundo laico para o mundo sagrado⁹.

Os cristãos citam frequentemente a montanha como lugar sacralizado ligada ao culto¹⁰. Local místico escolhido pelo Senhor para se manifestar no acto da criação (no Monte Sião, segundo a tradição judaico-cristã; Salmo 87¹¹), para contactar com a humanidade (no Monte Sinai, dando a Moisés as Tábuas da Lei que continham as linhas

⁷ DIAS, J.A.Coelho - *De Cultu Mariano saeculis XIX-XX, Acta Congressus Mariologici - Mariani Internationalis*, in Sanctuario Mariano Kevelaer (Germania), anno 1987, Celebrati Roma, 1991, Vol. VI, p. 1.

⁸ *Idem*, p. 1

⁹ ELIADE, Mircea - *O Mito do eterno retorno*, Lisboa, Edições 70, 1968, p. 81.

¹⁰ ALMEIDA, Carlos Alberto de - *A Penha e a Senhora da Lapinha - Elementos para a compreensão da religiosidade popular*, in Actas do Simposio Mariológico - Santuário de Nossa Senhora da Penha, Braga, Universidade Católica Portuguesa. Irmandade de Nossa Senhora do Carmo da Penha, 1994, p. 94.

de conduta moral traçadas para o Seu povo; Êxodo, 19.20¹²), ou para resgatar a humanidade (no Monte Calvário, oferecendo, para tanto, a vida do Próprio Filho). Três momentos de suprema força religiosa vividos nas montanhas, sentidas como locais de ascese pelo cristianismo.

O primeiro santuário mariano teve a sua origem no Concílio Ecuménico realizado em Éfeso, no ano de 431, desenvolvendo o culto e proclamando Maria como *Theotokos* (Mãe de Deus ou Mãe de Jesus Cristo)¹³. As decisões deste Concílio dão origem à primeira Basílica dedicada à Virgem, a Basílica de Santa Maria Maior, passando a mariologia a estar ligada à cristologia, ambas materializadas no arco triunfal dessa Basílica onde, pela primeira vez na história da arte cristã, aparece um grande conjunto dedicado a Nossa Senhora.

A arte cristã sempre se caracterizou como uma arte simbólica¹⁴, e os santuários de peregrinação após o Concílio de Trento, aceitando como arquétipo o Templo de Jerusalém, passam a representar também a imagem e a antevisão da Jerusalém Celeste, onde Cristo é glorificado e o cristão, unido a Sua Mãe, com ela mais facilmente chega ao seu Filho.

O sacro-monte de Varese tornou-se o modelo dos santuários cristológicos e marianos de peregrinação. Formado por catorze capelas¹⁵ ao longo do caminho do peregrino, a ascensão é sentida como subida para o Calvário, com todo o seu dramatismo, acompanhado pela cenografia da paisagem circundante. As etapas ascensionais de descanso ou de crescente interesse pela peregrinação são materializadas por essas capelas.

Nos séculos XVII e XVIII as composições cenográficas italianas (Varese, Varallo ou Orta) foram vivamente aceites em Portugal¹⁶ através da difusão de santuários cristológicos e mariológicos, com destaque para o do Bom Jesus de Braga, reflexo mais aproximado do seu paradigma artístico-religioso (Varese, especialmente). Ocorre,

¹¹ MARTINS, Fausto Sanches - *Trono Eucarístico do Retábulo Barroco Português: Origem, Função, Forma e Simbolismo*, in "Actas do I Congresso Internacional do Barroco", Porto, Vol.II, 1991, p. 40.

¹² CHEVALIER, Jean e CHEERBRANT, Alan - *Dictionnaire des Symboles, Mythes, Rêves, Costumes, Gestes, Formes, Figures, Couleurs, Nombres*, Paris, Robert Laffont/Jupiter, 1982, pp. 645-649.

¹³ BRAGANÇA, Joaquim O. - *Sentido Cristão de Peregrinar*, in Actas do Simpósio Mariológico - Santuário de Nossa Senhora da Penha, Braga, Universidade Católica Portuguesa, Irmandade de Nossa Senhora do Carmo da Penha, 1994, p. 58.

¹⁴ *Idem*, p. 57.

¹⁵ BARATA, Mário - *Origem dos Santuários tipo "Bom Jesus do Monte em Braga"*, nos "Sacro-Montes" do Norte de Itália (Piamonte e Lombardia, dos Séculos XVI e XVII - Exemplo de Varese", in "Bracara Augusta", Braga, Câmara Municipal de Braga, Tomo 2, Vol. XXVII, fasc. 64 (76), 1973, p. 5.

depois, uma difusão deste tipo de santuários um pouco por todo o país, especialmente pelo Norte, e também pelo Brasil (Congonhas do Campo, Minas Gerais), difusão essa que se faz com algumas alterações na sua estrutura e nos seus componentes, conforme os interesses, as necessidades socioculturais e de adaptação à morfologia natural onde se implantavam¹⁷.

Observando o Quadro I podemos verificar a difusão e distribuição dos santuários marianos em Portugal. Obras quase sempre de raiz, foram construídos em locais geralmente já sacralizados por pequenas ermidas que eram demolidas para darem lugar a igrejas mais amplas e grandiosas, adaptadas à nova pedagogia tridentina e com nova linguagem arquitectónica¹⁸.

¹⁶ *Idem*, p. 4.

¹⁷ Erguidos em elevações no norte do país, os santuários no sul impõem-se à planície alterando a sua continuidade. São disso exemplo o Santuário de Nossa Senhora de Aires em Viana do Alentejo, de Nossa Senhora da Lapa em Vila Viçosa e de Nossa Senhora da Piedade em Elvas - PEREIRA, José Fernandes, in *Dicionário da Arte Barroca em Portugal*, Lisboa, Editorial Presença, 1989, pp. 348-349.

¹⁸ *Idem*, p. 348.

QUADRO I¹⁹

	SANTUÁRIOS MARIANOS EM PORTUGAL	LOCAL	FREGUESIA - DISTRITO OU DIOCESE
1	Nossa Senhora da Abadia	Bouro	Terras do Bourro - Minho
2	Nossa Senhora de Aires	Viana do Alentejo	Évora
3	Nossa Senhora da Alagoa	Santa Maria de Aboim	Fafe - Braga
4	Nossa Senhora de Alcolobre	Evendos, Mação	Portalegre (diocese)
5	Nossa Senhora da Alegria	Riodades	S. João da Pesqueira - Lamego
6	Nossa Senhora do Alívio	Vila Verde	Braga
7	Nossa Senhora do Amparo	Criáz - Apúlia	Esposende
8	Nossa Senhora Aparecida	Castro de Balugães	Barcelos - Braga
9	Nossa Senhora Aparecida	Calvão	Chaves - Vila Real
10	Nossa Senhora de Ara-Celi ou Aracele	Alcaria Ruiva	Mertola - Beja
11	Nossa Senhora de Arrabaça	Galveias Avis	Alentejo
12	Nossa Senhora da Atalaia	Montijo	Lisboa
13	Nossa Senhora de Azinhoso	Mogadouro	Bragança
14	Nossa Senhora de Balsemão	Chacim	Macedo de Cavaleiros - Bragança
15	Nossa Senhora da Boa Nova	Terena	Évora
16	Nossa Senhora do Bom Despacho	Busto-Cervães	Vila Verde - Braga
17	Nossa Senhora do Cabeço	Nogueira	Bragança
18	Nossa Senhora do Cabo	Cabo Espichel	Sesimbra - Setúbal
19	Nossa Senhora do Cardal	Cardal-Pombal	Leiria
20	Santa Maria de Carquere	Cárquere	Resende - Lamego
21	Nossa Senhora da Cerveira	Lobelhe do Mato	Mangualde - Viseu *
22	Nossa Senhora das Chãs	Valongo	Porto *
23	Nossa Senhora da Cola	Ourique	Beja
24	Nossa Senhora das Colmeias	Lugar de Goja	Vila Maior - Viseu
25	Nossa Senhora da Conceição	Monte da Virgem - Vila Nova Gaia	Porto
26	Nossa Senhora do Crastro	Deucriste	Viana do Castelo - Braga
27	Nossa Senhora de Decide		Viseu
28	Nossa Senhora de Encarnação	Leiria	Leiria
29	Nossa Senhora de Entre-Águas	Benavila	Aviz - Portalegre
30	Nossa Senhora das Ermidas	S. Paio	Coimbra
31	Nossa Senhora da Escusa	Santarém	Santarém
32	Nossa Senhora do Faro	Valença	Viana do Castelo
33	Nossa Senhora de Fátima	Vila Nova de Ourém	Leiria

¹⁹ REIS, Jacinto dos - *Invocações de Nossa Senhora em Portugal, d'Aquém e d'Além Mar e seu Padroado*, Lisboa, União Gráfica, 1967.

34	Nossa Senhora da Fé	Cantelães	Vieira do Minho - Braga
35	Nossa Senhora das Febres	Monte Crasto	Anadia - Aveiro
36	Nossa Senhora de Fetal	Pinheiro	Vieira do Minho
37	Nossa Senhora do Fetal	Reguengo	Batalha - Leiria
38	Nossa Senhora das Flores	Sejulf (Sesulfe)	Macedo de Cavaleiros
39	Nossa Senhora das Fontes	Santa Eufémia	Pinhel - Guarda
40	Nossa Senhora da Fontinha	Lumiar	Aveiro
41	Nossa Senhora da Franqueira	Pereira	Barcelos
42	Nossa Senhora do Guardão	Caramulo	Viseu
43	Nossa Senhora da Lagem	Fafel	Lamego
44	Nossa Senhora de Lamas	Lamas do Vouga	Aveiro
45	Nossa Senhora da Lapa	Quintela	Cernancelhe - Lamego
46	Nossa Senhora das Lapas	Casais Novos	Casais - Tomar - Lisboa
47	Nossa Senhora da Lumieira	Mataduços	Esgueira - Aveiro
48	N. Senhora dos Meninos /N.S. do Amparo	Freguesia da Sé	Lamego
49	Nossa Senhora da Moita	Gondelim	Penacova - Coimbra
50	Nossa Senhora da Orada	Melgaço	Braga
51	Nossa Senhora da Orada	Refojos de Basto	Cabeceiras de Basto - Braga
52	Nossa Senhora da Paz	Carvalha	Vila Cova A Coelheira - Vila Nova de Paiva
53	Nossa Senhora de ao Pé da Cruz	Moledo	Caminha - Viana do Castelo
54	Nossa Senhora de Pedra-Maria	Varizela	Felgueiras-Porto
55	Nossa Senhora da Peneda	Gavieira	Arcos de Valdevez - V. do Castelo
56	Nossa Senhora de Porto de Ave	Taíde	Póvoa de Lanhoso - Braga
57	Nossa Senhora da Póvoa	Vale do Lobo	Penamacor - Castelo Branco
58	Nossa Senhora do Prado	Fornos do Pinhal	Olalhas ou Olaias - Miranda
59	Nossa Senhora das Preces	Aldeia dos Dez	Oliveira do Hospital
60	Nossa Senhora dos Remédios	Freguesia da Sé	Lamego
61	N. Senhora do Ribeiro ou Ribeira de Frades	Parte Oriental	Viseu
62	Nossa Senhora do Rosário de Fátima	Fátima	Vila Nova de Ourém0
63	Nossa Senhora de La Salette	Monte dos Crastos	Oliveira de Azeméis-Aveiro
64	Nossa Senhora do Pranto ou do Salto	Freg. de N. S. Salto	Montalegre
65	Nossa Senhora do Sameiro	Monte do Sameiro	Braga
66	Nossa Senhora da Serra	Serra de Portel	Vila de Portel
67	Nossa Senhora da Terena	Lugar de Fornos	Freixo de Espada-à-Cinta
68	Nossa Senhora de Vagos	Vagos	Aveiro

* - parece que já não existem.

Parte II

2.1 - D. Manuel de Noronha e a génese da primeira capela de Nossa Senhora dos Remédios

2.1.1 - D. Manuel de Noronha: o bispo e a obra

D. Manuel de Noronha foi nomeado bispo de Lamego em 1551. Nascido no Funchal, por volta de 1502, era filho de Simão Gonçalo da Câmara, 3º capitão da ilha da Madeira²⁰, e de D. Joana de Castelo Branco²¹ e neto materno de D. Gonçalo de Castelo Branco, governador de Lisboa e senhor de Vila Nova de Portimão²². Encaminhado para a carreira eclesiástica aos 12 anos, ascendeu a cargos importantes por influência da nobre família a que pertencia e por ser apadrinhado pelo rei D. João III. Como clérigo, usufruiu de muitos benefícios eclesiásticos que vagavam e a que não foi alheia a sua origem nobre e o seu protector, o rei de Portugal. Cedo, ostentava já os títulos honoríficos de capelão de El-Rei e camarista do Papa Leão X²³. Foi para Roma muito jovem, sendo agraciado por Leão X com o título de representante da Santa Sé em Portugal (1513-1518)²⁴, além de outros benefícios e promoções concedidas pelo mesmo pontífice. Foi abade da igreja de Santa Eugénia, do termo de Barcelos, que depois uniu ao convento de Santo Elói, no Porto²⁵. Possuía também as rendas da igreja de Fânzeres, que mais tarde uniu ao colégio de S. Nicolau edificado junto da Sé de Lamego de que foi bispo confirmado por bula de Júlio III, em 22 de Abril de 1551.

Apesar das modestas condicionantes da diocese de Lamego, aí marcou presença como veículo da cultura renascentista do seu tempo, aplicando o louvor, virtudes e

²⁰ FRUTUOSO, Gaspar - *Saudade da Terra*, 2ª edição, s/l, 1926, cap. XXXIV, pp. 212 - 213.

²¹ AZEVEDO, D. Joaquim - *História Eclesiástica da cidade e Bispado de Lamego*, Porto, Typografia do Jornal do Porto, 1877, p. 75. Afirma que D. Joana também era conhecida como D. Joana Valente.

²² FRUTUOSO, Gaspar - ob. cit. p. 236; AZEVEDO, D. Joaquim - ob. cit. p. 25; COSTA, Dr. Manuel Gonçalves da - *História do Bispado e cidade de Lamego*, Braga, Oficinas Gráficas de Barbosa & Xavier, Vol. III, 1982, p. 30.

²³ COSTA, Manuel Gonçalves da - ob. cit. p. 31; *Corpo Diplomático*, XI, pp. 103-104, 133-134. *Idem*, I, pp. 388-389. *Idem*, II, p. 3. D. Manuel de Noronha foi agraciado em 1518 com o título de camareiro-mor do Papa e núncio apostólico em Portugal. VITERBO, Joaquim de Santa Rosa - *Provas e Apontamentos da História de Portugal*, s/l, Tomo I, s/d, fl. 21. O autor, a fls. 21-21v., afirma que antes de ser camarista do Papa já era abade da igreja de Santa Eugénia, do termo de Barcelos, que uniu depois ao convento de Santo Elói, no Porto.

²⁴ VITERBO, Joaquim de Santa Rosa - ob. cit. fl. 21; CASTRO, Padre José - *Portugal em Roma*, Lisboa, União Gráfica, 1939, vol. II, p. 349; AZEVEDO, D. Joaquim - ob. cit. p. 75. O autor afirma que «foi núncio estimado e válido por sua nobreza, virtudes e prendas. Assim consta de um breve passado Ruy Fernandes de Andrade para obter juntamente muitos benefícios cujo o privilégio teve o mesmo D. Manoel de Noronha, ainda depois de bispo».

²⁵ VITERBO, Joaquim de Santa Rosa - ob. cit. fls. 21-21v.

bens em três vertentes: organização administrativo-eclesiástica da diocese; arquitectura religiosa; beneficência junto das camadas mais carenciadas da cidade e região.

Na organização eclesiástica, convocou dois sínodos: o primeiro, em 1561²⁶, criando novas instituições, e o segundo, realizado na Casa do Cabido, em 1565, para aceitação dos cânones tridentinos²⁷. Este segundo sínodo foi de grande importância para a diocese porque dele saiu a nomeação de cônegos doutorais e magistrais, que o bispo instituiu em 1566, para leccionarem o curso de Teologia e Cânones, de nível universitário, e também um leitor de Teologia na Sé. Ficou ainda decidido nesse sínodo a fundação do Colégio de S. Nicolau, destinado ao curso secundário dos clérigos²⁸, e que funcionou durante muito tempo como seminário destinado a desenvolver a cultura do clero, segundo o que as directrizes tridentinas impunham. Admitia oito clérigos internos, para estudarem Moral e melhor exercerem a sua acção junto dos fiéis. O seu suporte económico estava a cargo do bispo, que nele empregava as rendas da sua igreja de Fânzeres e, também, por testamento que deixou, os da compra de bens da raiz para suportar os gastos dos capelães²⁹. Esse dinheiro ficaria guardado em caixas fechadas a três chaves, as quais eram guardadas, respectivamente, pelo deão, pelo provisor e pelo mestre do colégio, ou, na falta deste, pelo capelão mais velho. No colégio de S. Nicolau leccionavam-se, além de Moral, as cadeiras de Latim e Filosofia.

Grande benemérito, D. Manuel de Noronha mostrou-se sempre atento ao mais necessitados e, em 1557, confiou à Santa Casa da Misericórdia de Lamego um fundo destinado a dotes anuais que contemplavam quatro meninas, preferencialmente órfãs e

²⁶ Publicadas nas vésperas da promulgação do concílio Trento, essas instituições são de grande interesse, porque revelam as normas, costumes e tradições administrativas pré-tridentinas. COSTA, Manuel Gonçalves da, - *Seminário de Lamego*, Braga, Oficinas Gráficas de Barbosa & Xavier, 1990, p. 1.

²⁷ COSTA, Manuel Gonçalves da, - ob. cit. p. 35. VITERBO, Joaquim de Santa Rosa - ob. cit., fls. 21-21v. Nesse sínodo «*determinou se desse o primeiro cononicato, que vagasse, a quem lesse a Sagrada Escritura na forma de sessão 5.^a, cap. 2.^o da Reformação. D'isto se fez escriptura a dezoito de Setembro de 1566, pelo notário Martim Durão*»; AZEVEDO, D. Joaquim de, - ob. cit. p. 76.

²⁸ Os 8 colegiais tinham de ser clérigos seculares da diocese. Não podiam ter deformidades físicas, deviam possuir bons costumes, saber ler cantochão e gramática. Residiam em regime de internato no colégio. COSTA, Manuel Gonçalves da, - ob. cit. p. 3.

²⁹ COSTA, Manuel Gonçalves da, - ob. cit., Vol. III, p. 34. No mesmo testamento, realizado por António Dias, capelão do bispo, em 8 de Maio de 1567, legou 7200 réis aos capitulares para celebração de actos religiosos em sufrágio de sua alma. Legava também à Sé de Lamego todas as suas pratas, retábulos, frontais e tapeçarias. Ao falecer, em 3 de Agosto de 1569, deixou todas as doações registadas em escriptura.

de condição humilde. O rendimento desses dotes somava 64.000 réis de «*juro real comprado por D. Manoel no almoxarifado*»³⁰. Esse fundo tinha carácter perpétuo, tendo o bispo tido todo o cuidado para que o Provedor e Irmãos da Misericórdia assinassem o compromisso. Como titular da diocese, deu sempre protecção moral e material aos mais necessitados, não esquecendo em testamento os pobres da cidade, que foram favorecidos com a distribuição de rendas próprias de benefícios de sua pertença, como os da já citada igreja de Fânzeres³¹. A arquitectura religiosa mereceu também as atenções e cuidados de D. Manuel de Noronha que, à custa das rendas da Mitra, mandou construir as capelas de Santo António, de São João e de São Nicolau³² nos claustros da Sé em Lamego; é-lhe também atribuída a construção de um lanço na torre românica com ventanas para a colocação dos sinos³³. Em frente ao paço, no Rossio, mandou construir um chafariz em mármore de Estremoz «*coisa maravilhosa para o tempo*»³⁴, com duas taças e quatro bicas, sendo hoje peça de museu da cidade. A capela de São Nicolau funcionou como uma verdadeira colegiada, pelos vultosos rendimentos de que foi dotada e porque nela rezavam officios os oito colegiais que, por esse motivo, não pagavam qualquer propina. O bispo dotou-a com juro real de 3000 cruzados, provenientes dos rendimentos das suas quintas de Pedriça e do Bairro, sitas em Escalhão e S. Martinho de Mouros (diocese de Lamego), de alguns prazos no lugar de Ourozinho, Penedono, e, ainda, com rendas da Igreja de Fânzeres. Um pouco antes de falecer fez também a essa capela «*doação e real entrega*» de 6000 cruzados em dinheiro, para compra de bens de raiz³⁵, os que deviam render anualmente 2500 cruzados e se destinavam a satisfazer da referida capela.

A D. Manuel de Noronha se deve também: a construção da capela do Espírito Santo, junto ao rio que atravessa a cidade; a construção da capela de Nossa Senhora da Esperança³⁶, no cimo da Rua da Seara, no sopé de Monsanto, que cruza com a rua do

³⁰ *Idem, ibidem*, p. 34.

³¹ VITERBO, Joaquim de Santa Rosa - ob. cit. fls. 21 -21v.

³² AZEVEDO, D. Joaquim de - ob. cit. p. 75.

³³ COSTA, Manuel Gonçalves da - ob. cit. p. 39.

³⁴ VITERBO, Joaquim de Santa Rosa - ob. cit. fl. 21.

³⁵ MARRANA, José António - *História do culto de Nossa Senhora dos Remédios em Lamego*, Porto, Oficinas Gráficas da Casa Nun' Alvares, 1965, p. 22.

³⁶ AZEVEDO, D. Joaquim de, ob. cit. p. 76. refere que «*Era voz commum ser obra do bispo D. Manoel de Noronha a capella da Senhora da Esperança, mas é certo ser edificio mais moderno que erigiu a Senhora um devoto clérigo, como consta do assento de um livro de baptismos da igreja de Almacave, feito pelo vigário Francisco da Costa por estas palavras «Aos dezoito dias do mez de maio de 1587*

Cerdeiral; e a reedificação da capela de Nossa Senhora dos Meninos, no bairro da Ponte, junto ao rio Balsemão, onde colocou uma imagem com o mesmo nome, transferida de um altar lateral da Sé, cujo lugar foi ocupado pela imagem de Nossa Senhora do Rosário, que o insigne bispo mandara vir de Roma, juntamente com a de Nossa Senhora dos Remédios³⁷, colocada posteriormente no altar-mor da capela do actual Santuário.

D. Manuel de Noronha foi, assim, «o grande construtor lamecense do séc. XVI. O que D. Diogo de Sousa foi para Braga foi-o, para Lamego, este bispo»³⁸. Faleceu em 23 de Setembro de 1569, sendo sepultado na capela de S. Nicolau e, na pedra tumular lê-se a inscrição «Aqui jaz D. Manoel de Noronha, bispo que foi de Lamego, filho de Simão Gonçalves da Cámara, capitão da Ilha da Madeira, e de D. Joanna Valente, sua mulher. Falleceu a 23 de Setembro de 1569». No muro em frente a essa capela, sobre pedra de mármore, pode ler-se «D. Manoel de Noronha Bispo de Lamego no espiritual e temporal; restaurou esta Sé de obras, ornamentos e pratas, e fez esta capela para sua sepultura; dotou-a para que n'ella haja capellães, e Mestre que leia casos de consciência para cura das Igrejas e salvação das almas. Anno de 1569»³⁹.

levaram a imagem de Nossa Senhora da Esperança em procissão à ermida das Perdeiras, arriba da Seara, a qual ermida mandou fazer o Padre Francisco Gonçalves por sua devoção, o qual disse missa cantada na dita ermida, a onde concorreu a maior parte da cidade».

³⁷ MARRANA, José António - ob. cit. p. 22.

³⁸ CORREIA, Virgílio - *Artistas de Lamego*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1923, p. XIV.

D. Diogo de Sousa foi Arcebispo de Braga no séc. XVI. Senhor de grande poder e, segundo Padre Avelino de Jesus Costa era «um potentado político constituindo os seus territórios (...) um pequeno estado dentro da Nação». D. Diogo afirmara ao rei D. João III sobre Braga «eu achei esta de barro e sem templos, nem gente nem edificios e agora a tenho feita assim de edificios públicos como privados com acrescentamento de muito povo e número de mercadores e trato de oficiais das melhores cousas do reino». ROCHA, Manuel Joaquim Moreira da - *Manuel Fernandes da Silva, Mestre e Arquitecto de Braga, 1693-1715*, Dissertação de Mestrado, Universidade do Porto, 1995, p. 13; CUNHA, D. Rodrigo - *História Eclesiástica dos Arcebispos de Braga*, Reprodução Fac similada, vol. II, Braga, 1989, p. 9; COSTA, Avelino de Jesus - D. Diogo de Sousa Novo Fundador da cidade de Braga, sep. de O Distrito de Braga, nº 1(3/4), Braga, 1962, p. 16.

³⁹ AZEVEDO, D. Joaquim de, - ob. cit. p. 76.

QUADRO II

D. MANUEL DE NORONHA			
DATAS	BREVES PAPAIS	TÍTULOS E BENEFÍCIOS OBTIDOS	
1514, Dezembro, 11	Cum Studio	Capelão Honorífico de D. João III. Camarista de Sua Santidade.	COSTA, Manuel Gonçalves da - ob. cit. pp. 30-32; <i>Corpo Diplomático XI</i> , pp. 103-104, 121, 133-134; AZEVEDO, D. Joaquim de - ob. cit. p. 75; CASTRO, Padre José - ob. cit. p. 349.
1515, Fevereiro, 13	Cum Studio	Comenda de Santa Maria de Leça. Comenda da Ordem de Malta e a perceptória da mesma.	COSTA, Manuel Gonçalves da - ob. cit. pp. 30-32; <i>Corpo Diplomático XI</i> , pp. 103-104, 121, 133-134.
1516, Setembro, 20	Licet Dudum	Doação de quaisquer benefícios que vagassem até ao valor de 500 cruzados e a posse das igrejas de Santa Maria de Leça e Oliveira do Hospital.	COSTA, Manuel Gonçalves da - ob. cit. p. 31; <i>Corpo Diplomático</i> , XI, pp. 103-104; 121, 133-134; <i>idem</i> vol. I pp. 388-389; <i>idem</i> vol. II, p. 3.
1518, Março, 19	Nuper Monasterium	Leão X promete a D. Manuel de Noronha o primeiro mosteiro que vagasse; Camareiro-Mor de Sua Santidade e Núncio Apostólico da Santa Sé em Portugal.	COSTA, Manuel Gonçalves da - ob. cit. p. 31; <i>Corpo Diplomático XI</i> , p. 121. COSTA, Manuel Gonçalves da - ob. cit. p. 31; AZEVEDO, D. Joaquim de - Provas, pp. 19, 21, 75. CASTRO, Padre José - ob. cit., p. 349.
1533, Janeiro, 31	Bula Papa	Clemente VII nomeia-o Bispo de S. Miguel, cuja igreja passara a catedral (não chegou a tomar posse)	COSTA, Manuel Gonçalves da - ob. cit. p. 31; <i>Corpo Diplomático XI</i> , p. 332.
1551, Abril, 22	Bula Papal		COSTA, Manuel Gonçalves da - ob. cit. p. 31; <i>Corpo Diplomático VII</i> , p. 29.

2.1.2 - A primeira capela de Nossa Senhora dos Remédios

D. Manuel de Noronha, imbuído das novas directrizes saídas do Concílio de Trento e «*afeiçoado grandemente à soberana Mai de Deus desejando que a sua cidade e Diocese fosse cingida por toda a parte de seus sanctuários*»⁴⁰, além das construções já citadas, mandou edificar nos arredores da cidade uma capela em honra de Nossa Senhora dos Remédios, concretamente no Monte de Santo Estêvão, abaixo do local onde outrora existira uma ermida mandada construir por D. Durão em honra do referido santo⁴¹.

Iniciou-se a construção da capela em 6 de Novembro de 1564⁴² no local onde hoje é o Pátio dos Reis: *“Situada no alto de um monte povoado de castanheiros, em um largo pátio de pedra lavrada com assentos e guardas da mesma pedra coberto de duas grandes colunas lavradas. Tem porta para o nascente, e duas frestas das bandas com grades de ferro, e no cruzeiro grades de pau preto bronzeadas, tem o altar-mor de retábulo e tribuna dourada com a imagem da Senhora de vulto estofada, e tem dois altares no cruzeiro também de retábulo dourado; o da parte de Evangelho de S. Joaquim, e o da parte da Epístola de Santa Ana; é a imagem desta Senhora muito milagrosa, e tem confraria e é assistida de grande concurso por muita devoção, que todos lhe têm, é a capela azulejada e guarneçada de quadros e tem bons, e preciosos ornamentos, e tem para sul uma porta travessa e dela se vai em direitura com pouca distância a uma fonte, que tem um largo circuito de pedra de cantaria com assentos de espaldas na mesma”*⁴³.

A Invocação de Nossa Senhora dos Remédios divulgou-se muito após o período tridentino, havendo diversas interpretações sobre essa invocação: «*porque dá remé-*

⁴⁰ VITERBO, Joaquim de Santa Rosa - ob. cit. p. 21v.

⁴¹ AZEVEDO, Joaquim de - ob. cit. p. 75.

⁴² MARRANA, José António, - ob. cit.; p. 22; SANTA MARIA, Frei Agostinho de - *Santuários Marianos*, Tomo III, p. 227; A.N.T.T. - *Memórias Paroquiais (Dicionário Geográfico)*, vol. XIX, fl. 294.

⁴³ DIAS, Augusto - *Lamego do séc. XVIII*, Porto, Edições «Beira Douro», 1950, p. 106; *Códice 547*, pp. 55-56; AZEVEDO, D. Joaquim, - ob. cit. p. 75, referiu que: *“De presente se reedificar esta capella com mais sumptuosa grandeza, à custa de muitas e mui avultadas esmolas, que tributa a devoção dos fiéis da cidade e bispado, animada com o ardente zelo de outros excelentísimos Prelados, não só sucessores na Mitra, mas na devoção exíma, que sempre teve a Virgem Mãe de Deos o Sr. D. Manoel de Noronha. O douto João Mendes afirma que se se completar o desenho desta obra será uma das maravilhas do reino e ainda do mundo, devendo todo o aumento como o principio ao magnifico fundador”*.

*dio a todos os trabalhos e sofrimentos dos filhos de Adão*²⁶⁴, e «*porque não há epidemia, nem mal tam contagioso e maligno que a Senhora não desterre*»⁴⁵. S. João Damasceno, referindo-se a Nossa Senhora dos Remédios de Lamego, diz que é «*a saúde perfeita das almas; porque esta Senhora não só se compadece dos nossos males e misérias temporaes; mas muito mais das enfermidades das almas, procurando-nos sempre saúde delas. Tudo isto experimentam os devotos da Milagrosa Senhora dos Remédios de Lamego*»⁴⁶. A primeira capela dedicada à Virgem com essa invocação em Lamego era, portanto, fruto da nova pedagogia tridentina, que impunha uma pastoral viva, absorvida pelos sentidos, em que a imagem, a palavra e as cerimónias religiosas carregadas de emoção e dramatismo conduziam o crente pelas novas sendas de espiritualidade. O culto à Nossa Senhora não mais deixou de crescer e a confraria invidava todos os esforços para que assim fosse. Por isso, quando esta capela entrou em ruínas, logo a Irmandade se preparou para fazer um outro templo maior e mais sumptuoso para que «*se não affroxar a devoção*»⁴⁷ à Senhora dos Remédios, surgindo assim o actual Santuário.

Lentamente, a devoção a Santo Estêvão foi sendo superada pela da Mãe de Deus, que passou a ocupar a primazia na fé e nos corações dos fiéis. Porém, aquele não foi totalmente esquecido, já que a sua imagem permanece no altar-mor e se continua a realizar, a 26 de Dezembro, a festa religiosa e a feira de Santo Estêvão no exterior do actual santuário.

²⁶⁴ SANTA MARIA, Frei Agostinho - ob. cit. Tomo III, p. 406.

⁴⁵ *Idem*, Tomo II, p. 225

⁴⁶ *Idem*, *ibidem*, Tomo III, p. 227. O mesmo autor diz que o significado da palavra Remédios está nas cinco letras da palavra MARIA: M - Maria; A - Advocata; R - Remedia; I - Imperat; A ou Æ - "como no Evangelho se vê virum Mariæ" - Æ gris. Assim fecha a palavra Maria Advocata Remedia Imperat Ægris. Que significa: Maria, nossa advogada alcança o remédio para os enfermos - ob. cit. Tomo III, p. 227. Também é invocada assim "por ser considerada milagrosíssima e também pelos contínuos prodígios que continuamente está havendo com os enfermos que a ela suplicam que bem mostram os milagres de enfermos, muletas de aleijados. E que tudo esta nesta capela". A.N.T.T., *Memórias Paroquiais (Dicionário Geográfico)*, vol. XIX, p. 294.

⁴⁷ FONSECA, João Mendes da - *Memórias Chronologicas dos prelados de Lamego desde o fim do quarto século*, Lisboa, Officina de António Rodrigues Gallardo, 1879, 1º vol. p. 93.

2.2 - A Irmandade de Nossa Senhora dos Remédios

2.2.1 - Origem da Irmandade

A data exacta da fundação da Irmandade de Nossa Senhora dos Remédios é desconhecida. A referência mais antiga acerca da sua existência é de 1628, conforme data de um prazo referente a propriedades pertencentes à capela e Irmandade⁴⁸. José Pinto Teixeira, ao organizar o espólio da capela e confraria em 1740, afirmou também que a mesma já existia em 1628 e comprovava a sua afirmação com a compra de um soute, doado depois à Confraria. Refere também outra doação de sete canadas de azeite, legadas por um devoto no ano de 1634⁴⁹. Pinto Teixeira⁵⁰, ao colocar em ordem os haveres e documentos da Irmandade, opinava que *«Nam devemos aos antigos mais que huma certa lembrança da sua negligência; pois nos nam deyxaram gravado ou escrito em parte alguma domde conste dos princípios da ernessam desta cappela de Nossa Senhora dos Remédios, nem ainda ao descuido que athé os livros dos princípios da creassam da confraria tudo deixaram perder»*⁵¹.

Essa falha dos antigos deixa-nos sem respostas, consideradas de primordial importância para o nosso estudo, mas dá-nos, por outro lado, uma informação interessante: a partir de 1740, o cuidado e zelo do devotíssimo mordomo e juiz José Pinto Teixeira levou-o a cuidar da organização das coisas da Irmandade e capela de Nossa Senhora dos Remédios, fazendo registos de todo o seu espólio e de lembranças passadas que dão alguma luz e sequência aos factos relacionados com uma e outra.

2.2.2 - Características orgânicas da Irmandade

Entendemos que da fundação da Irmandade à elaboração dos Estatutos da mesma não deverá existir um grande hiato temporal. Terão até, talvez, surgido ao mesmo tempo porque, como já referimos anteriormente, a fundação de uma Irmandade ou Confraria tinha de ter o consentimento ordinário dado pelo Papa, após exame feito

⁴⁸ A.I.N.S.R.L. *Livro de Inventário de todos os Bens da Capela de Nossa Senhora dos Remédios, anno de 1740*. José Pinto Teixeira - fl. 9.

⁴⁹ *Idem*, fl. 9v.

⁵⁰ *Idem, ibidem*, fl. 9.

⁵¹ *Idem, ibidem*, fl. 9.

aos Estatutos. De acordo com um registo de 1740, os Estatutos terão sido «*feitos ou reformados e aprovados no ano de 1669*»⁵² pelo bispo D. José de Menezes, após concessão do Papa Urbano VIII, com muitas indulgências aos Irmãos da Confraria. Deles pouco sabemos, porque já não constam do espólio arquivístico da Irmandade; porém as Mesas administrativas, registadas desde de 1749⁵³, regem-se por esses Estatutos, os quais, após a reforma sofrida em 1779, se mantiveram semelhantes aos anteriores «*seguindo em tudo a formalidade dos Estatutos antigos, somente fazendo algumas declarações, e acrescentando em parte o que era mais conveniente para a mesma Irmandade*»⁵⁴.

Os Estatutos de 1779 caracterizam a Irmandade como sendo eclesiástica, em tudo sujeita à jurisdição da Igreja e do Clero, na pessoa do bispo da diocese⁵⁵. Regulava-se pelo Código do Direito Canónico, como era habitual nestas associações, e era formada por Irmãos do clero e leigos de ambos os sexos, pagando cada um uma jóia de entrada e uma quota anual.

A sua organização foi evoluindo, segundo as reformas estatutárias que a Irmandade entendia fazer. A reforma de 1880 foi feita e aprovada em Assembleia de Irmãos, reunidos em 21 de Dezembro de 1877, sendo homologados pelo bispo D. António da Trindade de Vasconcelos Pereira de Melo. A Irmandade continuava a ser formada por Irmãos do clero e leigos de ambos sexos, inscritos no respectivo Tombo (art. 1º), sem número limitado, exigindo-se somente na sua inscrição duas características: ter mérito e ser virtuoso (cap. 1º, art. 2º). Os menores e mulheres casadas teriam que fazer a sua petição por escrito, e possuírem autorização dos superiores e maridos, respectivamente, (cap. 1º, art. 3º e 4º, § único).

A Irmandade tinha como finalidade: promover e divulgar o culto mariano; celebrar as festividades e proceder às obras pias inerentes à instituição; satisfazer os compromissos a que se obrigou ou viesse a obrigar; cumprir as obrigações para com os seus membros; procurar por todos os meios legais engrandecer materialmente o templo

⁵² *Idem, ibidem*, fl. 91.

⁵³ Vide apêndice documental (Mesas).

⁵⁴ A.I.N. S. R.L. - *Estatutos da Irmandade de Nossa Senhora dos Remédios*, I vol. 1779, 3º Dossier, fl. 1.

⁵⁵ Em 1777, foi juiz da Irmandade o Bispo da Diocese de Lamego, D. Manuel Vasconcelos Pereira, que permaneceu nesse cargo por muitos anos, seguido de outros Bispos da Diocese que ocuparam o mesmo cargo. Também o Bispo do Porto, D. João de Magalhães de Avelar, foi nomeado juiz da Irmandade no ano de 1828-1829.

e suas dependências (cap. 1º, art. 5º); subsidiar o ensino primário da freguesia de Almacave quando necessitasse de auxílio; aplicar a actos de beneficência uma parte da sua receita ordinária, nunca inferior a um décimo, que seria explicitada no orçamento e para cuja aplicação era consultado O Governo Civil (cap. 1º, art. 5º, § único).

Obrigava-se também em relação a todos os seus membros: mandar rezar cinco missas por alma de cada Irmão falecido nos primeiros três meses posteriores à participação do seu falecimento (após celebradas seriam participadas à família do falecido); mandar rezar responso por alma do Irmão falecido no fim da missa do sábado a seguir à notícia do seu falecimento; mandar dar os sinais do costume no sino de igreja aquando do seu falecimento e na celebração do responso, sem ultrapassar os cinco minutos de sinais (cap. 4º, art. 13º); mandar rezar pelo capelão, durante o ano, as restantes missas de obrigação e de legadas que contassem (art. 14º); nos dias próprios, mandar rezar missas solenes à Padroeira, a Santo Estêvão, Santa Ana e S. Joaquim, sendo a primeira com pompa e luzimento; subsidiar, nessas ocasiões, a paróquia de Almacave nas despesas da renda de duas casas para as escolas de instrução primária dessa freguesia (cap. 4º, art. 16º); distinguir todas as pessoas pelos seus donativos, legados e serviços valiosos e extraordinários, tornando-se credoras do seu reconhecimento, de forma que eram mencionados no relatório anual os nomes dos benfeitores que oferecessem donativos iguais ou superiores a 10\$000 réis, eram inscritos em quadro, que ficava patente na sacristia, os nomes dos que legassem quantia igual ou superior a 50\$000 réis, e teriam direito a ter o seu retrato exposto na galeria dos retratos os que oferecessem ou legassem quantias superiores a 500\$000 réis; deliberar a forma de reconhecimento à pessoa que prestasse à Irmandade serviços valiosos e extraordinários que o tornassem um dos seus benfeitores; inscrever na classe de remidos o nome dos benfeitores que ainda o não fossem, que se enquadrassem na segunda, terceira e quarta situações supra referidas e, se estivesse vivo, ser-lhe-ia entregue uma carta patente emoldurada (cap. 4º, art. 18º); sempre que houvesse recursos, conservar e melhorar o templo, com todas as suas dependências e anexos, mandando fazer, para tal, as obras consideradas necessárias (cap. 4º, art. 18º).

Novamente reformados em Assembleia Geral de 3 de Junho de 1888 e aprovados pelo bispo D. António da Trindade de Vasconcelos Pereira de Melo, os Estatutos começam por definir a Irmandade (cap. 1º, art. 1º) como sendo uma associação de todas as pessoas de ambos os sexos admitidas ou que legalmente o venham a ser no futuro, informando que desde sempre se localizou no Monte de Santo Estêvão e se intitula de Real Irmandade de Nossa Senhora dos Remédios. Tinha como finalidade prestar o culto devido à Virgem dos Remédios (art. 3º), sendo o culto religioso referido em pormenor no cap. 12º, art. 64º a 69º.

Os objectivos da Irmandade poderão resumir-se nas actividades seguintes: conservar e engrandecer o Santuário e suas dependências; sufragar as almas de todos os Irmãos; cumprir os legados pios instituídos pelos benfeitores; prestar socorros temporais aos Irmãos indigentes, sempre que para isso haja recursos; contemplar com uma verba da receita ordinária, não inferior à décima parte, as obras de beneficência e auxílio ao ensino primário mais carente.

De reforma em reforma, esta Irmandade organiza-se, estrutura-se e hierarquiza-se, assentando, ao longo de toda a sua existência, em dois princípios fundamentais e imutáveis: assistência espiritual aos Irmãos falecidos⁵⁶ e aumento do culto a Nossa Senhora. Este era desenvolvido em duas vertentes: nos actos religiosos frequentes, ao longo do ano, e com maior esplendor na festividade da Padroeira⁵⁷.

A organização desta Confraria, reflectida nos seus Estatutos, mereceram-nos um estudo cuidado, porque neles e na sua organização encontramos as linhas mestras que movimentaram todas as obras realizadas no decurso dos séculos XVIII a XX. Sendo este o objecto do nosso trabalho, arriscávamo-nos a não entender essa dinâmica directora se o não fizéssemos. Assim, o estudo Estatutos e das suas reformas são objecto de desenvolvimento nos sub-capítulos seguintes.

⁵⁶ A.I.N.S.R.L. - *Estatutos*, 1779, 1º Vol., 3º dossier.

⁵⁷ A.I.N.S.R.L. - *Estatutos de 1880 a 1888*, 2º Vol., 3º dossier.

2.2.3 - Reformas estatutárias nos séculos XVIII e XIX

2.2.3.1 - Reforma de 1779

Reformados em 1779 e aprovados pelo bispo D. Manuel de Vasconcelos Pereira «*para bom regimem da mesma Irmandade e para que o culto e veneração da mesma Senhora fosse cada vez mais em aumento para honra, e glória do mesmo Deoz, por uniforme consentimento ordenamos, e estabelecemos os seguintes Estatutos para utilidade, e bom governo da dita Irmandade seguindo em tudo a formalidade do Estatutos Antigos*»⁵⁸, compunham-se de catorze estatutos (capítulos). O estatuto 1º, classificava a Irmandade e regulava a entrada dos Irmãos, em tudo sujeita à jurisdição da Igreja, que na pessoa do bispo de diocese, frequentemente o juiz da Irmandade, legislava e regulamentava as práticas religiosas a que os Irmãos tinham direito e as cerimónias realizadas no templo de Nossa Senhora dos Remédios.

Os Irmãos eram obrigados a seguir em tudo os Estatutos, cumprindo as tarefas para que eram destacados pagando os seus anuais e jóia de entrada. Cada Irmão pagava 180 réis de jóia de inscrição, e 20 réis de quota anual. Caso algum católico se quisesse tornar Irmão à hora da morte podia fazê-lo, decidindo a Mesa a quota a pagar, para não defraudar a Irmandade (estatuto 1º); quando qualquer Irmão, no acto da inscrição, declarasse querer usufruir de mais missas do que as estipuladas nos Estatutos, teria que pagar uma jóia mais elevada, aumentando também a quota anual.

Ao falecer um Irmão, esposa ou filho, tinham direito a ser sepultados com guião; se não fosse Irmão, e se a família quisesse o guião a acompanhar o corpo à sepultura, pagaria 100 réis pós o falecimento, cada confrade tinha direito a cinco missas por sua alma, no prazo de 15 dias, sendo uma no altar privilegiado, que era da incumbência do tesoureiro e dita pelo capelão. Tinha também direito a uma certidão, no livro de missas, declarando o nome do Irmão falecido. Cada Irmão vivo, por acto de caridade lhe rezava, por alma, um rosário em louvor de Nossa Senhora, para que intercedesse pelo falecido (estatuto 2º); o Irmão falecido ainda tinha direito a uma missa no dia do seu aniversário, porém, este hábito começou a cair no esquecimento por ser mal pago.

⁵⁸ A.I.N.S.R.L.- *Estatutos de 1779*, 1º vol., 3º Dossier, fl. 1.

2.2.3.2 - Reforma de 1880

Todos os Irmãos tinham direito: aos actos religiosos em sufrágio das suas almas estipulados em estatuto (cap. 4º, art. 13º e 14º); a votar e ser votados desde que maiores de 21 anos e do sexo masculino; a ser eleitos para cargos da Irmandade quando provassem que pagavam 5\$000 réis de contribuição ao Estado e soubessem ler e escrever; a votar, embora não fossem votáveis, se devessem à Irmandade quantias por escritura pública ou por qualquer título de dívida, ou se tivessem qualquer pleito com a Irmandade (cap. 1º, art. 10º); ser distinguido pelos seus serviços valiosos ou donativos, segundo a grandeza dos serviços ou o valor da oferta.

Os Irmãos tinham o dever de: pagar na tesouraria 2\$000 réis de jóia; e 1\$500 réis de quota anual se fossem Irmãos remidos ou 20\$000 réis para os restantes (os que residiam fora da cidade só podiam ser admitidos como Irmãos remidos - cap. 1º, art. 11º, § único); exercer qualquer cargo na Irmandade, quando para ele fossem eleitos; desempenhar qualquer serviço nomeado pela Mesa; comparecer nas reuniões da Assembleia Geral para eleição da Mesa e apresentação de contas, ou em qualquer outra data determinada nos Estatutos; aceitar os deveres e prescrições que os Estatutos impunham a qualquer Irmão (cap. 3º art. 12º).

Os Irmãos eram penalizados se contrariassem os Estatutos, sendo riscados após reincidência se devessem mais de 15 anos de quotas (cap. 12º, art. 60º, 61º, 62º).

2.2.3.3 - Reforma de 1888

Com a reforma dos Estatutos de 1888, foi alterada a admissão dos Irmãos e os deveres, direitos e penalizações a que estavam sujeitos. Para pertencerem à Irmandade, os pretendentes apresentavam um requerimento com todos os dados pessoais, do qual se lavrava um termo, assinado pelo próprio (ou a rogo, não sabendo escrever) e pelo secretário da Mesa. Cada Irmão pagava anualmente ao tesoureiro, em 8 de Setembro, a quantia de 50 réis, excepto os remidos, que pagavam 1\$000 réis.

A jóia de admissão estava condicionada à idade de cada Irmão: até aos 30 anos pagava 2\$500 réis; até aos 40 anos pagava 3\$000 réis; até aos 50 pagava 3\$500 réis e até aos 60 pagava 4\$000 réis. As mulheres que não prestassem serviços, pagavam, sobre essa jóia, mais a quarta parte da mesma.

O capítulo 3º legislava os direitos e deveres dos Irmãos (art. 8º a 11º). Todos os Irmãos eram obrigados a possuir um exemplar dos Estatutos e a cumpri-los dando o valor à Virgem Maria, visitando o Santuário nos dias solenes e sagrados à Senhora e rezando pelo bem temporal e espiritual dos fiéis e pela alma de cada Irmão falecido, apenas disso tomasse conhecimento.

O art. 9º faz referência somente aos Irmãos do sexo masculino, referindo que eram obrigados a exercer qualquer cargo para que fossem eleitos; a comparecer no santuário no 1º domingo de Junho, às 10 horas, para participar na eleição da nova Mesa Administrativa, e sempre que o juiz fizesse qualquer convocatória; a acompanhar a Cruz da Real Irmandade na procissão do Corpo de Deus ou cumprir outra qualquer deliberação da Mesa. Tinham também por obrigação acompanhar o corpo dos Irmãos falecidos e assistir ao aniversário fúnebre, determinado no art. 20º.

Os direitos eram referidos nos art. 10º e 11º, sendo os seguintes: dez missas especiais (art. 70º) dentro do prazo de dois meses a contar do dia da notícia do falecimento do Irmão; um responso todos os sábados e domingos do primeiro mês após o seu falecimento, rezado pelo capelão no fim da missa; se o Irmão falecesse na cidade, o seu corpo devia ser acompanhado à sepultura pela Irmandade (art. 71º); uma missa, no dia 25 de Abril de cada ano, conjuntamente com um ofício fúnebre celebrado em honra do cônego José Pinto Teixeira, abrangendo todos os Irmãos defuntos.

O art. 73º, continuando a referir os direitos pios, estipula as missas a que os Irmãos benfeitores, vivos e defuntos, tinham direito. O art. 74º informa que, se coincidissem duas ou mais das missas determinadas no artigo anterior, dir-se-iam, no dia seguinte ou nos dias imediatos que estivessem livres. O art. 76º refere também como encargos pios anuais as seguintes missas:

Pelo bispo D. Manuel de Vasconcelos Pereira	3
“ Cónego Moreira	3
“ Cónego José Pinto Teixeira	3
“ Beneficiado André Teixeira	20
“ Luís da Anunciação	1
“ Manuel da Silva Papoula	1
“ Manuel Cardoso Coutinho d' Abreu	1
“ Afonso de Sousa	1
“ Francisco da Silva Fragateiro	1
“ Manuel Fernandes Costeira (10 de Outubro)	1

O capítulo 15º, art. 89º, refere que os Irmãos anteriormente admitidos, os quais tinham direito só a cinco missas especiais, tinham de pagar mais 1\$500 réis se desejassem gozar das outras cinco estipuladas no art. 70º dos novos Estatutos. Além destes actos religiosos, todos os Irmãos tinham direito às indulgências concedidas à Irmandade e a serem socorridos em caso de indigência, sempre que para isso houvesse recursos (art. 10º). Havia direitos que só abrangiam os Irmãos do sexo masculino; assim, todos os que não estivessem abrangidos no art. 33º⁵⁹ tinham o direito a votar e ser votados, nos termos do art. 26º e seguintes⁶⁰.

Os Irmãos tinham o dever de seguir correcta e incondicionalmente os Estatutos da Irmandade, sob pena de serem punidos com a expulsão da mesma se: sem motivo válido, recusassem aceitar um cargo para que fossem eleitos; causassem intencionalmente dano grave à Irmandade; promovessem contendas escandalosas ou tumultos entre Irmãos; sustentassem em juízo pleito injusto contra a Irmandade; deixassem decorrer dez anos sem pagar as anuais de Irmão remido; dessem provas de reincidência, após tripla repreensão.

A 2.ª, 3.ª e 4.ª penas só podiam ser aplicadas após serem ouvidos os arguidos, excepto se recusassem a própria defesa. A exclusão dos Irmãos era feita por escrutínio

⁵⁹ De que faremos uma explanação mais completa ao referirmos as Mesas Administrativas.

⁶⁰ *Idem*.

secreto, em reunião de Junta Geral (cap. 5º, art. 19º, § único). O artigo 58º refere que qualquer Irmão penalizado só poderia voltar a ser readmitido três anos depois e após pagamento de nova jóia. O artigo 59º refere penas mais leves, conforme a gravidade da prevaricação. O juiz e a Mesa repreendiam todo e qualquer Irmão que transgredisse outras disposições do Estatuto, que deixasse de cumprir os deveres impostos nos novos regulamentos ou que fosse negligente no cumprimento das suas obrigações especiais.

2.2.3.4 - Reforma de 1913

Os Estatutos de 1913, aprovados pela Mesa então em exercício e despachados pelo Governador Civil de Viseu, não foram aprovados pelas autoridades eclesiásticas porque não aceitavam algumas disposições consideradas demasiado pagãs. Vivia-se então o tempo da primeira República, a qual pretendia introduzir na sociedade uma ideologia laicizante e a descristianização das instituições religiosas. Esses Estatutos introduziam alguma originalidade em relação aos anteriores no que se refere à defesa dos fins civis na Irmandade. Não sendo aceites nessa época, hoje, com a evolução social verificada, a Irmandade voltou-se para o exterior, para o povo, tornando o Santuário um polo de atracção turística (laicizando-se a própria festividade da Padroeira) e convertendo-o não somente em destino de peregrinação religiosa como, e sobretudo, local de realização dos mais diversos eventos laicos (culturais, etnográficos, comerciais e de diversão). Assim, o cariz estritamente religioso do Santuário deu lugar a uma miscigenação profano/religiosa. A função do lugar sagrado cada vez se entrecruza mais com a vida real do homem, qualquer que seja o credo que pratique ou a atitude mental que manifeste em relação ao religioso.

Os Estatutos de 1913 limitavam a Irmandade a um papel de beneficência, especialmente marcado no artigo 15º, que manifestava a obrigação de apresentar cada ano, até 30 de Junho, na Santa Casa da Misericórdia de Lamego, a verba consignada por lei a fins de assistência e beneficência. Esse valor destinava-se ao apoio hospitalar praticado pela Misericórdia⁶¹.

Ao contrario dos anteriores, estes Estatutos não limitavam o número de Irmãos a admitir, exigindo somente aos menores e às mulheres a prévia autorização superior, e

⁶¹ A.I.N.S.R.L. - *Estatutos de 1913*, 2º Vol., fls. 50-50v.

excluindo também os não católicos ou filiados em seitas condenadas pela Igreja e aqueles cujo comportamento moral e civil não fosse abonatório. Eram medidas muito burocráticas e decalcadas dos Estatutos de associações civis, com semelhanças flagrantes no seu articulado.

Sobre as obrigações dos Irmãos, estes Estatutos primam pela subjectividade, explicitando e objectivando apenas os assuntos financeiros, o dever de pagar a jóia de admissão e a obrigação de aceitação de cargos para os quais qualquer Irmão fosse eleito.

Quanto aos órgãos dirigentes, estes Estatutos seguem a linha dos anteriores, quer na designação quer nas atribuições. A Assembleia Geral assume genericamente as mesmas características e parece basicamente pretender mudar-se a ideologia conservando as estruturas (e as pessoas).

Após leitura aturada, somos levados a concluir que estes Estatutos pretendiam essencialmente que a Irmandade, desvinculando-se da autorização episcopal para as petições mais diversas, laicizasse a sua actuação perante as acções a efectuar nas funções ligadas ao Santuário, o que criou inevitáveis anticorpos por parte da hierarquia religiosa.

2.2.3.5 - Reforma de 1965

Achamos pertinente uma breve referência aos Estatutos de 1965, uma vez que os incluímos no plano do estudo que nos propusemos efectuar. Estes apresentam como que um retorno à ligação da Irmandade com a diocese e foram aprovados pelo bispo de então, D. João de Silva Campos Neves, o “bispo-construtor”, como muitos lamecenses o apelidaram, e que é hoje recordado pela sua grande intervenção social. O 1º e 2º parágrafos da aprovação referem:

“1º - Aprovo os Estatutos que nos foram apresentados e que vão apenas a esta nossa provisão;

2º - Recomendamos instantemente a todos os fiéis a entrada nesta Irmandade de Nossa Senhora dos Remédios, para santificação própria e incremento do culto católico”⁶².

⁶² A.I.N.S.R.L. - Estatutos de 1965, Vol. 2, fl. 66v.

Estes novos Estatutos consagram alguns artigos à relação com o bispado, referindo a colaboração da Irmandade com o Ordinário Diocesano na formação religiosa, retiros espirituais e conferências culturais, visando uma melhor formação cristã dos fiéis, considerada o melhor meio de bem honrar a Virgem Nossa Senhora dos Remédios⁶³. Os art. 5º, 6º e 7º são reveladores da total dependência da Irmandade para com o bispo, a quem assiste o direito de a dissolver por causa justa e foram lançadas taxas e tributos que oneram a Irmandade a favor da diocese. Estes Estatutos deixam bem clara a autoridade episcopal sobre o santuário, à semelhança da época da fundação da Irmandade, a qual deixa de estar somente ao serviço do Santuário para se tornar também uma Instituição da diocese e para a diocese.

⁶³ *Idem*, fl. 67v.

QUADRO III

REFORMA DOS ESTATUTOS DE 1779	
Nº de Estatutos	
1º	Características da Irmandade e seus componentes
2º	Modo de acompanhar os Irmãos e “os que não forem”
3º	Das missas de sábados e mais óbitos de Irmandade
4º	Das missas em lugar de aniversário
5º	Do Jubileu e mais graças e indulgências
6º	Da cobrança dos anuais e esmolas de azeite
7º	Da festa de Nossa Senhora e eleição da Mesa
8º	Da Eleição do Tesoureiro
9º	Contas, recibos e despesas
10º	Obras que houver de se fazer
11º	Livros, escrituras e mais papéis da Irmandade
12º	Mordomos de Penude e esmolas da mesma freguesia
13º	Dos círios para os Irmãos defuntos de Penude
14º	Sobre o Ermitão
A.I.N.S.R.L., - <i>Estatutos</i> , 1779, 1º Vol. 3º dossier	

QUADRO IV

REFORMA DOS ESTATUTOS DE 1880			
Capítulo 1° <i>Organização da Irmandade</i>	1°	§ único	Composição da Irmandade
	2°		Número de Irmãos admitidos
	3°		Idade de admissão dos Irmãos e Irmãs e condições em que podem ser admitidos
	4°		A proposta de admissão dos Irmãos e Irmãs e condições em que podem ser admitidos
	5°		Das condições de admissão dos menores e mulheres casadas
Capítulo 2° <i>Fundos da Irmandade</i>	6°		Receitas Ordinárias
	7°		Receitas Extraordinárias Fundos da Irmandade
Capítulo 3° <i>Direitos e Obrigações dos Irmãos</i>	8°		Condições de voto
	9°		Quem pode ser eleito
	10°		Quem pode votar
	11°		Quota a pagar pelos Irmãos
	12°		Obrigações dos Irmãos
Capítulo 4° <i>Obrigações da Irmandade</i>	13°		Obrigações da Irmandade para com os seus membros
	14°		Missas e outras mais obrigações para com os Irmãos falecidos
	15°		Sobre as missas solenes à Padroeira, Sto. Estêvão, Santa Ana e S. Joaquim
	16°		Subsídio da Irmandade para as escolas primárias de freguesia de Almacave
	17°		Destacar os Benfeitores segundo o donativo legado
	18°		Sobre a obrigação de manter sempre o Santuário conservado e melhorado, nas obras que necessitar
Capítulo 5° <i>Assembleia Geral</i>	19°	§ 1° § 2° § 3° § 4° § único § 1° § 2°	Composição da Assembleia Geral
	20°		Condições para a constituição da Assembleia Geral
	21°		Nova convocação e suas condições
	22°		Nº de reuniões da Assembleia Geral
			- Reuniões extraordinárias
			- Local onde se faz a reunião e horário
			- Modo de fazer a convocação
			- Local, dia e hora da reunião
	23°		Data da reunião da Assembleia Geral
			- Do que se trata nessa reunião
	24°		Data da apresentação das contas, pela Mesa do ano
			- Constituição dessa reunião
			- Apresentação de propostas e modo de as apresentar
			Quem presida à Assembleia Geral
	25°		Elementos eleitos para formar a Mesa da Assembleia Geral
	26°		

	27°	§ único	- Modo de funcionar da Mesa da Assembleia Geral
	28°	§ único	Competência da Assembleia Geral - Modo de resolver os problemas
	29°	§ 1° § 2°	Condições para a realização dos trabalhos da Assembleia Geral - Como se guardam os papéis saídos da reunião - Sobre o cofre onde se guardam os documentos
	30°	§ único	Modo de fazer a eleição na Assembleia Geral - Como fazer as demais votações
	31°		Competências da Assembleia Geral Competências dos secretários da Mesa da Assembleia Geral
Capítulo 6° <i>Eleição da Mesa</i>	32°	§ único	Como se faz a eleição da Mesa
	33°	§ único	- Regras para apresentar as listas
	34°	§ único	Formação da Mesa - Validade das listas
	35°	§ único	Contagem das listas - Proclamação dos eleitos para a Mesa
	36°	§ único	Reeleição da Mesa e suas regras Preenchimento de vagas de eleitos que não podem preencher a vaga para que foi escolhido - Eleição de elementos em condições especiais
Capítulo 7° <i>Da Mesa</i>	37°	§ único	Tempo de funcionamento da Mesa
	38°		Tomada de posse da Nova Mesa
	39°		- Realização de uma acta de tomada de posse da Mesa e cessação da anterior
	40°	§ 1° § 2°	Designação da Mesa dos Mesários que servirão de 2 em 2 meses, durante o ano - Eleição da comissão de obras e da festividade da Padroeira
	41°	§ 1° § 2°	- Participações do juiz e tesoureiro
	42°		Reuniões ordinárias e extraordinárias
	43°		- Registo da convocação feito em livro próprio - Quem preside à Mesa ou quem substituir esse elemento
			Condições para a reunião da Mesa - Decisão por empate - Declaração de voto de qualquer Mesário
Capítulo 8° <i>Do juiz e mais membros da Mesa</i>	44°		Competências da Mesa
	45°		Competências do Secretariado
	46°		Competência do Tesoureiro
	47°		Competência do Tesoureiro sobre obras a realizar
	48°		Responsabilidade do Tesoureiro
	49°		Obrigações gerais dos Mesários
	50°		Cargos a desempenhar pelos Mesários ao longo do ano em que são eleitos
	51°		Dos Mesários que servem os meses de Junho, Setembro e Dezembro

Capitulo 9° <i>Dos funcionários da Irmandade</i>	52° 53°		Denominação dos funcionários Obrigações dos funcionários da Irmandade
Capitulo 10° <i>Das Comissões</i>	54° 55°	§ 1° § 2°	Incumbências da comissão de obras - Realização de uma acta de cada sessão realizada - Direito de ser ouvida em qualquer obra Sobre a comissão dos trabalhos e festividade da Padroeira
Capitulo 11° <i>Das Esmolas</i>	56° 57° 58° 59°		Sobre as esmolas recebidas Cobrança dos alugueres dos terrenos da feira Nomeação, pela Mesa dos devotos encarregados de recolher as esmolas em Penude e arredores Regras para transformar as esmolas
Capitulo 12° <i>Disposições Gerais</i>	60° 61° 62° 63° 64° 65° 66° 67°	§ único	Sanções aplicadas aos Irmãos infractores Penas aplicadas aos Irmãos com quotas em atraso Condições para aplicação da pena do artigo anterior Deliberação das penas aplicadas - Forma da aplicação das penas Sobre a desamortização dos bens imobiliários Registo da sanção geral e distribuição pelos Irmãos Como alterar os Estatutos Disposições transitórias
A.I.N.S.R.L. <i>Estatutos de 1880</i> , Vol. 2, 3° dossier Discutidos e aprovados em Assembleia Geral de 21 de Dezembro de 1877 Aprovados pelo Governo Civil em 17 de Abril de 1878 Aprovados pelo Governador do Bispado de Lamego em 3 de Março de 1880 Lamego, 7 de Dezembro de 1877			

QUADRO V			
REFORMA DOS ESTATUTOS DE 1888			
	Artigos	Parágrafos	
Capítulo 1º <i>Denominação, meios e fins</i>	1º 2º 3º		Nome da Irmandade e sua localização Meios de que dispõe Finalidade da Irmandade
Capítulo 2º <i>Admissão dos Irmãos</i>	4º 5º 6º 7º	§ único § 1º § 2º § 3º § único § 1º § 2º	Condições de admissão - Condições de admissão de menores Modo de se proporem a Irmãos - O requerimento de admissão pode ser substituído por proposta de alguma Irmão - A votação para admissão de um novo Irmão é feita por escrutínio secreto - Após a admissão é lavrado um termo assinado pelo juiz Quota a pagar pelos Irmãos não remidos - Modo de permitir a remissão dos anuais Regulamentação das jóias de admissão - Regulamentação das jóias das mulheres que não prestam serviço - Sobre o aumento da jóia de acordo com a desvalorização da moeda
Capítulo 3º <i>Deveres e Direitos dos Irmãos</i>	8º 9º 10º 11º		Obrigações dos Irmãos de ambos os sexos Obrigações dos Irmãos do sexo masculino Direitos de todos os Irmãos Condições para os Irmãos votarem e serem votados
Capítulo 4º <i>Administração da Real Irmandade</i>	12º 13º 14º 15º		Elementos que administram a Irmandade Junta Geral, Definitório e Mesa administrativa Composição do Definitório Composição da Mesa Administrativa
Capítulo 5º <i>Junta Geral</i>	16º 17º 18º 19º 20º	§ único § único § único § único	Função da Junta Geral - Caso especial para eleição da Mesa Reuniões da Junta Geral: Local e horário - Reuniões especiais Modo de realizar convocações extraordinárias - Condições para o funcionamento das reuniões, citadas anteriormente Modo de votação em Junta Geral extraordinária - Qualquer votação, realizada será feita por escrutínio secreto Registo das Actas em livro próprio

Capítulo 6º <i>Definitório</i>	21º 22º 23º 24º 25º	§ único	Quem convoca e preside ao Definitório Data e horário de reunião ordinária e extraordinária do Definitório Condições para que as reuniões se realizem - condições em que funcionam essas reuniões extraordinárias Atribuições de Definitório Nulidade das decisões sem a intervenção do Definitório
Capítulo 7º <i>Eleição da Mesa Administrativa</i>	26º 27º 28º 29º 30º 31º 32º 33º 34º 35º 36º 37º 38º	§ 1º § 2º § único § único	Eleição dos membros da Mesa administrativa Funcionamento das reuniões da Mesa Data da afixação da lista dos Irmãos - Formação das listas dos Irmãos e data da admissão - Local onde pode ser consultada a lista Formação das listas para a Mesa - Elementos que devem formar essas listas formadas por 9 elementos Formação das listas das Mesas - Cargos de Irmãos a incluir nessas listas Listas consideradas válidas Listas consideradas nulas Quem não pode fazer parte das listas Quem não pode ser reeleito Quem não pode ser eleito juiz Sobre a acta da eleição de Mesa Condições de não aceitação de cargo de mesário Substituição do cargo de mesário
Capítulo 8º <i>Mesa Administrativa</i>	39º 40º 41º 42º 43º 44º 45º	§ 1º § 2º § 1º § 2º	Posse da Nova Mesa Nomeação de duas comissões após a eleição da Mesa - O juiz preside às duas comissões - Distribuição mensal do serviço pelos vogais Quem convoca e preside à Mesa - Quando não preside o juiz - Tipos de votos de que goza o juiz Tipo de sessões da Mesa Como funciona a Mesa Faltas às sessões da Mesa Competências da Mesa
Capítulo 9º <i>Atribuições de cada Mesário</i>	46º 47º 48º 49º	§ único	Competências do juiz Competências do Secretário Competências do Tesoureiro Competência dos Mesários - Obrigações de todos os mesários nos dias de 1 a 8 de Setembro

Capítulo 10° <i>Funcionários da Real Irmandade</i>	50°	§ único	Número de funcionários fixos do Santuário
	51°		Obrigações do capelão
	52°		- Condições de despedimento do capelão
	53°		Sacristão: nomeação e como se deve vestir
	54°		Obrigações do sacristão
	55°		Servente e suas obrigações
	56°		Organista e seus deveres
			Jardineiro e seus deveres
Capítulo 11° <i>Disposições Penais</i>	57°	§ único	Penas de exclusão aplicadas
	58°		- Modo de aplicação das penas
	59°		Readmissão dos faltosos
	60°		Repreensões a transgressores
	61°		Repreensões a funcionários
	62°		Condições de suspensão de funcionários
	63°		Condições de demissão dos funcionários
			Decisão do Definitório em penas de demissão
Capítulo 12° <i>Culto Religioso</i>	64°	§ único	Sobre a festa principal
	65°		- Sobre as festas secundárias
		§ 1°	Diligências a tomar pela comissão de festas para o dia 7 de Setembro
			- Condições de higiene e limpeza do Santuário nesse dia
		§ 2°	- Consideração sobre os ornamentos do templo
	66°		Sobre a fiscalização a ter no Santuário de 1 a 8 de Setembro
		§ único	- Fiscalização permanente, dia e noite nos dias 7 e 8 de Setembro
	67°		Sobre a lâmpada que ilumina a Sacrário
	68°		Sobre as Ladainhas de Nossa Senhora
	69°		Sobre a procissão solene em quinta - feira a seguir ao domingo da Santíssima Trindade
Capítulo 13° <i>Sufrágios e encargos pios</i>	70°	§ 1°	Serviços prestados aos Irmãos falecidos
			- Durante o 1° mês do falecimento do Irmão
		§ 2°	- Lançamento no tombo dos Irmãos admitidos a nota das missas celebradas, dando conhecimento delas à família do falecido
	71°		Acompanhamento do Irmão falecido pela Irmandade ao cemitério
	72°		Ofício fúnebre, no dia 25 de Abril de cada ano, ao Cónego José Pinto Teixeira
	73°		Missas aplicadas a todos os Irmãos benfeitores, vivos ou mortos
	74°		Coincidências de missas e formas de resolver tais coincidências
	75°		Horário das missas ao domingo e dias santos em Maio, Junho, Julho e Agosto e durante os outros meses
	76°		Encargos pios anuais

Capítulo 14° <i>Disposições gerais</i>	77°		Afixação da Nova Mesa em 7 de Setembro na porta do Santuário
	78°		Condições para ser Irmão remido
	79°		Esmola que permite ser Irmão remido e inscrição do seu nome no catálogo dos benfeitores
	80°		Forma de validar as admissões supra referidas
	81°		Comunicação oficial aos devotos nas condições citadas em 78,79,80
	82°	§ 1°	Forma de gerir as jóias anuais dos Irmãos - Quando o valor da jóia dos Irmãos não for inferior ao estipulado em cima
		§ 2°	- Modo de aplicar essa quantia
	83°		Responsabilidade da Mesa pela segurança das jóias dos Irmãos
	84°		Verba para as obras de beneficência
	85°		Autorização do Governo para a aquisição de bens e títulos onerosos
Capítulo 15° <i>Disposições transitórias</i>	86°		Sobre a desamortização dos bens da Irmandade
	87°		Condições para alteração dos Estatutos
	88°		Permissão para a reforma e alteração do Estatutos
	89°		Condições para os Irmãos terem direito a mais missas
	90°		Resoluções a tomar após a construção das duas torres laterais
	91°		Impressão dos Estatutos após a sua aprovação civil e canónica
		§ 1°	- Distribuição dos exemplares
		§ 2°	- Preço da cada exemplar
	92°		Participação através dos jornais locais e do Porto para porem os pagamentos das jóias anuais em dia
		§ único	- Deixa de pertencer à Irmandade quem não tiver as suas quotas actualizadas
A.I.N.S.R.L. - Estatutos de 1888, Vol. 2, 3° Dossier			
Aprovação Civil em 16 de Abril de 1888; Aprovação Canónica em 1889			

2.2.4 - Administração da Irmandade

2.2.4.1 - Ano de 1779

A administração da Irmandade, conforme o estabelecido na reforma estatutária de 1779, estava centralizada num único órgão, a Mesa Administrativa, que era a impulsionadora de toda a vida espiritual e material da Confraria, na pessoa do juiz, elemento fundamental sem o qual nada se decidia. A Mesa era formada, para além do referido juiz, pelos mordomos, tesoureiro, capelão e seis definidores: três nobres e três oficiais.

Para serem eleitos, os elementos atrás referidos deviam reunir as seguintes condições: devoção, qualidades morais e zelo, todas necessárias e exigidas pelo estatuto 7º. Por ser um órgão de decisão tão importante, dele faremos um estudo desenvolvido, em sub-capítulo posterior, salientando as características e atribuições das Mesas constantes em todos os Estatutos reformados nos séculos XVIII e XIX.

Os mordomos da freguesia de Penude eram contemplados no estatuto 12º. Freguesia grande e muito devota da Senhora, na época distante do local de culto, possuía uma certa autonomia. Paralelamente às eleições anuais, elegiam-se, para Penude, dois mordomos zelosos e da confiança da freguesia, os quais cobravam os anuais e faziam as colheitas das esmolas do ano, lançando as mesmas em livro próprio para, posteriormente, serem prestadas contas à Mesa. Possuíam um outro livro para registo do nome e da morada de cada Irmão. Quando alguém falecia, os mordomos tinham a obrigação de avisar a Irmandade (mais propriamente o tesoureiro) para mandar celebrar a missa de obrigação e, pelos Estatutos antigos (estatuto 13º), devido à distância, o corpo do Irmão não era acompanhada com o guião da Irmandade, mas somente por dois círios de cera. Qualquer outro devoto, não Irmão, podia também ser acompanhado pelos círios mediante o pagamento de 200 réis à Irmandade. Quando os mordomos serviam durante anos seguidos, eram comprovados como zelosos, e, enquanto servissem, não pagavam a jóia anual, em atenção ao trabalho de rua que faziam na recolha das esmolas, cereais das eiras, azeite e quotas.

2.2.4.2 - Ano de 1880

A Assembleia Geral apenas surgiu com a reforma estatutária de 1880. Era composta por todos os Irmãos citados no art. 8º e era através dela que a Irmandade, por direito, se governava (cap. 5º, art. 19º). Para se poder constituir legalmente devia reunir a maioria absoluta de Irmãos com direito de voto (casos do art. 24º e § único do art. 36º). Esse direito era exercido através de uma lista extraída do Tombo dos Irmãos, que teria de ser impressa até 31 de Janeiro de cada ano e entregue a qualquer Irmão que a procurasse; essa lista continha o nome dos Irmãos do sexo masculino, inscritos no respectivo Tombo até 31 de Dezembro, inclusive (cap. 5º, art. 20, § 1º e 2º); quando no dia marcado não aparecesse o número suficiente de Irmãos para constituir Assembleia Geral, naquela seriam convocados para nova reunião, oito dias após a primeira, à mesma hora (art. 21º), essa segunda reunião seria constituída e tomar-se-iam as decisões necessárias com o número de Irmãos que comparecessem (cap. 5º, art. 21º, § único).

A Assembleia Geral tinha duas reuniões ordinárias, sendo uma no 1º domingo de Junho e outra no dia 2 de Julho (cap. 5º, art. 22º). Reunia extraordinariamente, para casos imprevistos, quando fosse convocada por deliberação da Mesa ou quando a terça parte dos Irmãos, legalmente inscritos e em condições de votar e ser votados, assim o entendessem, através de requerimento expondo as razões da reunião. Essa reunião teria lugar na Igreja dos Remédios, às quatro horas da tarde do dia marcado, e a convocação seria feita por anúncios afixados nos lugares públicos da cidade e em jornais do Porto, indicando o local, dia, hora e objectivo da reunião (cap. 5º, art. 22º § único). No primeiro domingo de Junho, a Assembleia Geral tratava unicamente de eleger a Mesa que administraria a Irmandade durante o ano. No dia 2 de Julho a nova Mesa era apresentada à anterior, e esta expunha as contas do ano em que serviu. Esta reunião era realizada com o número de Irmãos que comparecessem. Além da apresentação das contas da Mesa anterior, também se podiam apresentar e discutir propostas, as quais, contudo, não podiam ser votadas, nessa reunião (cap. 5º, § 1 e 2). À Assembleia presidia o juiz da Irmandade em exercício, ou a pessoa que o substituíra (cap. 5º, art. 25º). À hora marcada, o juiz propunha os nomes dos indivíduos que compunham a Mesa da Assembleia Geral, formada pelo juiz, dois secretários e dois escrutinadores. No caso de a maioria não aprovar a escolha, permanecia o juiz e os outros elementos eram escolhidos, por maioria (cap. 5º, art. 26º, § único). Os trabalhos decorriam somente até ao

pôr-do-sol. Se nessa altura não estivessem terminados, todos os papéis resultantes da reunião eram encerrados num cofre com três chaves, ficando uma nas mãos do presidente, outra nas do escrutinador mais velho e uma terceira na posse do secretário mais jovem. Qualquer Irmão presente podia lacrar o cofre, pondo-lhe uma marca (cap. 5º, art. 28º, § 1º e 2º).

A Assembleia Geral elegia e resolvia por maioria de votos presentes, excepto no caso do art. 66º. As votações faziam-se por escrutínio, por aclamação ou por qualquer sinal convencional ou nominal, à excepção da eleição da Mesa da Irmandade (cap. 5º, art. 29º, § único). Um dos secretários da Mesa da Assembleia Geral escrevia no respectivo Livro das Sessões, que, terminada a reunião, era assinado por toda a Mesa.

As competências da Assembleia Geral eram as seguintes: resolver qualquer incidente ou reclamação, que ocorresse na reunião (essas resoluções eram feitas por maioria tendo o juiz o voto do desempate); promover a eleição da Mesa, segundo os Estatutos; deliberar sobre a aceitação de qualquer herança ou legado; resolver sobre pedido de licença do governo, para aquisição por título oneroso, dos bens imobiliários que fossem indispensáveis para o melhoramento e aformoseamento do Santuário e anexos; resolver sobre as propostas da Mesa para imposição de pena de exclusão da Irmandade de algum Irmão que nela incorresse, após ouvir a sua defesa e conhecer outras reclamações interpostas pelos Irmãos; deliberar sobre qualquer outro assunto para que fosse convocada pelo juiz da Irmandade por deliberação da Mesa (cap. 5º, art. 30º).

2.2.4.3 - Ano de 1888

Esta reforma estatutária de 1888 contempla, na maior parte dos seus artigos, a administração da Irmandade. Referiremos neste sub-capítulo os órgãos estabelecidos e não existentes nos anteriores Estatutos, a saber: Junta Geral e Definitório, deixando a Mesa Administrativa para ser tratada em sub-capítulo próprio.

A Junta Geral era composta por todos os Irmãos do sexo masculino, maiores de vinte um anos ou emancipados (cap. 4, art. 12º). Era convocada e presidida pelo juiz da Real Irmandade, servindo de 1º secretário o da Mesa Administrativa em exercício, e de 2º secretário, quem o juiz propusesse. Para eleição da Mesa que presidia às reuniões da Junta, nomeavam-se dois escrutinadores e a votação era feita por escrutínio secreto. As actas dessas reuniões eram lavradas em livro especial e assinadas pelos membros da

respectiva Mesa. Reunia no Real Santuário às dez horas do 1º domingo de Junho de cada ano e, extraordinariamente, em qualquer outro dia, por deliberação do juiz da Mesa (art. 17º).

Sempre que a maioria dos Irmãos do sexo masculino residentes nas freguesias da cidade requeressem ao juiz a reunião da Junta Geral, com fundamentação válida, este era obrigado a fazer a convocatória no prazo de oito dias. Essa convocatória extraordinária seria feita com a antecedência de pelo menos cinco dias, por anúncio afixado no Real Santuário, na Igreja de Almacave e na Sé (art. 18º) ou publicado em qualquer jornal da localidade.

Não havendo comparência suficiente de Irmãos, a reunião era adiada para dia igual da semana seguinte e as deliberações eram feitas com os Irmãos que a ela comparecessem. A votação extraordinária para estas reuniões da Junta podia ser feita por escrutínio, por aclamação ou nominalmente (art. 19º).

O Definitório, órgão novo criado nesta reforma estatutária e regulamentado no capítulo 6º, era convocado e presidido pelo juiz da Irmandade, sendo seu secretário o da Mesa Administrativa que lavrava, em livro especial, as actas, assinadas depois por todos os membros presentes, de acordo com o estipulado no art. 21º. Reunia-se ordinariamente no dia 6 de Julho de cada ano, pelas cinco horas da tarde, no Real Santuário (art. 24º) e, extraordinariamente, quando o juiz e a Mesa entendessem convocá-lo (art. 22º). Não comparecendo a maioria dos Irmãos no dia marcado, a reunião era adiada para o 3º dia a contar daquele em que faltou o número legal de membros e funcionava com o número de Irmãos que estivessem presentes.

As atribuições deste novo órgão administrativo (Definitório) eram as seguintes: julgava e aprovava as contas da Mesa do ano económico findo; discutia e aprovava orçamentos apresentados pela Mesa Administrativa; decidia qualquer pendência que houvesse entre a Mesa e algum Irmão, quando este, documentalmente fundamentado, recorria ao Definitório; julgava definitivamente a expulsão de Irmãos ou admissão de funcionários; intervinha na aprovação de obras no real Santuário e suas dependências quando aquelas importassem em mais de 500\$000 réis; autorizava qualquer empréstimo que a Irmandade precisasse contrair para a continuação de obras, ficando este dependente da aprovação do Governo; sancionava os regulamentos que a Mesa Administrativa elaborasse para observância das disposições dos Estatutos; interpretava qualquer dúvida em algum dos autos previstos no § 2º do art. 7º.

Todos os actos, supra referidos, eram considerados nulos sem a decisão e intervenção do Definitório (cap. 6º, art. 25º).

2.2.5 - As Mesas da Irmandade: constituição e atribuições

Abordámos atrás a reforma dos Estatutos feitos em 1779, descrevendo toda a sua estrutura, e realçámos a afirmação expressa na primeira folha dos mesmos, referindo que seguiam “*em tudo a formalidade dos Estatutos antigos, somente fazendo algumas declarações e acrescentando em parte o que era mais conveniente para a mesma Irmandade*”⁶⁴. Se desconhecemos o conteúdo dos Estatutos anteriores a 1779, por não existirem na Irmandade, podemos fazer uma ideia muito aproximada dos mesmos pela transcrição anterior. Conhecemos, porém, a formação das Mesas Administrativas da Irmandade desde 1749-1750 porque José Pinto Teixeira, ao organizar os livros para registo dos acontecimentos da Confraria, mandou elaborar um intitulado “*Livro que ha de servir para as eleições da Irmandade e Confraria de Nossa Senhora dos Remedios e tem seu principio em Agosto de 1749, sendo Juiz o Reverendo Conego Tercenario Jozé Pinto Teyxeira*”⁶⁵, porque os antigos “*nam deyxaram gravado ou escrito em parte alguma*”⁶⁶, e não havia conhecimento de registos de Mesas anteriores a 1749⁶⁷.

Data o livro do ano em que se iniciaram as obras da actual igreja do Santuário, pelo que a primeira Mesa foi dinamizadora e responsável dessas mesmas obras. Parece-nos assim muito pertinente fazer uma referência à sua formação, idêntica a todas as que se seguiram até à reforma dos Estatutos já referidos.

Centro de todas as decisões tomadas pela Confraria nos assuntos espirituais e materiais, respectivamente dos Irmãos e de todo o Santuário, as Mesas mantiveram-se sempre como órgão dinâmico em todas as reformas estatutárias que enformaram e caracterizaram a Irmandade. A sua estrutura porém foi sofrendo mutações ao longo do tempo, adaptando-se às mentalidades de cada época; burocratizaram-se e regulariza-

⁶⁴ A.I.N.S.R.L. - *Estatutos de 1779*, 1º Vol., 3º dossier, fl. 1.

⁶⁵ Esse livro está registado no A.I.N.S.R.L. com o título “*Livro das Eleicoens de Nossa Senhora dos Remédios*”. Conta de 96 folhas rubricadas por Sylva e tem registadas as Mesas desde o ano de 1749-1849-1850. Até aí não havia nenhum livro para esse fim.

⁶⁶ A.I.N.S.R.L. - *Livro de Inventário...*, fl. 19.

⁶⁷ A.I.N.S.R.L. - *Livro de Eleicoens de Nossa Senhora dos Remédios*, fl. 17v.

ram-se as funções dos elementos dessas Mesas, registando os seus deveres e suas obrigações, como verificámos pelo estudo dos Estatutos e suas reformas.

2.2.5.1 - Mesas de 1749 a 1776⁶⁸

A Mesa do ano de 1749 a 1750 era formada por 80 mordomos dos quais faziam parte: 1 juiz, 6 mordomos para servirem à Mesa e 7 zeladores. As Mesas Administrativas eram formadas por mordomos do clero e por leigos inscritos, apresentados em listas segundo a sua categoria hierárquica. Sem Estatutos que nos forneçam informações mais completas, limitamo-nos às que nos dão essas listas das eleições das Mesas.

Sabemos que as decisões passavam sempre pelo juiz, e sem a sua aprovação nada se podia realizar no templo, quer fossem actos religiosos, quer fossem obras para maior culto da Senhora. A Mesa fazia cumprir as regras da Irmandade e assistia a todos os actos e reuniões. Dos mordomos que a serviam, em número de seis, nada podemos apurar, pelas razões acima expostas, sobre a especificidade dos seus serviços, mas os Mordomos zeladores eram seleccionados para cuidar, principalmente, das obras que se realizavam na Irmandade⁶⁹. Sabemos também que esta Mesa e as que se seguiram tiveram a grande tarefa da construção do actual templo dos Remédios. Esta, considerando para além da construção do templo a de todos os outros espaços do Santuário, prolongou-se por 155 anos (apesar de se terem verificado pausas, por razões que serão tratadas posteriormente). As torres do templo só foram inauguradas em 1905. Até cerca de 1760 as Mesas eram numerosas, chegando a ser constituída por 84 elementos; tratou-se de um período de grande dinamismo da Irmandade em que o peso das responsabilidades era assim distribuído por um maior número de mordomos que, pelo prestígio dos seus cargos e com os seus haveres, apoiavam tal empreendimento.

2.2.5.2 - Mesas de 1776 a 1779

As Mesas, que durante alguns anos reduzido o número de elementos, voltaram nestes anos a aumentar o número de mordomos, porque se retomaram as obras de

⁶⁸ A organização das Mesas até 1776 era idêntica às regulamentadas pelos Estatutos de 1669, os quais não constam do Arquivo da Irmandade. *Idem*, - ob. cit., fl. 17v.

⁶⁹ Nesta 1.ª Mesa era zelador António Mendes Coutinho, Mestre de Obras da Sé.

grande porte no exterior, com a construção do escadório (1777/78), sob a direcção do bispo da diocese D. Manuel de Vasconcelos Pereira. Estando já em estudo a reforma dos Estatutos, a Mesa da Irmandade foi também reestruturada, hierarquizou-se, e diminuiu o número de elementos que a formavam, tendo ficado organizada do modo seguinte: 1º juiz (o próprio Bispo, D. Manuel de Vasconcelos Pereira), 2º juiz, que acumulava o cargo com o de zelador das obras⁷⁰, 1º Tesoureiro, 2º Tesoureiro e Zelador-mor da Irmandade.

2.2.5.3 - Mesas de 1779 a 1880

As Mesas do período de 1779 - 1880 eram regulamentadas pelo estatuto 7º e eleitas todos os anos, no dia 7 de Setembro, obedecendo à seguinte estrutura: juiz; mordomos nobres, mordomos oficiais e capelão. E, na forma dos Estatutos antigos, também se elegiam seis Definidores, sendo três nobres e três oficiais, os quais serviam as Mesas enquanto vivos e sempre que fossem chamados a dar o seu parecer. Sem esse parecer nada se poderia fazer na fábrica da Irmandade, porque qualquer decisão tomada à sua revelia, tornava-se nula. O pregador, no sermão do dia 8 de Setembro, festa da Senhora, lia aos fiéis a composição da nova Mesa eleita no dia anterior. O estatuto 9º estipulava que juiz e mordomos recebessem as contas do tesoureiro da Mesa do ano anterior - rendimentos e despesas que eram lançadas pelo capelão no livro das receitas e despesas, parcelarmente, depois de toda a Mesa assinar e o Prior Provisor do Bispado aprovar.

No ano seguinte, os elementos da Mesa anterior podiam ser reeleitos se o desejassem e se tivessem prestado bons serviços. Não aceitando a reeleição, só o poderiam ser passados três anos. Se a eleição recaísse em um não Irmão, neste passava a sê-lo a partir desse momento. O seu nome era registado em livro próprio e não pagava a jóia de entrada, porque iria contribuir para as despesas da festividade, tal como todos os outros elementos que formavam a Mesa. O juiz via acrescido o seu contributo nas festas da Padroeira, pagando mais um sermão, o qual fazia parte das cerimónias. Era, portanto, característica desta Irmandade a Mesa suportar todas as despesas das festas

⁷⁰ Não foi por acaso que a escolha recaiu sobre o Cónego José Pinto Teixeira, que já acompanhava as obras desde o início. Foi o elo de ligação e continuidade para o prosseguimento das obras que iriam seguir-se - o escadório.

da Senhora dos Remédios, sendo proibido usar para esse fim qualquer verba pertencente à Irmandade.

As funções do juiz não estão regulamentadas em nenhum estatuto. Parece ser uma figura que estava acima de qualquer regra estatutária, visto ser escolhido pelas suas altas qualidades de cristão e devoto cumpridor de todas as tarefas estatuídas pela Irmandade. Podemos nos aperceber em toda a legislação estatutária de 1779, em especial na parte administrativa, que tudo era feito com a supervisão, conhecimento e consentimento do juiz. Notamos, assim, ao longo de quase toda a vida da Confraria que o juiz era escolhido entre os mais ilustres membros do clero e da nobreza local. Era vulgar o cargo recair no Bispo da Diocese ou outro Bispo (como foi o caso do Bispo do Porto, D. João de Magalhães Avelar em 1828-1829).

A eleição do tesoureiro era regulamentada pelo estatuto 7º e decorria oito dias após a eleição da Mesa. Esta reunia novamente para a recolha das assinaturas dos novos membros que solenemente prometiam cumprir todas as obrigações dos cargos para que foram eleitos. A eleição da Mesa ocorria por votação entre os mordomos oficiais, fazendo-se, de seguida, o registo da mesma. Nos Estatutos estavam previstas todas as suas funções: receber o dinheiro da Irmandade, bens imóveis e alfaías da capela e organizar o inventário de todos os bens em livro adequado, seguido da feitura de um termo de registos para, depois, dar conta de tudo a qualquer mordomo que o desejasse. O tesoureiro não podia mandar dispendir dinheiro algum sem previamente ser autorizado pelo juiz ou, na ausência, ter o consentimento dos Definidores.

2.2.5.4 - Mesas de 1880 a 1888

Reunida a Assembleia Geral no 1º domingo de Junho (art. 23º), era eleita a Mesa que administraria a Irmandade no ano seguinte. Essa Mesa era composta por 9 vogais assim distribuídos: um juiz, um secretário, um tesoureiro e seis mesários.

No dia 2 de Julho, em Assembleia Geral formada pelos elementos que comparecessem e presidida pelo juiz da Irmandade em exercício, ou quem o substituísse, eram apresentadas pela Mesa anterior as contas do ano (art. 24º). O cap. 6º, art. 32º, refere que a eleição da Mesa era feita por escrutínio secreto, em lista branca, contendo 9 nomes, sendo, por ordem, o do juiz, o do secretário, o do tesoureiro e os dos mesários. Depois, de acordo com as regras estatutárias, a lista da Mesa, devidamente assinada pela mesa eleitoral, era afixada na porta principal da igreja. A Mesa da Irmandade podia ser reeleita, sem limite de vezes, não sendo obrigatório nenhum Irmão servir por mais de um ano.

O capítulo 7º referia a actividade e competências das Mesas Administrativas, desenvolvidas em vários artigos. O artigo 37º começava por referir que a Mesa representava a Irmandade perante o público e os poderes constituídos, tinha a duração de um ano e os seus serviços eram gratuitos.

A Mesa anterior reunia-se no dia 6 de Junho (art. 38º) para dar contas à que a ia substituir, entregando todos os objectos, alfaias e livros aos novos eleitos e, dessa posse, era lavrada um auto, no livro de actas, assinado por todos os elementos daquele órgão administrativo. Na primeira sessão da nova Mesa (art. 39º) eram designados, por acordo mútuo ou por sortes, os dois meses do ano que eram distribuídos a cada mesário cumprir o estipulado no capítulo 5º.

Também era eleita a comissão de obras e das festividades, de ambas fazendo parte obrigatoriamente o juiz da Irmandade. A Mesa reunia, segundo o artigo 40º: ordinariamente - no dia 6 Julho e no dia 20 de cada mês; extraordinariamente - quando o juiz determinasse. A essas reuniões presidia o juiz ou, na falta do mesmo, o secretário ou mesário mais idoso, que, neste caso, nomeava um secretário de entre os mesários presentes.

A Mesa funcionava quando reunia a maioria dos mesários (art. 41º) e as decisões eram válidas se tivessem a aprovação dessa maioria. O juiz tinha voto de qualidade

e qualquer mesário podia declarar em acta o seu desacordo sobre os assuntos tratados ou deliberados.

À Mesa competia (art. 42°): admitir os Irmãos; examinar as contas trimestrais apresentadas pelo tesoureiro; demitir ou admitir funcionários; deliberar sobre qualquer obra ou aquisição de qualquer objecto preciso, tendo sempre em conta o nº 6° do art. 9°; deliberar sobre o prescrito no art. 17°; deliberar sobre a Assembleia Geral, quando se dessem os casos previstos neste estatuto; decidir sobre qualquer outro assunto que o juiz entendesse dever resolver. Eram obrigações da Mesa (art. 43°): observar e fazer observar os Estatutos e a sua boa execução; organizar o seu orçamento geral ou complementar por anos económicos e nos termos determinados na lei; prestar contas anuais nos termos da lei; publicar e entregar a lista dos Irmãos conforme os §s 1° e 2° do art. 20°; apresentar à Assembleia Geral, no dia 2 de Julho, o relatório de contas da gerência do ano económico findo, para serem devidamente examinados todos os fundos da Irmandade, fazendo esse relatório integralmente parte da acta da Assembleia Geral; registar as hipotecas no prazo legal, as escrituras de mútuo e responsabilidade solidária da Mesa que servia na época em que se realizou a operação; comparecer às festividades da Irmandade; cingir-se ao plano geral das obras mandadas executar no santuário e anexos que estivesse devidamente aprovado.

Era da competência do juiz e restantes membros da Mesa (cap. 44°): convocar a Mesa da Assembleia Geral para o dia, hora, local e objectivo da reunião; presidir às sessões e dirigir os trabalhos em conformidade com as prescrições dos Estatutos e manter ordem nas discussões e notações; presidir às comissões mencionadas no artigo 33° e a qualquer outra de que faça parte; fazer cumprir as deliberações da Mesa; numerar, rubricar e assinar os termos de abertura e encerramento dos livros da Irmandade ou dar comissão a alguns membros; abrir e assinar a correspondência da Irmandade; propor os orçamentos gerais e suplementares e, no fim de cada ano, ler à Assembleia Geral o relatório de contas referentes à gerência desse ano; assinar os mandatos que autorizavam o pagamento de qualquer despesa; advertir, multar ou suspender os funcionários da Irmandade por falta de cumprimento dos seus deveres e, em último caso, participá-lo à Mesa na primeira sessão; ter em seu poder uma das três chaves dos caixões em que eram lançadas as esmolas para, no fim de cada mês, assistir à abertura das mesmas; nomear, em consonância com membros da Mesa, os funcionários do Santuário; estipular-lhes o vencimento justo; criar Estatutos próprios para regimento da Mesa (cap. 9°,

art. 52º, § único e art. 53º); ser membro das comissões de obras (cap. 10º, art. 54º, § 1º e 2º da comissão de festas, art. 55º) (dessas comissões faziam parte determinados elementos da Mesa como são referidos no sub-capítulo que contempla a mesma); recolher as esmolas (competência dos Mesários eleitos e registo do tesoureiro) (cap. 11º, art. 56º e 57º).

Ao secretário competia (art. 45º): exercer as funções de juiz na ausência deste, mas não acumulando com as de secretário; nomear secretário, de entre os membros da Mesa, em que servisse de juiz; ler, em reunião da Mesa, a acta da sessão anterior e os documentos de que ela devesse tomar conhecimento; redigir as actas das sessões e a correspondência da Irmandade; conferir com o tesoureiro as contas trimestrais e anuais que este tinha de apresentar à Mesa; pôr nota ("*visto*") nos talões dos recibos da receita que o tesoureiro lhe marcasse; escrever no livro de receita e despesa da Irmandade as contas da mesma; lançar no livro de contas os resumos das contas anuais que tinham de ser apresentados às autoridades; fazer no Tombo as inscrições dos Irmãos admitidos e tomar nota dos falecimentos; mandar satisfazer o preceituado nos § 1º e 3º do art. 13º, fazendo os avisos a que se refere o primeiro número do mesmo artigo; escrever o convite para as sessões da Mesa e da Assembleia Geral; extrair do Tombo a lista dos Irmãos a ser publicada anualmente; escriturar os livros de inventário geral e dos capitais; ter a seu cargo a direcção e execução de qualquer trabalho da secretaria não especificado.

As competências do tesoureiro estão estipuladas no art. 46º e eram as seguintes: receber todas as verbas da receita e pagar todas as despesas devidamente autorizadas; fazer o lançamento no livro diário-caixa; arrecadar e conservar todos os valores, pratas, alfaías e demais objectos da Irmandade, excepto os do § único do art. 48º; fazer descarga do pagamento dos anuais; apresentar à Mesa, nas sessões ordinárias de Março, Junho, Setembro e Dezembro, o diário-caixa, devidamente escriturado, para ela tomar conhecimento do estado financeiro da Irmandade; de acordo com o juiz, cumprir as deliberações da Mesa na parte respeitante a qualquer obra que esta determine no Santuário e anexos, ou à aquisição de qualquer objecto; ter em seu poder a segunda das três chaves com que se abriam mensalmente as caixas das esmolas, assistindo a esse acto conjuntamente com o juiz e o mesário do mês; proceder à aquisição de qualquer objecto de pequena importância ou a obras ou concertos insignificantes (art. 47º).

O tesoureiro era também responsável perante a Mesa por todos os valores da Irmandade, que deviam constar em inventário, assim como por tudo o que fosse entregue durante a sua gerência (art. 48º). Porém, não eram da sua responsabilidade os paramentos, roupas brancas e outros objectos de culto que estivessem em poder do capelão (art. 48º, § único).

Segundo o art. 49º, os mesários eram obrigados a: assistir às sessões para que fossem avisados, cooperando com as suas informações e conhecimentos para a melhor solução dos assuntos que houvesse para resolver; comparecer nos dias 7 e 8 de Setembro na Igreja dos Remédios para ajudar o pessoal das Mesas na aceitação das esmolas; auxiliar em tudo a comissão de festas da Padroeira; cumprir os demais deveres que lhe fossem incumbidos pelos Estatutos.

Cada mesário, nos meses que lhe eram distribuídos (art. 50º), tinha a seu cargo: ir todos os sábados à igreja dos Remédios, quando o capelão celebrasse missa e responso nesse dia, vestindo opa para com a sua presença dar mais solenidade a esse acto; abrir no último dia de cada mês as caixas das esmolas da igreja com a terceira chave (que estava em seu poder); dar contas ao tesoureiro das esmolas recolhidas, juntamente com as do capelão, as que tivesse recebido no peditório dos sábados, as dos moinhos e as de quaisquer outras procedências; registar no livro dos meses as respectivas verbas da receita do mês que servisse; o mesário que servisse em Junho, Setembro e Dezembro devia estar na mesa em que se aceitassem as esmolas, nos dias de S. João e na roragem da Senhora e Santo Estêvão, o tempo que fosse preciso.

2.2.5.5 - Mesas de 1888 a 1913

Nos Estatutos reformados em 1888, a Mesa Administrativa era composta por nove membros (art. 15º): 1 juiz; 1 secretário; 1 tesoureiro e 6 vogais eleitos, como determinado no cap. 7º.

A Mesa era eleita por escrutínio secreto e à pluralidade de votos pela Junta Geral, como era determinado no art. 19º, § único (cap. 7º, art. 26º), sendo a eleição feita no primeiro domingo de Junho ou, se não houvesse o número legal de Irmãos, no domingo seguinte, no mesmo local e hora, com o número de Irmãos presentes, desde que não inferior a 18 (art. 27º). Só podiam votar os Irmãos do sexo masculino, maiores de 21 anos, ou os emancipados que residissem no concelho (art. 27º, § único e art. 17º).



A lista dos Irmãos votantes era impressa todos os anos até 15 de Maio, e dessa lista constavam todos os admitidos até 30 de Abril. Essa lista estaria patente na secretaria da Real Irmandade, bem como no Tombo dos Irmãos, para que qualquer Irmão a pudesse consultar se assim o entendesse (art. 28º e § 1º e 2º). Os nove elementos que formavam as listas designavam, por ordem, o nome do juiz, do secretário, do tesoureiro e dos seis vogais. Não eram contadas as listas que tivessem algum sinal ou que não fossem brancas (art. 32º). Também não podiam fazer parte da Mesa Administrativa os Irmãos com as seguintes características (art. 33º): não soubessem ler, escrever e contar; não tivessem residência permanente na cidade ou subúrbios; não fossem maiores de 21 anos ou emancipados; fossem devedores à Irmandade; tivessem pleito judicial com a Irmandade; tivessem pertencido à Mesa dissolvida pela Autoridade Administrativa na eleição imediata à dissolução. Não podia também ser reeleito (art. 34º) qualquer Irmão que tivesse sido Mesário quatro anos seguidos. Não podia ser eleito o Irmão que não pagasse mais de 15\$000 réis de contribuição predial e não podia ser secretário ou tesoureiro o que não pagasse mais de 10\$000 réis de contribuição predial ou 20\$000 réis de qualquer contribuição para o Estado. Essa contribuição só era dispensada se o Irmão tivesse qualquer curso literário (art. 35º, § único).

Terminada a eleição, lavrava-se, em livro próprio, a respectiva acta e anunciava-se o resultado da eleição, em edital afixado na porta do templo da Senhora de Remédios (art. 36º). Na acta inscreviam-se todos os Irmãos votados pela ordem do número de votos e não podia ser obrigado a aceitar o cargo de mesário o Irmão que pertencesse à Mesa Administrativa em exercício, salvo se fosse secretário ou tesoureiro (§ único do art. 30º). O art. 38º contemplava a hipótese de recusa justificada por parte de algum Irmão eleito. Neste caso, o mesmo seria substituído pelo Irmão seguinte na lista da votação. A Mesa eleita tomava posse no dia 1 de Julho de cada ano, à hora marcada pelo juiz da Mesa anterior, e funcionava até ao dia 30 de Junho do ano seguinte (art. 39º).

Após a tomada de posse da nova Mesa, esta nomeava duas comissões: uma para dirigir e fiscalizar as obras do Real Santuário, outra para preparar a festa da Padroeira em 7 e 8 de Setembro (art. 40º). Presidia a ambas, o juiz da Mesa, que também distribuía o serviço mensal pelos seis vogais e designava o dia de cada mês em que a Mesa reunia em sessão ordinária (art. 40º, § 1º e 2º). Quem convocava e presidia à Mesa era o juiz ou, na falta deste, o secretário. Quando tal sucedia, era nomeado um

dos vogais que devia, nessa sessão, fazer de secretário interino (art. 41º, § 1º e 2º). As sessões ordinárias eram feitas no dia 1 de Julho e, mensalmente, num dia designado. As reuniões extraordinárias eram feitas sempre que o juiz assim o entendesse (art. 39º e 40º, § 2º e art. 42º).

A Mesa só podia funcionar com maioria dos membros e as suas deliberações deviam constar de actas assinadas por todos os assistentes (art. 43º). Nessas sessões só se tratava de assuntos do interesse da Irmandade (art. 44º). Competia à Mesa (art. 45º): administrar, solícita e devotamente, os fundos e rendimentos da Real Irmandade, diligenciando o aumento da receita; cumprir e fazer cumprir as disposições deste estatuto e louváveis costumes da Irmandade; organizar e discutir os orçamentos, regulamentos e outros assuntos que tivessem de ser submetidos à aprovação do Definidor; remeter ao Definitório, a 6 de Julho, as contas da gerência finda que, até ao dia 31 do mesmo mês, deviam ser enviadas às autoridades competentes; fazer com que fosse solenemente festejada a Imaculada Virgem dos Remédios nos dias 7 e 8 de Setembro, assistindo a esta e outras festas (art. 64º); mandar cumprir pontualmente os legados pios a que estava obrigada a Real Irmandade; aceitar doações, heranças e benefícios de inventário; admitir Irmãos e, prudentemente, excluí-los (art. 57º); nomear funcionários, suspendê-los ou admiti-los nos termos dos art. 62º e 63º; promover o progressivo engrandecimento das obras do Real Santuário; socorrer os Irmãos indigentes, se e quando para isso houvesse recursos.

Competia ao juiz: convocar e presidir às reuniões da Junta Geral, Definitório e Mesa; representar oficialmente a Real Irmandade em todos os actos públicos; abrir e assinar toda a correspondência, despachos e ordens de pagamento; numerar e rubricar todos os livros ou dar para isso comissão; fazer executar todas as divisões da Junta Geral, Definitório e Mesa; fiscalizar a exacta observância do estatuto, regulamentos e louváveis costumes; repreender, multar ou suspender temporária e prudentemente qualquer funcionário; nomear interinamente qualquer funcionário no caso de impedimento ou vaga; resolver qualquer caso urgente, ficando sob sua responsabilidade as medidas provisórias que adoptar; ter em seu poder a terceira chave de cada um das caixas de esmolas e assistir à tiragem destas no último dia de cada mês (art. 46º).

Competia ao Secretário: exercer funções de juiz no impedimento deste; ler, escrever ou subscrever as actas das diversas sessões; ter sob sua guarda e responsabilidade todo o arquivo da Irmandade; escrever toda a correspondência oficial e mandados

de pagamento; organizar o orçamento de receita e despesa e a lista anual dos Irmãos votantes; lavrar em livro especial os termos de admissão dos Irmãos; inscrever no respectivo Tombo os nomes dos Irmãos admitidos e anotar os óbitos e a satisfação das dez missas para cada um; lançar no livro de inventário os objectos, fazendo nota dos inutilizados; remeter ao capelão os nomes dos Irmãos falecidos para este dizer ou mandar dizer as respectivas missas; entregar ao tesoureiro, no princípio de Julho, o livro dos anuais e um caderno de todos os devedores para se fazer a competente cobrança; conferir, com o tesoureiro e o juiz, a conta da gerência de fim de cada trimestre.

O secretário será auxiliado por um escriturário, da sua escolha, remunerado pela Real Irmandade (art. 47º, cap. 9º).

Ao tesoureiro competia: ter sob sua guarda a responsabilidade de todos os objectos e alfaías da Irmandade, recebidas à vista do inventário do seu antecessor, e os adquiridos durante o ano; activar a cobrança de todos as dívidas usando recibos de talões; pagar todas as verbas de despesas à vista dos mandados assinados pelo juiz e secretário; prestar contas trimestrais no fim de Setembro, Dezembro, Março e Junho, deixando na secretária os talões de receita e mandados de despesa; ter em seu poder uma das três chaves e, no fim de cada mês, com o juiz e o mesário em exercício, tirar as esmolas das caixas; comparecer para recepção das esmolas no fim dos dias 7, 8 e 9 de Setembro, bem como no dia Santo Estêvão e na manhã de S. João Baptista; levar a cruz no acompanhamento dos Irmãos e nas procissões do costume (cap. 9º, art. 48º).

Competia ao mesário, no seu mês: assistir de opa às missas e responsos dos sábados e às missas das novenas; estar à mesa onde se recebiam as esmolas dos pratos nos dias de maior concorrência de devotos do Real Santuário; fiscalizar o servente na tiragem das esmolas pelas portas, aos sábados e pelas eiras; vigiar e dirigir o serviço de jardinagem; ter em seu poder uma das três chaves e, no fim de cada mês, com o juiz e tesoureiro, tirar as esmolas das caixas; inscrever no respectivo livro, separadamente, as esmolas das caixas do templo, as de Nossa Senhora de Lurdes e as dos sábados, bem como as ofertas, entregando tudo ao tesoureiro no dia imediato ao fim do seu mês; participar à Mesa as ocorrências sobre o que se tivesse de providenciar.

Todos os mesários eram obrigados a auxiliar a comissão da festa principal desde o dia 1 a 8 de Setembro, especialmente nos dois últimos dias (cap. 9º, art. 49º).

2.2.6 - Empregados da Irmandade

2.2.6.1 - Ano de 1779

O Ermitão era escolhido pelas qualidades próprias para desempenhar esse cargo. As suas atribuições estavam contempladas e regulamentadas pelo estatuto 14º, sendo as seguintes: cuidar das coisas da capela tendo-as sempre em ordem para servirem; dar conta de tudo o que se passasse na capela; tirar esmolas por todas as partes que pudesse, com todo o cuidado, diligência, zelo e devoção; tirar para si, só o necessário, e dar conta do resto à Mesa da Irmandade.

2.2.6.2 - Ano de 1880

Eram funcionários da Irmandade os seguintes elementos: um capelão; um organista; um servente e um jardineiro. Os seus ordenados dependiam do arbítrio da Mesa da Irmandade, que também tinha autoridade para nomear qualquer outro, em qualquer ocasião (cap. 9º, art. 52º, § único e art. 53º). As atribuições desses funcionários eram registados em regulamento específico.

2.2.6.3 - Ano de 1888

Refere o cap. 10º, art. 50º, que são funcionários do Santuário os seguintes elementos: um capelão, um sacristão, um servente, um organista e um jardineiro, todos nomeados pela Mesa Administrativa.

O capelão, residindo habitualmente na casa da residência da Real Irmandade, não podia ausentar-se desse local sem licença prévia do juiz da Mesa. Tinha como funções (§ único, o art. 51º): celebrar todas as missas estatuídas nos art. 73º a 76º, passando certidão geral no fim do ano económico; ter à sua guarda e responsabilidade os pagamentos, alfaia e outros objectos de uso diário; administrar os Sacramentos da Penitência e Eucaristia a todos os Irmãos que para isso o procurassem em qualquer dia do ano; renovar as partículas do sacrário (art. 67º); requisitar ao tesoureiro o dinheiro preciso para vinho e hóstias para todas as missas que se celebrassem; acompanhar a Cruz nos funerais dos Irmãos e nas procissões a que fosse a Irmandade; rezar durante um

mês, a contar do dia do seu falecimento, um responso no fim de cada missa dos sábados e domingos pelo Irmão falecido, além do responso geral dos sábados; zelar pela limpeza, decência e asseio dos utensílios do culto, do templo e da casa de residência; fiscalizar o cumprimento correcto das obrigações de todos os outros funcionários, prevenindo o juiz de qualquer falta que tenha observado; ter sempre limpa e à disposição da Mesa ou dos visitantes, a sala principal da residência⁷¹. Em § único, o art. 51º refere que o capelão não pode despedir-se sem prevenir o juiz com um espaço de tempo prévio de sessenta dias.

O art. 52º legaliza a situação do sacristão, que também é nomeado pela Mesa sob proposta do capelão. Dentro do templo usará, permanentemente, batina de pano roxo escuro e cota de mangas largas, por concessão do Bispo D. António da Trindade Vasconcelos Pereira de Melo, em 2 de Abril de 1867.

As suas actividades do servente são regulamentadas pelo art. 54º e são as seguintes: assistir de opa às missas dos sábados e novenas, pedindo esmola que, em seguida, deve lançar nas caixas; pedir esmola pelas portas, aos sábados, e pelas eiras, em ocasião própria, entregando tudo ao mesário em exercício; fazer na cidade a cobrança dos anuais e de outras dívidas da Irmandade; adornar os altares em todos os dias de festa; ir todas as 4^{as} - feiras e sábados receber ordens do juiz, do secretário e do tesoureiro da Mesa.

Legalizado pelo art. 55º, ao organista competia tocar órgão: em todas as missas e ladainhas dos sábados e em todas as missas solenes que a Mesa mandasse cantar; no dia 24 de Junho, desde as 3 horas às 8 da manhã; no dia 7 de Setembro, desde as 7 horas da manhã ao meio dia e das 3 horas às 7 da tarde; no dia 8 de Setembro, desde as 6 horas da manhã até às 12 horas e das 3 às 6 horas da tarde; no domingo imediato a 8 de Setembro, desde as 3 horas às 6 da tarde; no dia 3 de Maio, à missa do voto do cabido.

No cap. 10º, § 56º, faz-se referência aos deveres do jardineiro, e que a seguir enumeramos: ter sob sua responsabilidade e guarda os utensílios próprios da jardinagem; zelar pelo aumento, conservação e limpeza de todas as plantas e arbustos; ter sempre limpos e varridos os passeios, escadas e largos do Real Santuário; guardar e vigiar diariamente o terreno pertencente à Irmandade.

⁷¹ Actualmente essa residência foi incorporada no edificio do Hotel Parque que funciona ao lado do templo. Uma outra foi construída atrás do Santuário para albergar o capelão.

O art. 60º do cap. 11º faz referência às penalizações dos funcionários menos cumpridores. Sofria punição todo aquele que demonstrasse negligência no cumprimento dos seus deveres ou faltasse ao respeito devido aos seus superiores. Sofria suspensão pelo juiz ou pela Mesa, o funcionário reincidente na falta por que tivesse sido repreendido ou cometesse nova falta grave (art. 60º). Seria demitido quando reincidisse nas mesmas faltas por que tivesse sido suspenso e cometesse outras novas e gravíssimas, como ausentar-se sem licença, prejudicando, com isso, o Santuário (art. 62º). A decisão de penas mais pesadas competia ao Definitório, que aplicava ao faltoso a pena de demissão referida no artigo 62º, e da Junta Geral, para a definitiva exclusão expressa no artigo 57º.

2.2.7 - Fundos económicos da Irmandade e sua proveniência

Os fundos económicos da Irmandade, regulamentados e referidos em todas as reformas estatutárias, iam-se acumulando no decurso do tempo e as fontes de receita eram sempre as mesmas: esmolas, doações, testamentos, colectas feitas no estrangeiro, os anuais e a jóia dos Irmãos admitidos.

*«Continuam as Esmolas offertadas pelos muitos devotos da Virgem dos Remédios a unica verba avultada da receita d'esta Confraria»*⁷². As esmolas eram tiradas ao longo do ano pelas portas, na capela e pelas redondezas (esmolas das eiras), mas eram as tiradas na capela, e que engrossavam substancialmente nos dias da festividade da Padroeira, as mais significativas.

Em maus anos, ou havendo de se realizar obras, tiravam-se esmolas pelas portas da cidade, com a anuência do Bispo⁷³. O mesmo aconteceu aquando do incêndio da sacristia velha, em 17 de Dezembro de 1868⁷⁴, tendo-se perdido valiosíssimo espólio documental, paramentos e objectos valiosos, ou ainda quando se deu início à construção das Torres - obra ansiosamente esperada por todos os devotos. Consideravam-se fundos da Irmandade as jóias dos Irmãos, a capitalização anual de uma parcela de juros e a de fundos já existentes ou que viessem a existir (cap. 2º, art. 6º dos Estatutos de 1880).

⁷² A.I.N.S.R.L. - *Livro das Eleições de Nossa Senhora dos Remédios* - fl. 79.

⁷³ Em 1779, D. Manuel de Vasconcelos Pereira autorizou o pedido das esmolas pelas freguesias e aos domingos pelas portas da cidade.

QUADRO VI - RECEITA DO ANO DE 1871

Valor de 4 canadas de azeite	1\$600
Recebido de Juros de capital mutuado e registo e escritura	4\$265
Rendas de bens próprios	8\$000
Legado remetido do Brasil	652\$762
De aluguer de terrenos para a construção de barracas	14\$400
Guias de admissão de Irmãos	1\$000
Esmolas em cereais de Penude	90\$645
Esmolas da romagem da Padroeira	942\$100
Esmolas dos meses e entradas directas na tesouraria	693\$915
Esmolas do Mesários Nobres para a festividade da Padroeira	50\$660
Esmolas mensais de Padre Francisco d' Assis e Araújo	5\$600
Uma subscrição entre os caixeiros entregues por José Leite Guimaraes	34\$400
Venda de objectos inúteis na Confraria	8\$300
A.I.N.S.R.L. - Receita do ano Cível de 1871 - fl. 44	

QUADRO VII - DONATIVOS PARA A RECONSTRUÇÃO DA IGREJA

<i>"Donativos para a reconstrução do templo de Nossa Senhora dos Remédios em a cidade de Lamego"</i>	
Francisco Rodrigues Loureiro	100\$000
Francisco Gabriel Sinval	50\$000
António Maria Pereira	20\$000
José Francisco Cardoso de Sousa	20\$000
José Joaquim do Valle	20\$000
Bernardino Dias Alves Polbery	20\$000
César de Mascarenhas	10\$000
Miguel Augusto Alves	10\$000
Joaquim Pereira de Magalhães	10\$000
Lourenço Teixeira Borges	100\$000
Reis:	360\$000
Rio de Janeiro, 7 de Março de 1871	
Lourenço Teixeira Borges"	
A.I.N.S.R.L. - Actas da Confraria de Nossa Senhora dos Remédios - 1870, fl. 45	

⁷⁴ A.I.N.S.R.L. - Livro de Sessoens da Irmandade de Nossa Senhora dos Remédios, 1848-1869, fls. 57v-58v.

Não divergindo dos fundos apontados nos Estatutos anteriores (1779), criaram-se na reforma estatutária de 1880 dois tipos de receita: receita ordinária - rendimentos de capitais mutuados, da inscrição, títulos, foros e mensalidades dos Irmãos; receita extraordinária - as esmolas, as jóias dos Irmãos e outras proveniências eventuais.

Na reforma estatutária de 1888 os fundos da Irmandade eram legislados no art. 23º, estando à guarda do tesoureiro da Mesa Administrativa (art. 48º). O cap. 14º referente às Disposições Gerais, nos seus art. 77º, 78º e 79º, regulariza um dos fundos mais importantes da Irmandade, que eram as esmolas, premiando nos art. 80º, 81º, 82º, os devotos mais magnânimos nas suas doações. O mesmo cap. 14º, no seu art. 83º menciona a capitalização das jóias anuais dos Irmãos e nos art. 85º e 86º faz referência à aquisição de bens e desamortização dos mesmos segundo as regras estatais estabelecidas.

Se recuarmos à Fundação da Confraria verificamos que desde sempre a mesma adquiriu bens por doação e por compra, mas o maior contributo económico do Santuário e da Irmandade foi sempre o das esmolas, das quais dependia, quase totalmente, a manutenção do templo e as obras, as quais se iam fazendo consoante o maior ou menor fluxo das mesmas. A mais antiga doação conhecida data de 1628 e consta de um soute⁷⁵. No arquivo da Irmandade⁷⁶ aparecem várias escrituras de diferentes tipos:

Escrituras de Doação: um soute doado no ano de 1628; doação de sete canadas de azeite, cada ano, à Confraria, doado por Jorge Gomes da Silveira no ano de 1634; doação de um alqueire de azeite doado por Dionísia Ribeiro e sua irmã Paula da Silveira, no ano de 1669; um soute, junto à capela, em 7 de Janeiro de 1730; um soute doado a Nossa Senhora pelo Reverendo Padre Mestre Pregador Geral, Manuel de Santa Maria Coutinho, no ano de 1730; um soute doado em 21 de Julho de 1766; doação de terrenos para aumento do adro da capela, em 16 de Outubro de 1842.

Escrituras de emprazamento-arrendamento: escritura de “quarenta mil réis que traz a juros desta confraria João Pereira da Ponte, no ano de 1740”⁷⁷; escritura de prazo que fez esta confraria, no ano de 1741, a Manuel Luís e sua mulher da Vila de Sande de um mato e terra que foi vinha no limite dos termos desta cidade, cuja terra tinha deixado à Confraria de Nossa Senhora, o médico Manuel da Silveira e sua mulher; escritu-

⁷⁵ A.I.N.S.R.L. - *Livro de Inventário ...* - 1740, fl. 90.

⁷⁶ A.I.N.S.R.L. - *Escrituras de doações de terrenos e outros bens à Irmandade de Nossa Senhora dos Remédios*, 1º Dossier, s/n.

ra de emprazamento entre a Confraria e Nuno da Silva Loureiro, em 1769; escritura de prazo de três vidas que faz a Irmandade a D. Teresa Tomásia, no ano de 1780; escritura de prazo que faz a Irmandade a Manuel Faustino Loureiro, em 1783; escritura de emprazamento entre a Irmandade e Manuel Cardoso Aranha, em 27 de Julho de 1842.

Escrituras de transacção: compra e venda de títulos, empréstimos de dinheiro, arrendamentos; carta de arrematação; escritura de obrigação, segurança e indemnização; escritura nº 22 - “translado duma escritura de transacção, partilhas amigáveis, autorização, quitação e obrigação”⁷⁸. Por esta escritura tomamos conhecimento que a Irmandade devia pagar à viúva de Manuel Domingues Barreira a quantia 2.630\$000 réis (a mesma data de 7 de Março de 1894); escritura de 44 mil réis a juros no ano de 1692.

Além das doações à Irmandade, sempre que necessário esta adquiria propriedades, quando as obras exigissem mais espaço através de escrituras de compra: compra de um souto em 1628; compra que fez o juiz e mordomos a Inácio Correia de Carvalho, da rua da Cadeia em 1732; escritura de um pedaço de terra de souto por cima do adro da capela em 1673; compra feita pelo juiz e mordomos de um alqueire de azeite, em 1680; compra de um souto, que parte com o adro da capela, no ano de 1717; uma leira e giestal comprado a Maximiano da Silva Monteiro; um giestal ao Visconde de Alpendurada; um souto a Francisco José da Costa; um giestal a herdeiros de Macário de Castro; um souto ao Padre Luís Pereira da Silva Neves; uma leira a Miguel de Almeida Guimarães; um souto e giestal a Francisco José de Abreu; uma vinha a herdeiros de Maria dos Remédios⁷⁹.

Em 21 de Fevereiro de 1877 foram adquiridas outras propriedades rurais, após autorização régia (o Santuário era na altura já Real Santuário)⁸⁰. Quando as despesas com as obras eram elevadas, recorriam a empréstimos de particulares⁸¹, ao Banco do Douro⁸² e as outras instituições, como a Santa Casa da Misericórdia de Lamego⁸³.

⁷⁷ *Idem, ibidem*, s/n.

⁷⁸ A.I.N.S.R.L. - *idem, ibidem*.

⁷⁹ A.I.N.S.R.L. - *Livro das Sessões da Irmandade de Nossa Senhora dos Remédios*, 1877, fls. 4-8

⁸⁰ *Idem*, fl. 4.

⁸¹ A.I.N.S.R.L. - *Livro do Inventário... 1740*, “no ano em que foi Juiz desta Confraria António Jozé Guedes se presenciou tomar a juros esta Confraria ao devoto António da See cento e vinte mil reis para obras que se deitaram adiante das quaes se nam deve athe hoje 13 de Agosto de 1741 mais que setenta e três mil reis”, fl. 2.

⁸² A.I.N.S.R.L. - *Actas das Sessões da Confraria de Nossa Senhora dos Remédios - 1870*; fls. 188-188v. Sessão de 18 de Abril de 1880 presidida pelo presidente Manuel António Lopes Roseira“ (...) 4º

2.2.8 - Regalias Papais e Régias

Durante os séculos XVII e XVIII os papas foram pródigos em contemplar os santuários com breves apostólicos que avivavam o interesse e a fé dos devotos, atraindo-os a esses locais em busca dos lenitivos e indulgências que lhes diminuíssem ou remissem os pecados cometidos.

Em 1777, o Papa Pio VI concedeu indulgências plenárias a todos os que, no dia do ano a designar pelo ordinário, visitassem a capela dos Remédios e nela se confessassem e comungassem. Os Estatutos reformados em 1779 confirmam que Pio VI concedeu à Irmandade um Breve Apostólico de Indulgências Plenárias⁸⁴. Esse documento contemplava todo o cristão com indulgências plenárias e remissão de todos os pecados caso se confessassem e comungassem ao visitar o Santuário nos dias 7 e 8 de Setembro. Em 1871, a Irmandade obteve do Papa novas Indulgências Plenárias para todos os cristãos de ambos os sexos que, em qualquer dia do ano, visitassem a capela, após confissão e arrependimento⁸⁵. O mesmo Breve autorizava que o Santíssimo Sacramento passasse a estar permanentemente no Sacrário.

Em 1802, Pio VII concedeu novos privilégios ao altar-mor da Capela: indulgência que por meio de sufrágio alcançam os fiéis defuntos por quem é celebrada missa no referido altar-mor. Numa época em que a vida eterna era fundamental para o cristão, tudo o que permitisse alcançar a felicidade celestial era desejada e bem aceite. Desta forma, os papas fizeram com que a capela dos Remédios se tornasse um centro de peregrinação importante porque o Breve Pontifício deu uma dimensão nacional à devoção da Senhora dos Remédios. Os peregrinos aumentavam e, na mesma proporção, também as esmolas, acelerando, desta forma, a construção do Santuário.

- Que no dia 31 de Março e 12 do corrente officiária aos Directores do Banco do Douro, nos termos das cópias no 28, 30, 31 (as folhas 17, 17v e 18 do respectivo livro), pedindo a conta corrente em que esta Irmandade estava com o Banco e perguntando quando podia esta comissão receber os dois contos de reis importe da segunda serie do empréstimo de seis contos que devia suppôr-se contractado com aquelle Banco...".

⁸³ A.I.N.S.R.L. - *Idem, ibidem*, fl. 189 - Na mesma acta, visto que a soma pedida ao Banco era muito alta e não foi totalmente deferida. A Irmandade pede autorização ao governo civil de Viseu para contrair um empréstimo de 4 contos de reis "à Santa Casa de Misericórdia ou a outro qualquer estabelecimento público ou particular".

⁸⁴ A.I.N.S.R.L. - *Breves Pontifícios e outros documentos eclesiásticos*, 1º Dossier.

Após a recepção deste Breve Apostólico foi enviada uma carta à Rainha pedindo o seu Real Beneplácito para o Breve poder ser executado.

⁸⁵ A.I.N.S.R.L. - *Idem*.

Sempre na procura de maior engrandecimento para o Santuário, a Irmandade recorreu também ao Rei para obter as suas benesses. A primeira regalia régia foi concedida em 1814: *«Que do instrumento de justificação cível, que juntavão que aquelle templo, e suas continuadas obras, tinham sido constituídas pelas esmollas dos Fieis devotos; e para que não afroxasse o seu zelo, e hirem cada vez a maior aumento; pretendião, que Eu lhe fizesse a Graça de conceder-lhe Procissão para o dia sete, oito e nove de Setembro, haver naquele sítio huma Feira Franca (...)»*⁸⁶.

Um outro alvará, muito importante para a Irmandade, data de 1858 e foi concedido por D. Pedro V, como se pode ver num quadro colocado na sala de reuniões da Irmandade: *«Hei por bem e me Praz Fazer a Graça á Irmandade de Nossa Senhora dos Remédios erecta no Templo da mesma invocação, que se acha situado no Monte de Sancto Estevam, suburbios da Cidade de Lamego, Concedendo-lhe as honras e distribuições que directamente pertenceram aos Institutos de igual natureza»*⁸⁷.

Há muito que a Irmandade desejava tal concessão, à semelhança da que D. João VI havia concedido em 11 de Outubro de 1822 à do Bom Jesus de Braga. As duas Irmandades mantinham boas relações e correspondência, segundo cópias da Irmandade de Bom Jesus arquivadas no Arquivo da Irmandade de Nossa Senhora dos Remédios.

Parece-nos importante salientar tal facto, porque o bom relacionamento e troca de correspondência entre as duas Irmandades levam-nos a admitir possíveis influências do Santuário bracarense no de Lamego, nomeadamente a nível de estrutura e elementos decorativos do escadório.

A protecção régia traz à Irmandade uma maior distribuição e emancipação jurídica em relação à Sé de Lamego. A visita do Rei D. Luís a esta cidade e ao Santuário, no ano de 1882, foi acontecimento muito importante. Tal visita serviu para aumentar o número de romeiros ao local, bem como o número das ofertas de que o Santuário sempre necessitou e de que sempre viveu.

⁸⁶ A.I.N.S.R.L. - *Alvará Régio de 17 de Maio de 1814*, 2º dossier, 2º grupo - *Alvarás Régios e outros*.

⁸⁷ *Idem*, fl. 14

Parte III

3.1 - Da pequena capela seiscentista ao actual Santuário

No século XVII a Igreja renovou-se segundo uma estética barroca, pela necessidade de alicerçar o seu poder, acompanhando, desse modo, a afirmação do poder absoluto do Rei. Essa estética barroca teve como modelo Roma, a primeira cidade moderna da Europa tridentina que aliou ao discurso retórico (litúrgico e musical) um discurso mais inovador ao nível do urbanismo, da arquitectura e das artes plásticas no geral, discurso esse propagado depois a todo o espaço católico.

Com um atraso significativo, esse movimento renovador penetrou em Portugal nos finais do século XVII, estendendo-se por todo o século XVIII de uma forma clara e inequívoca, com o apoio mecenático do rei D. João V e que o clero secular e regular soube, à sua maneira, explorar. O poder do Rei cresceu em pompa e circunstância e, concomitantemente, a Igreja também saiu reforçada e renovada.

Aquele movimento renovador teve o seu epicentro na capital (Lisboa), que crescia em obras que atraíram inúmeros artistas estrangeiros, mão de obra de qualidade e actualizada proveniente sobretudo de Itália, da França e da Alemanha, com o intuito de colmatar ou reactivar o imaginário dos que ali viviam.

Mas se Lisboa se modernizava, outras cidades seguiam, naturalmente, o exemplo⁸⁸ da capital e, em qualquer dos casos, essas obras acrescentavam a vontade de oferecer aos sentidos a beleza e riqueza só pertença de alguns, mas disponíveis ao olhar e à sensibilidade de todos.

A cidade de Lamego, nomeadamente na primeira metade do século XVIII, não fugiu à regra: a renovação da Sé é o exemplo mais imediato do que atrás afirmamos. A partir de 1734, com o bispado em “sede vacante”, iniciou-se verdadeiramente uma revitalização da mesma através do seu restauro, de obras de beneficiação e de ampliação. Aí encontraremos Nicolau Nasoni cuidando das pinturas das abóbadas da nave⁸⁹.

A vinda de artistas para o estaleiro da Sé introduz o novo gosto, traduzido na prática, pela melhor funcionalidade dos serviços e, na teoria, pelo deslumbramento que

⁸⁸ Não vamos descrever aqui essas obras, uma vez que já foram estudadas e divulgadas o suficiente, através da publicação de várias teses de Mestrado, Doutoramento e Agregação.

⁸⁹ A Sé de Lamego era o exemplo vivo desse movimento. Muito necessitada de obras, já no tempo do Bispo D. Nuno, no início de setecentos, sofre reparações que se prolongam por todo o 1º quartel do século e, em 1734, em “sede vacante”, inicia-se o restauro da mesma que terminou em 1751, com o Bispo D. Frei Feliciano de Nossa Senhora inaugurando as obras realizadas com a benção da Sé.

causam as boas obras. A Sé, símbolo máximo do poder sagrado na região, seguiu esses ditames, concretizado no espectáculo do seu templo oferecido aos fiéis.

Também a Irmandade de Nossa Senhora dos Remédios, fruto desta vivência, sente necessidade de construir um sumptuoso Santuário, substituindo a pequena capela seiscentista dedicada ao culto mariano que acaba por se sobrepor ao primitivo culto a Santo Estevão. Trata-se de recuperar esse mesmo espaço, como atracção dos peregrinos num cenário mais grandioso, onde se erigisse um templo de maiores dimensões, capaz de albergar mais crentes, dotado de outras infra-estruturas, como fontes para saciar a sede, pátios que parecem pequenas praças/espaço aberto, urbanizando o monte⁹⁰, dotando-o de um escadório capaz de atenuar o árido e difícil caminho de acesso, formando todo o conjunto um espaço sacralizado. É neste contexto que devem ser entendidas as intervenções já iniciadas na primeira metade do século XVIII, consubstanciadas nos arranjos permanentes na conservação da antiga capela: em 1739, o juiz e mordomos da Confraria mandaram ladrilhar, à sua custa⁹¹, todo o espaço (“em circuito”), em volta da capela; abriram a porta da sacristia e mudaram o sino que estava sobre o cunhal da capela⁹². Já no ano anterior (1738), tinham mandado edificar a “fonte painel”⁹³, encomendada ao artista italiano Nicolau Nasoni que em 1739 recebeu os assentos que se encontram junto à dita fonte. Em 1741, construíram a casa e a cozinha para o capelão que havia sido destruída pelos rigores do Inverno.

Quanto à capela seiscentista, apesar dos cuidados permanentes de manutenção, seria substituída por “*hva sumptuosa capella nova contigua a antiga*” que foi oficialmente iniciada em 14 de Fevereiro de 1750, propósito que vem acrescentar a aderência à nova estética barroca de que temos vindo a falar. Não é de crer no estado ruinoso em que a pequena capela seiscentista se encontraria. Pensamos, antes, que esta já não serviria os objectivos desta nova moda, vindo mesmo a ser demolida, após a sagração da nova igreja.

⁹⁰ Antes chamado monte dos Fragões. Tomou, depois, o nome do orago da ermida COSTA, Manuel Gonçalves da - *História do Bispado e Cidade de Lamego*, Braga, Oficinas Gráficas de Barbosa & Xavier, 1986, vol. V, p. 636.

⁹¹ A.I.N.S.R.L. - “*Livro de Inventário... 1740*”, fl. 41.

⁹² *Idem*, fl. 41.

⁹³ *Idem*, *ibidem*, fl. 92v.

3.2 - O papel do Cónego José Pinto Teixeira

Nos bastidores das grandes obras encontra-se sempre alguém também grande: um rei, um bispo, um nobre, um mecenas ou, neste caso, a Irmandade de Nossa Senhora dos Remédios, liderada pelo cónego José Pinto Teixeira, que será o responsável pelo dinamismo e implementação do novo gosto. Todas as obras implicaram um grande esforço em recursos materiais e humanos e uma grande tenacidade.

José Pinto Teixeira era natural de Lamego e tinha raízes em Valdigem, terra natal de seus avós. Requereu, ainda presbítero, a 20 de Junho de 1734, as inquirições “de genere” usuais para ascender a Cónego Tercenário da Sé de Lamego. Essas provas decorreram, sob a direcção do chantre António de Andrade Beleza em Valdigem, na capela de José Vicente Beleza⁹⁴.

Em Lamego as provas tiveram lugar na Casa do Despacho da Misericórdia, sendo um dos seus deponentes Jorge Rebelo de Mendonça, casado e proprietário⁹⁵. Como Tercenário da Sé, Pinto Teixeira fez o seu percurso eclesiástico de um modo geral ligado à Irmandade de Nossa Senhora dos Remédios, sendo em 1741 juiz da Irmandade⁹⁶. Em 1745, ocorrendo novas eleições, foi substituído no cargo de juiz e, em 1747, era mordomo zelador⁹⁷. No ano seguinte, foi novamente designado juiz da Confraria, cargo para que foi reeleito em 1749, como se pode depreender do extracto registado em livro próprio, que passamos a citar:

«Aos três dias do mês de Agosto de 1749 annos nessa cappela de Nossa Senhora dos Remédios arebaldes da cidade de Lamego estando ahi juntos em Mesa o juiz e mordomos da Irmandade e Confraria da mesma Senhora; por eles na forma e compromisso e Estatutos da Irmandade se procedeu á nova eleyção de juiz Mordomos e Zeladores que hão de servir a mesma Irmandade e Confraria este prezente anno de 1749 the 5 de Agosto de mil sette centos e sincoenta; e depois de termos recebido juramentos dos Santos Evangelhos dà mão do mesmo juiz encarregando lhe servirem

⁹⁴ COSTA, Manuel Gonçalves da - ob. cit. vol. V, p. 145.

⁹⁵ *Idem*, p. 145.

⁹⁶ «Aos dezasseis dias de Agosto de mil setecentos e quarenta e hum anno, nesta capella de Nossa Senhora dos Remédios aonde eu padre Antonio da Silva Denis notário apostólico vim para se fazer inventário dos bens pertencentes a capella da mesma Senhora o qual se fez e reformou sendo juiz o Reverendo Cónego Tercenário(...)».- A.I.R.N.S.R.L. - “Livro de Inventário de todos os bens... 1740” fl. 2

⁹⁷ MARRANA, José António - ob. cit., p. 39.

sem odio ou afeição ou pessoa alguma, e que s'attendesem ao serviço de Deos e da mesma Senhora dos Remédios, e augmento da sua Irmandade e Confraria por todos elles, nemine discrepante (sic) foram eleitas as pessoas seguintes

Para juiz, O Reverendo Conego Tercenario, José Pinto Teixeira [...]»⁹⁸.

De 1749 até 1776 serviu sempre a Irmandade como juiz, acumulando, no ano de 1755-1756, esse cargo com o de zelador. Em 1776-1777 foi nomeado para o desempenho da função de segundo juiz⁹⁹ e até 1779 zelador das obras. Com a eleição da Mesa desse ano (1779-1780) tornou-se zelador juntamente com Manuel Faustino Loureiro¹⁰⁰ e no ano seguinte (1780-1781) continuou como zelador das obras. A partir de 1781 o seu nome deixou de constar nas listas das Mesas da Irmandade. Faleceu em 1784¹⁰¹ e foi sepultado, conforme sua vontade, no templo que fundou e do qual foi também grande benemérito¹⁰². Responsável máximo aquando da capela seiscentista de D. Manuel de Noronha, plenamente imbuído do espírito que enformava a Confraria, procurou organizar todos os bens e registos da mesma e da Capela da Senhora mantendo-a composta e com a dignidade exigida nos Estatutos. Os cuidados espirituais com os Irmãos e o aumento do culto à Virgem foram sempre os pontos orientadores da Irmandade, e José Pinto Teixeira serviu sempre como fiel cumpridor e executor dessas duas directrizes, contribuindo abnegadamente para o engrandecimento de ambas. Profundo conhecedor de todo o património da Confraria e da Capela, organizou e inventariou todos os bens móveis e imóveis, em livros próprios para cada finalidade. Esteve permanentemente ligado, como responsável principal, aos arranjos de conservação da capela seiscentista, tornando-se a figura essencial do novo projecto e da concretização das obras do Santuário dedicado a Nossa Senhora dos Remédios, revitalizando assim o culto mariano, materializado nessa magnífica construção.

⁹⁸ A.I.N.S.R.L. - *"Livro das Eleicoens de Nossa Senhora dos Remédios"*, fl. 2. Vide *Apêndice Documental*.

⁹⁹ O primeiro juiz nesse ano foi o Bispo da Diocese, D. Manuel de Vasconcelos Pereira.

¹⁰⁰ A.I.N.S.R.L. - *"Livro das Eleicoens de Nossa Senhora dos Remédios"*, fl. 54.

¹⁰¹ *Idem, Ibidem*, fl. 55.

¹⁰² 1870.Outubro.31 *"Dito do importe da obra que se mandou fazer na sepultura aonde jaz o fundador da Capella de Nossa Senhora dos Remédios o Reverendo Conego José Pinto Teixeira que foi abrir o distico e por um caixilho de pedra em volta... - 13\$780"* - A.I.R.N.S.R.L. - *"Receita e Despeza da Confraria de Nossa Senhora dos Remédios 1870"* - fl.37.

3.3 - Do projecto às obras: sagração e conclusão da igreja

«sem duvida será huma das maravilhas do mundo, ou ao menos do reino se não affrouxar a devoção, se completar o dezenho das obras, que os apaixonados com o seu dedo tem apontado(...)» Palavras do Cónego Prebendado João Mendes da Fonseca, último quartel do século XVIII¹⁰³.

*«Era obra aparatosa e bela »*¹⁰⁴.

Dando crédito a estas vozes, levantamos a hipótese de que o projecto teria similitudes com outro congénere, o do Santuário do Bom Jesus do Monte Espinho em Braga, quer na sua estrutura, quer na sua linguagem arquitectónica.

Circunstâncias várias impediram a possibilidade de encontrar as plantas projectadas, de descobrir os autores (ou autor) do projecto e os respectivos contractos. Tudo parece ter desaparecido no incêndio que deflagrou em 17 de Dezembro de 1868 na Sacristia do Santuário local onde se guardava o acervo documental. Ou, como referem João Amaral e Luís Nápoles¹⁰⁵, num outro incêndio em casa do juiz da Irmandade, Visconde Guedes Teixeira (1878-1880), onde se realizavam reuniões da Mesa, em período de grande dinamismo da mesma¹⁰⁶.

Sobre a veracidade de tão falados e elogiados projectos ficam muitas interrogações. Não duvidamos da sua existência, porque a obra é a sua confirmação, mas continuamos sem saber quem os fez e quanto custaram. Também desconhecemos se a construção seguiu literalmente os desenhos projectados ou se sofreu alterações, bem como o tempo que durou a sua realização.

¹⁰³ MENDES, João ou FONSECA, João Mendes da, - ob. cit. p. 93.

¹⁰⁴ MARRANA, José António. - ob. cit., p. 81.

¹⁰⁵ O primeiro, artista lamecense e primeiro director do Museu de Lamego, e o segundo, professor do Liceu da cidade e um dos dirigentes da Irmandade.

¹⁰⁶ *Idem*, p. 42. Tratando-se de uma construção pertencente a uma Irmandade, a documentação encontrar-se-ia ou no Arquivo dessa Irmandade (e essa foi por nós toda tratada, havendo os lapsos de referências devido aos sinistros já apontados), ou, a existirem cópias, estariam no Arquivo do Paço Episcopal ou no Arquivo Distrital de Viseu. Novas contrariedades se levantaram: a existir tal documentação, a pesquisa por nós encetada não logrou o êxito desejado, apesar da grande disponibilidade dos serviços, uma vez que este Arquivo se encontra em fase de reorganização, encontrando-se toda a documentação armazenada em grandes caixotes com a catalogação e inventariação documental ainda por efectuar.

Embora impossibilitados de responder cabal e documentalmente às primeiras questões, parece-nos não restar dúvidas de que a construção se fez em diversas fases: uma primeira, situada entre 1750 e 1778, e que corresponde à construção da igreja propriamente dita; uma segunda, que vai sensivelmente até aos princípios do século XIX e que se prende com o avanço da construção do escadório e com a construção da pequena capela centralizada, o levantamento da fonte e do obelisco, o arranjo urbanístico do recinto praça/ponto de encontro e do chamado Pátio dos Reis; um terceiro período, iniciado logo após o incêndio da sacristia velha (Dezembro de 1868), que se estende até 1905, e uma quarta e última fase que se desenvolve já nos anos sessenta deste século.

3.3.1 - Primeira fase (1750 a 1778): a construção da igreja

Seguindo a ordem cronológica e fazendo uso da documentação consultada, podemos acompanhar o decurso da obra realizada. Assim, o actual templo foi iniciado em 14 de Fevereiro de 1750, com o lançamento da primeira pedra feito com a solenidade que o acto exigia na presença de muitos clérigos e seculares. Essa primeira pedra foi benzida pelo cônego José Pinto Teixeira, a mando do Bispo da Diocese, D. Frei Feliciano de Nossa Senhora, na forma do Ritual Romano de Paulo V¹⁰⁶. A pedra era branca, quadrada, abrindo-se nela seis cruces. Depois de benzida e após as cerimónias religiosas ligadas ao acto (procissão solene e missa cantada) foi levada em procissão numa padiola coberta com um tapete, carregada por quatro sacerdotes ajudados por pedreiros para o local onde seria colocada no alicerce que ficava na direcção de Fafel e Medelo¹⁰⁷.

Ficou a *«primeira pedra no sitio actual da nova capela em que se há-de assentar a primeira vaza do cunhal para a parte de S. Sebastião, na direita em que se lhe há-de seguir o arco da tribuna e o altar maior da mesma capela»*,¹⁰⁸ no mesmo local onde outrora existiu a capela de Santo Estêvão¹⁰⁹.

¹⁰⁶ A.I.S.N.R.L. - «Livro de Inventário...1740», fl. 84.

¹⁰⁷ *Idem*, fl. 84.

¹⁰⁸ *Idem*, *ibidem*, fl. 84; MARRANA, José António, - ob. cit. p. 44.

¹⁰⁹ A obra seguia lenta mas continuamente, em conformidade com as *«esmolos que os devottos da mesma Senhora por cujo o motivo ainda se não finalizou a capella-mor, suposto se tem gasto nella perto de dez mil cruzados, porque vay feyta de pedra muy bem lavrada e com toda a magnificência. He por dentro oytavada e cerca de 40 palmos de largura; por fora he quadrada, e se pertende fazer*

Se a lentidão das obras ao longo dos tempos foi uma característica, as razões decorrentes da angariação de fundos não impediram que em 22 de Julho de 1761, onze anos após o lançamento da primeira pedra, se procedesse à inauguração do novo templo. Coube essa missão ao dinâmico José Pinto Teixeira, juiz da Irmandade, que com o consentimento do então Bispo da Diocese, D. Feliciano de Nossa Senhora, a benzeu. Acompanhavam-no elementos do clero e mordomos com a cruz, tochas e a «caldeirinha e água benta e inxopo»,¹¹⁰ vestidos com sobrepelizes, e também seculares que assistiram à benção seguida da «primeira missa cantada e acompanhada com vários repiques de sinos»¹¹¹.

Nesta fase, o interior do templo ainda estava despojado de altares e respectivas imagens, o que, contudo, não impediu que nele se realizasse a primeira celebração eucarística, fazendo-nos adivinhar a grande satisfação pela obra já realizada, quer da parte da Irmandade, quer dos devotos. Apesar do interior da Igreja estar vazio, começaram ali a celebrar-se, precária mas regularmente, os ofícios religiosos, desde 1761, evidenciando bem o desejo de colocar o novo templo ao serviço da Senhora. Por isso, o Bispo da Diocese, com a autorização do Cabido, cedeu, para esse fim, a tribuna antiga da Sé, onde se expunha o Santíssimo¹¹², e alguns retábulos «do que tinham tirado dos altares da mesma, para se compor a capela da Senhora que com efeito ficou hum brinco»¹¹³, onde foram colocadas as quatro imagens já existentes na capela seiscentista: Nossa Senhora dos Remédios, Santa Ana, S. Joaquim e Santo Estevão, que anteriormente tinham sido deslocadas dessa capela para a igreja do Desterro, na cidade de Lamego, regressando, em solene procissão ao novo templo. Este permaneceu com as peças emprestadas (sobras do restauro da Sé), enquanto se não adornou com novos retábulos e tribuna. Em 1769 foi colocada sobre a porta principal, em nicho bem lavrado, a imagem de pedra da Senhora (cujo autor se desconhece), seguida da bênção feita pelo padre vigário José de Bastos e Cunha, penitenciário da Santa Sé e provisor do Bispado, em nome do Bispo D. Frei Feliciano de Nossa Senhora. O desconhecimento de quem terá esculpido a imagem da Virgem, bem como algumas outras, deixam-nos sem resposta a

de abóboda com trez arcos de pedra, que hade levar para remate: O corpo da Igreja se intenta fazer á mesma imitação; continuando os devottos com o mesmo fervor, que atte ao presente tem mostrado».

A.N.T.T. - *Dicionário Geográfico, Memórias Paroquiais*, vol. XIX, 1758, fl. 297.

¹¹⁰ A.I.N.S.R.L. - «*Livro de Inventário... 1740*», fl. 12.

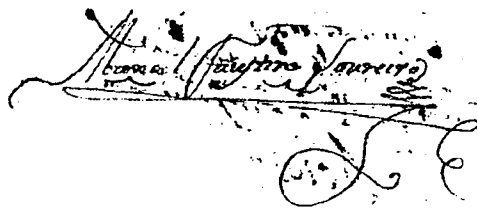
¹¹¹ *Idem*, fl. 12.

¹¹² *Idem, ibidem*, fls. 16-16v.

¹¹³ *Idem, ibidem*, fls. 16-16v.

questões que reputamos importantes para o nosso trabalho. São as lacunas na documentação já referidas e que não encontramos forma de as ultrapassar.

Algum tempo depois, em 21 de Abril de 1773, foi posta a cruz no frontispício da capela, faltando somente «*as quatro figuras que estão ajustadas para a conclusão do mesmo frontispício...*»¹¹⁴. Só quando o templo ficou completamente construído e após os remates do frontispício e a colocação das imagens de pedra no mesmo se fez a benção do corpo da capela com as habituais cerimónias religiosas, sempre com grande assistência de «*várias pessoas assim de eclesiásticos como de seculares(...) na forma do Ritual Romano*»¹¹⁵. A inauguração teve lugar no dia 4 de Setembro de 1778, após um período de trabalhos de cerca de 28 anos (1750-1778). Com a eleição para juiz da Mesa no ano económico de 1776-1777 do bispo D. Manuel de Vasconcelos Pereira, dinamizam-se as construções, tendo-se tomado decisões importantes para a continuação das obras de pedraria, entre as quais as que o documento a seguir transcrito aponta: «*Termo que se ajustou com Manoel Faustino Loureiro mestre pedreiro. Aos vinte e nove dias do mes de Junho de 1777 se detreminou na Meza que se fez na capella se Santo António nos claustros da Sé e ajustou com o zelador mestre pedreiro, Manoel Faustino Loureiro concorrer com todas as obras de pedra que se fizerem na dita Irmandade, de fazer riscos, plantas, meter offeciaes e botarlos fora os que não forem capazes e cazo que elle falte na sua auzencia meter outro o que se lhe prometeu servido com toda a satisfação e zello de lhe dar cada anno vinte e quatro mil reis como se obrigou de fazer e comprir a dita obrigação e obrigava declarando que estes offeciaes que o dito meter fara feria delles para se lhe pagar do rendimento da cappella e tera obrigação de ter conta na pedra que vem para se pagarem os carreiros. Lamego 29 de Junho de 1777.*



Manoel Faustino Loureiro»¹¹⁶

¹¹⁴ *Idem, ibidem*, . fl. 19.

¹¹⁵ *Idem, ibidem*, fl. 18.

¹¹⁶ A.I.N.S.R.L. - "Livro de Eleicoens de Nossa Senhora dos Remédios", f. 50 v.

O teor do contrato celebrado com o mestre Manuel Faustino Loureiro parece-nos enquadrar-se tanto na conclusão destas obras de pedraria do exterior da igreja, como adequar-se às obras que em breve se iriam iniciar - a construção do escadório.

Na sequência dos factos apresentados diacronicamente poderemos inferir que a construção da estrutura do templo estaria terminada no último quartel do século XVIII: o corpo da igreja, com nave única, de forma rectangular (Figura 1); a capela-mor, apresentando-se exteriormente em forma de polígono quadrangular, enquanto que o seu interior se desenvolve num espaço centralizado de forma octogonal, e a sacristia (destruída pelo incêndio no ano de 1868).

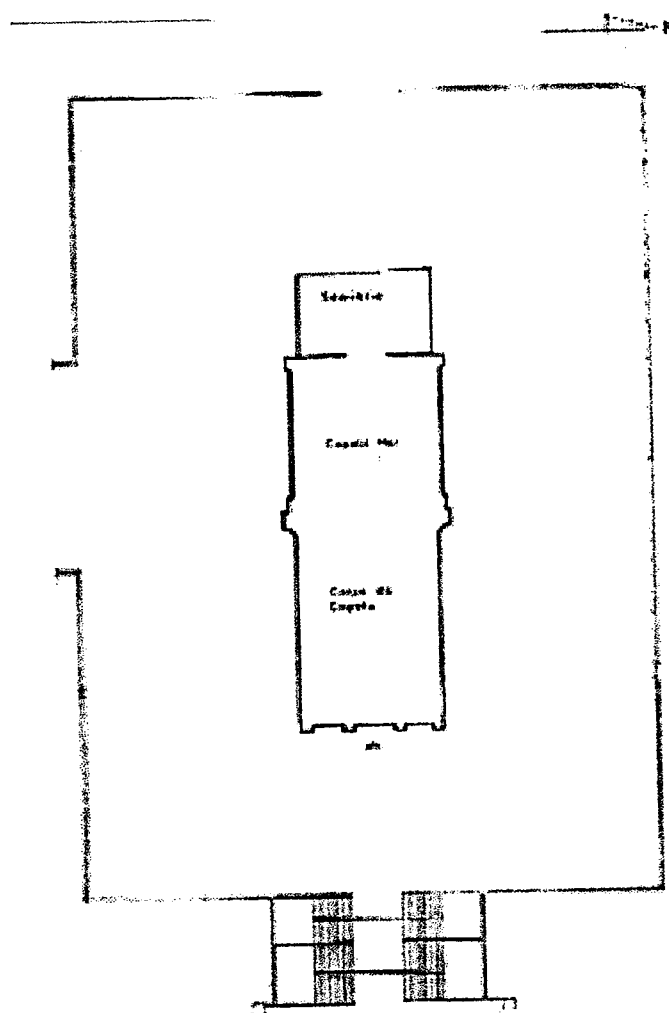


Figura 1 - Igreja do Nossa Senhora dos Remédios de Lamego, séc. XVIII.

(escala: 1/400)

3.3.2 - Análise formal do exterior da igreja no século XVIII

Para podermos fazer uma leitura das formas exteriores do templo temos como único documento a ilustração aqui apresentada (fotografia do século XIX), anterior ao período de continuidade da construção do santuário, e que nos mostra o que seria a igreja aquando da sua sagração no ano de 1778.

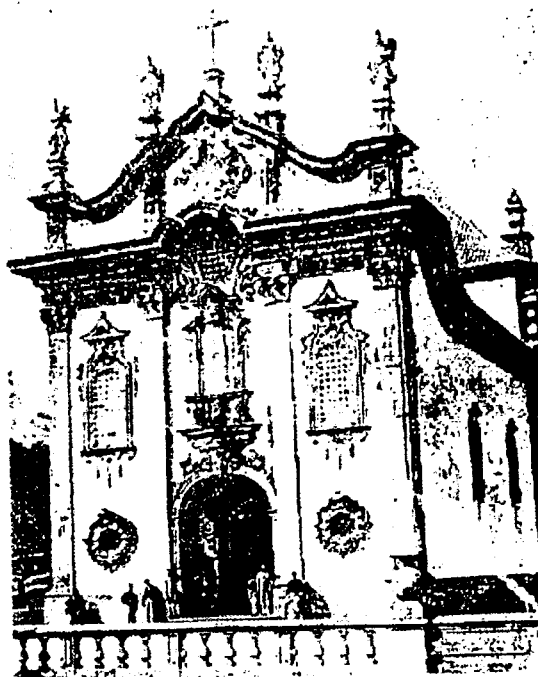


Figura 2 - Igreja de Nossa Senhora dos Remédios, séc. XVIII.

Todo o conjunto revela uma volumetria em forma de polígonos quadrangulares, de volumes diferentes, alongados nos cunhais por pirâmides assentes em plintos. O edifício é composto por um sólido soco que o envolve; os alçados laterais são de reboco branco e rasgados por dois janelões no espaço correspondente ao corpo da igreja. Toda a construção é percorrida por um sólido entablamento e o alçado correspondente à capela-mor destaca-se pelo pé-direito superior ao do corpo da igreja, alongado ainda mais pelo telhado em pavilhão e pelos cunhais rematados com urnas.

A fachada apresenta-se dividida em três partes, separadas por quatro pilastras (duas nos cunhais, ligadas às dos alçados laterais, e duas que fazem a separação do seu

eixo central). Essas pilastras apresentam base em relevo, fuste liso e capitel compósito com elementos decorativos de gosto nacional e são interrompidas pelo entablamento saliente que as corta em dois corpos identificando-as com as igrejas alemãs¹¹⁷. As pilastras continuam no frontispício, agora enriquecidas com elementos decorativos.

O eixo central é formado pela entrada principal, com arco de asa de cesto, granítico, e com decoração tardo-barroca (concheados de perfis recortados), seguida por uma mísula, granítica, com a mesma gramática decorativa vegetalista, e um belo nicho, do mesmo material, que abriga a imagem da Virgem (aí colocada e benzida no ano de 1769 pelo Reverendo José de Bastos Cunha, cônego penitenciário da Santa Sé e provisor do bispado de Lamego, no tempo do bispo D. Frei Feliciano de Nossa Senhora¹¹⁸), e resguardada das intempéries por uma vidraça, conforme as directrizes exigidas da arquitectura religiosa pós-tridentina¹¹⁹. Segue-se um janelão, em forma de urna, que corta a horizontalidade do entablamento e se encurva, acompanhando-lhe o recorte.

De cada lado do eixo central, no terço inferior, foram rasgados, simetricamente, dois óculos profusamente concheados, de perfil frisado, de gosto rocóco, encimados por grandes janelões rectangulares, de avental granítico, com recortes e motivos fitomórfico. Os lintéis, também em granito, são adornados com decoração fitomórfica e encimados por frontões triangulares côncavos, de gosto nasoniano. O frontispício apresenta um remate, onde a linha curva lhe acentua a sinuosidade, e é alongado por quatro estátuas graníticas. No eixo central, no ponto mais elevado, foi colocada uma cruz no ano de 1773¹²⁰.

As quatro figuras e a cruz estão assentes em pedestais graníticos dispostos pela seguinte ordem, da esquerda para a direita: na extremidade do frontispício, um anjo sustentando na mão uma coroa, símbolo da Rainha do Céu; seguem-se as estátuas alusivas à Fé e à Esperança, que ladeiam, em posição central e mais elevada, a Cruz, símbolo da Caridade e do Amor, elevado ao mais alto grau; um segundo anjo, na outra

¹¹⁷ «As fachadas das igrejas de Neumann, de fortes cornijas, pilastras embebidas, janelões e uma composição de elementos horizontais harmonizados por elementos verticais» - CONTI, Flavio, - *Como Reconhecer a Arte Rocóco*, Edições 70, s/d., pp. 20 - 22.

¹¹⁸ A.I.N.S.R.L. - *Livro de Inventário...* 1740, fl. 19.

¹¹⁹ BORROMEU, S. Carlos, - *Instrucciones de la fabrica e del ajuar eclesiasticus*, Universidad Nacional Autonoma de México, México, Imprensa Universitaria, 1985 p. 8. A cartela que está sobre o nicho da Virgem foi ali colocada em 1870.

¹²⁰ *Livro de Inventário...* 1740, fl. 19. O uso de estátuas no frontispício era pouco usual em Portugal. Nasoni aplicou-as no frontispício da Igreja Nova, em Vila Real, e José de Figueiredo Seixas, seu mais

extremidade do frontispício, ostenta uma faixa com a expressão gravada “*Stella matutina*”, alusiva à Mãe do Senhor.

A estatuária que decora a fachada não está documentada, havendo somente o registo da data da colocação da cruz: “*Na quarta feira 21 de Abril da era asima se pos a cruz por remate do frontespicio da capella a que so faltão as quatro figuras que estão ajustadas para a conclusão do mesmo frontespicio que fiz esta lembrança para a todos constar*”¹²¹. Parece-nos poder concluir-se que este remate será contemporâneo e terá tido como referências as igrejas Nova de Vila Real e da Ordem do Carmo no Porto, ambas construídas na segunda metade do século XVIII, como já referido. Toda a obra se impõe pelas suas linhas simples, embora monumentais e dinâmicas, eco das obras executadas nos grandes pólos difusores da arte de então (Porto e Braga), mas interpretada pelo gosto e vontade de artistas e encomendadores da região¹²².

3.3.3 - Análise formal do interior da igreja no século XVIII

Transposta a porta principal, depara-se-nos um pequeno nartex cuja entrada ostenta uma cercadura granítica recortada e profusamente decorada com elementos fitomórficos e concheados vasados. De cada lado da parede que separa o nartex do interior abrem-se dois óculos, também de granito, trabalhados, com enrolamentos laterais, pendentes e encimados por pequenos frontões triangulares. Para o lado sul e norte, duas portas estreitas dão acesso a arrumos e ao coro da igreja, respectivamente.

O corpo da igreja é formada por uma só nave rectangular, característica dos santuários de peregrinação pós-tridentinos. Todo o interior é percorrido por um forte entablamento formado por cornija, friso e arquitrave que sustentam a abóbada de berço. O coro, sobre a entrada da nave, assente num arco abatido, recebe a luz de dois janelões da frontaria. As paredes laterais são rasgadas por dois conjuntos de portas-janelão, com cercadura granítica de decoração rocóco: as portas são encimadas por frontões, invertidos e concheados, e os janelões, com decoração fitomórfica, são encimados por um pequeno frontão que interrompe o entablamento. A primeira porta, do

directo seguidor, utilizou o mesmo esquema na fachada da Igreja da Ordem Terceira do Carmo, no Porto.

¹²¹ A.I.N.S.R.L. - *Livro de Inventário*...1740, fl. 18.

¹²² CORREIA, Virgílio, - ob. cit., p. 10.

lado sul, é a única que abre para o exterior; duas outras dão acesso aos púlpitos; a primeira do lado norte foi transformada em nicho contendo um presépio.

Os ângulos, chanfrados, junto do arco triunfal, foram preenchidos com dois arcos graníticos, de volta perfeita, assentes em pilastras de fuste liso e capitel compósito, albergando os altares laterais a que nos referiremos em sub-capítulo posterior. Esta forma arquitectónica dos cantos revela um barroquismo pouco habitual no nosso país¹²³. A capela-mor, de planta centralizada, oitavada, faz lembrar uma versão simplificada da igreja de Santo Ivo alla Sapienza, de Borromini (1642-1650)¹²⁴, e, como a nave da igreja, é também envolvida por entablamento onde assentam doze arcos graníticos em forma de aduela. Arcos e entablamento são suportados por fortes pilastras adoçadas, assentes em alto plinto, de fuste liso e capitel compósito.

A estrutura sólida do conjunto parece que estaria preparada para suportar uma cúpula mais imponente, cuja realização terá sido gorada pelos magros proventos da Irmandade ou a pela falta de um mecenas. Optou-se, então, pela solução mais simplificada e económica da abóbada interior de arcos de volta perfeita, com molduras graníticas, onde a decoração mais rica e erudita é visível nas molduras dos janelões e no óculo que se lhes segue, rematado por pequeno frontão triangular, encurvado, reveladores do cuidado tido pela Irmandade no tratamento deste espaço fulcral do templo.

De cada lado do altar-mor abrem-se duas portas para corredores deambulatórios com acesso à sacristia, revestidos por uma tarja de azulejos aproveitados da anterior capela seiscentista¹²⁵. Da sacristia velha nada sabemos senão que sofreu um incêndio, já referido, e que aniquilou grande parte do espólio documental, paramentaria e outros valores aí existentes.

¹²³ Estas características arquitectónicas podem ser observadas na igreja do Menino Deus, em Lisboa, de S. João Baptista, em Campo Maior, na de S. Filipe de Nery e de Nossa Senhora da Ribeira, em Viseu, na da Conceição da Praia, na Baía e na igreja do Carmo, em Ouro Preto - Brasil; PAIS DA SILVA, Jorge Henrique, - *Páginas da História da Arte*, Lisboa, Editorial Estampa, 1993, Vol. 2, pp. 112-115.

¹²⁴ GOMES, Paulo Varela - *A Cultura Arquitectónica e Artística em Portugal no Século XVIII*, Lisboa, Editorial Caminho, 1988, p. 32.

¹²⁵ MARRANA, José António, - ob. cit., p. 94.

3.4. - Organização do espaço interior da igreja

3.4.1 - O retábulo-mor

O retábulo, após o Concílio de Trento, tornou-se elemento primordial no interior das igrejas como polo difusor das ideias conciliares¹²⁶, passando a desempenhar dupla função: educativa, junto dos crentes que, sendo maioritariamente iletrados, apreendiam pelos sentidos o que não receberam pela instrução, e de acolhimento das imagens sagradas que, pela sua dignidade, exigiam “molduras de ouro”¹²⁷. Por essa razão, o retábulo é objecto de atenção e cuidado dos artistas do risco e entalhadores que, em conjunto, procuram torná-lo centro de atracção pela sua teatralidade e cor.

O zelo e devoção do mesário Pedro da Silva Oliveira, capitão e meirinho-geral do bispado de Lamego, induzem-no a oferecer os retábulos à igreja de Nossa Senhora dos Remédios. Desejando obra condigna com a grandeza do templo, enviou as medidas dos arcos da capela-mor e dos laterais do corpo da igreja para Braga, encomendando o risco a Frei José de Santo António Vilaça, monge beneditino, por ser “*o mais perito nos riscos*” (1764-1766)¹²⁸. Vilaça iniciou as suas obras inspirando-se nas gravuras de Juste Auréle Meissonier, de Augsburg, para logo impor o seu próprio cunho de grande artista criador, o que lhe permite ultrapassar os limites bracarenses, tornando-se conhecido pelas obras espalhadas por todo o Minho, Douro, Beiras e Brasil¹²⁹. A sua obra está amplamente divulgada por especialistas de renome, pelo que faremos, apenas, breve referência aos retábulos da igreja.

O retábulo-mor, mais rico e elaborado, teve como paradigma o da capela-mor do mosteiro de Tibães¹³⁰, adaptado às proporções de um espaço menos amplo, pelo que, exceptuando as do remate, sofreu alterações nas proporções do desenho, alongando-o um pouco e tornando-o mais alto e delgado em relação ao de Tibães.

¹²⁶ COSTA, George - *Retables et baldaquins baroques dans les églises du Moyen Âge*, in “Monuments Historiques”, Paris, nº 101, p. 69.

¹²⁷ FERREIRA ALVES, Natália Marinho - *A Arte da Talha no Porto na época barroca (Artistas e Clientela, Materiais e Técnicas)*, 1º vol., Porto, Gráficos Reunidos, 1989, p. 46.

¹²⁸ A.I.N.S.R.L. - *Livro de Inventário...1740*, fl. 17.

¹²⁹ SMITH, Robert C. - *Frei José de Santo António Vilaça. Escultor beneditino do séc. XVIII*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1972, Vol. II, p. 406.

¹³⁰ *Idem*, p. 401.

Vilaça conservou nos remates deste retábulo os vazamentos já usados no modelo inspirador e as semelhanças com as estampas de Göz¹³¹ parecem ser mais visíveis pela observação das cabeças de anjos nele talhadas. O artista recorreu também ao uso de grandes molduras que fazem a ligação da tribuna com a banquetta e a mesa do altar, apresentando-se, desse modo, como elemento unificador de todo o conjunto, conforme podemos observar nas figuras abaixo.



Figura 3 - Retábulo-mor da Igreja de Nossa Senhora dos Remédios.



Figura 4 - Retábulo-mor da Igreja do Mosteiro de S. Martinho de Tibães

¹³¹ Ver obra de Robert Smith já citada. O autor faz uma descrição detalhada dos retábulos da igreja de Nossa Senhora dos Remédios, pelo que nos pareceu desnecessário repeti-la neste trabalho.

O artista revelou nesta obra todo o seu génio criativo, reflectido na originalidade do conjunto, o que levou Robert Smith a considerá-la a obra prima da primeira fase de Vilaça (1758-1768).

O trono é formado por cinco degraus, no último dos quais assenta o camarim, sobre quatro colunas, que suporta um baldaquino onde foi colocada a imagem da Virgem que terá sido trazida de Roma, no século XVI, pelo bispo D. Manuel de Noronha e que pertencera à capela seiscentista por ele mandada construir.

O segundo degrau ostenta a imagem do protomártir Santo Estevão¹³² e entre as colunas laterais do retábulo, em mísulas, podem ver-se as imagens de S. José, oferta do cônego José Pinto Teixeira, e a de S. Jerónimo. Em todo este conjunto de talha dourada ressalta «a força das molduras principais, que se prolongam de camada em camada, de uma zona para outra, definindo, com a sua passagem, os fantásticos perfis da boca da tribuna¹³³ e da zona das bases, donde sai com encantadora precisão a linda “urna” do altar»¹³⁴.

Se Pedro da Silva Oliveira teve todo o cuidado na escolha do melhor artista, da zona de Braga para fazer o risco do retábulo, também o fez com a escolha do entalhador para o executar. Por isso, deslocou-se pessoalmente a Braga para contratar a obra com um dos mais conceituados entalhadores de então, Luís Manuel da Silva. Com ele acertou a obra pelo preço de 490\$000 réis, tendo sido lavrado o contrato para a execução do retábulo¹³⁵. O entalhador comprometeu-se a dar a obra pronta no ano de 1766, tendo-se deslocado a Lamego com seus ajudantes para, junto da igreja, efectuar os acertos na madeira que trouxera aparelhada de Braga. Permaneceu na cidade até dar a obra por completa e o contratante ter confirmado a sua plena satisfação. O seu douramento só foi executado no ano de 1773, a expensas do mesmo doador¹³⁶.

¹³² MARRANA, José António, - ob. cit., p. 92.

¹³³ A tribuna também foi oferecida por Pedro da Silva Oliveira e feita por Luís Manuel da Silva na mesma altura. MARRANA, José António, - ob. cit., p. 52.

¹³⁴ SMITH, Robert C., - ob. cit. p. 402.

¹³⁵ Vide Apêndice Documental (doc. nº 15).

¹³⁶ MARRANA, José António, - ob. cit., p. 53.

3.4.2 - Os retábulos laterais

Os retábulos laterais, também em forma de “urna”, característica do terceiro quartel do século XVIII¹³⁷, apresentam-se mais simplificados que o retábulo-mor e com novas tendências pessoais do autor, visíveis no uso das linhas, estilização das flores e numa maior fluidez das formas, deixando antever as características que marcaram a fase do seu segundo estilo (1770-1780)¹³⁸, com se pode observar nas figuras seguintes.

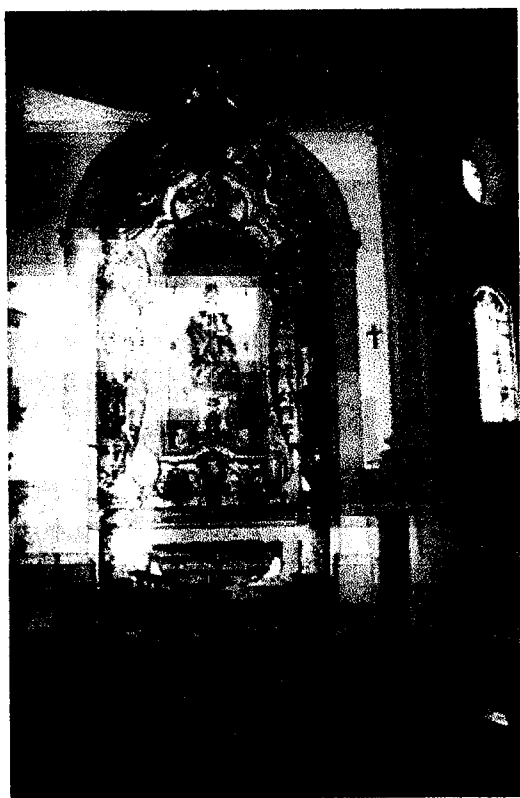


Figura 5 - Retábulo de Santa Ana.



Figura 6 - Retábulo de S. Joaquim.

¹³⁷ SMITH, Robert C., - ob. cit., vol. II, p. 402.

¹³⁸ *Idem*, p. 339. O autor afirma que estes retábulos laterais são semelhantes aos retábulos laterais de Santa Gertrudes e de Nossa Senhora de Fátima da igreja de Santo Tirso.

O retábulo do lado sul alberga a imagem de Santa Ana e a Virgem Menina, e possui duas mísulas laterais onde assentam as imagens de Santa Rita de Cássia e de S. Francisco de Paula. No retábulo norte, ao centro, está a imagem de S. José e nas mísulas laterais estão as imagens de S. João Baptista e de S. Torcato. Em baixo, ao centro da tribuna, encontra-se a imagem de Santa Eufémia. Os três retábulos foram dourados também por conta de Pedro da Silva Oliveira, no ano de 1773¹³⁹.

3.4.3 - Os púlpitos

Na organização do espaço interior, o púlpito torna-se elemento essencial das igrejas contra-reformistas¹⁴⁰. Estrategicamente colocado, o pregador transmitia a sua mensagem e capacidade oratória, em sermões inflamados, declamatórios, plenos de dramatismo que, aliados ao gesto, se transformavam em quadros cenográficos caros à liturgia que então se vivia¹⁴¹. Por falta de documentação, desconhece-se o autor do risco e o entalhador que os executou.

Os púlpitos encontram-se adossados às paredes laterais, com acesso através de uma porta de moldura granítica de decoração tardo-barroca. Apresentam forma de caixa quadrada, com base também granítica, terminando numa sinuosa pirâmide, com remate floral. Pela talha que decora as partes laterais e frontal dos púlpitos, parece-nos estar na presença de uma obra de Frei José de Santo António Vilaça, dadas as semelhanças e a repetição dos elementos componentes da decoração dos retábulos (cabeças de anjos policromados e motivos de água caindo¹⁴²) que se misturam com a originalidade que o artista introduziu nas suas obras - rosas e volutas¹⁴³, visíveis nos ângulos dos púlpitos, como se pode observar nas figuras seguintes.

¹³⁹ A.I.N.S.R.L. - *Lembranças...1740*, fl. 17; MARRANA, José António, - ob. cit., p. 98.

¹⁴⁰ FERREIRA ALVES, Natália Marinho - *Púlpito*, in *Dicionário da Arte Barroca em Portugal*, Lisboa, Editorial Presença, 1989, pp. 386-387.

¹⁴¹ *Idem*, pp. 386-387.

¹⁴² SMITH, Robert C. - ob. cit., p. 401.

¹⁴³ *Idem*, p. 401.

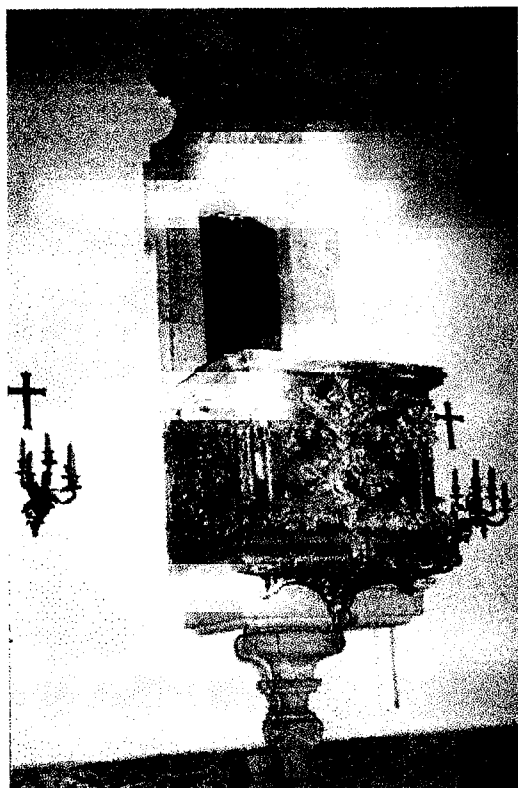


Figura 7 - Púlpito da Igreja



Figura 8 - Gravura de Göz

Sem a riqueza e exuberância das obras que os terão inspirado (púlpito da igreja de S. Frutuoso de Braga e gravuras de Habermann), não deixam de ser dois belos elementos de talha tardo-barroca onde predomina a delicadeza nas linhas e na decoração.

3.5 - Sobre o possível autor da planta da igreja

A análise descritiva feita teve como base somente a estrutura do templo e os poucos documentos existentes a que tivemos acesso. Parece-nos que a igreja de Nossa Senhora dos Remédios seguiu, quase fielmente, a definição concebida por S. Carlos Borromeu, como casa de Deus, local da sua glorificação e à qual os arquitectos e mestres de obras deviam dar forma, seguindo com rigor as suas directrizes: escala grandiosa, local elevado, interior esplendoroso, realce do altar-mor, inscrito em espaço destacado, antecedido por trono em degraus, e ligação directa entre a igreja e a sacristia para percurso processional de celebrantes e crentes¹⁴⁴.

Com esta nossa curta incursão pretendemos, em primeiro lugar, alertar para o facto de que a leitura possível do templo, sobretudo no que concerne ao Século XVIII,

não deve ser feita com a continuidade das obras que lhe irão acentuar a monumentalidade e o revivalismo tardo-barroco verificado nas últimas décadas do séc. XIX e princípios do séc. XX. A imagem que os lamecenses tinham do santuário não se coaduna com a nossa que é uma visão global, de todo o conjunto. A deles seria a que nos é sugerida pela Figura 2, anterior ao período da continuidade da construção. Essa imagem é a ilustração mais aproximada do que seria o templo aquando da sua sagração no ano de 1778.

Um segundo motivo para esta incursão prende-se, necessariamente, com o projecto e plantas respectivas. Em finais do século XVIII (1778), estaria concretizada uma parte fundamental da obra - o templo - , faltando todo o arranjo urbanístico do monte. Várias interrogações se nos colocam, nesta fase do trabalho:

Seria(m) o(s) autor(es) do projecto do santuário o(s) mesmo(s) que fizera(m) a planta do templo? O santuário foi pensado e concebido de raiz? Adoptaram-se outros projectos, tornando-se o santuário réplica simplificada, acrescida ou verdadeira réplica renovada? Estaria o projecto só esboçado ou razoavelmente pormenorizado? A planta do templo segue o projecto, redu-lo, amplia-o, refunde-o ou terá havido liberdade na sua concepção? Tendo o projecto e a planta desaparecido num dos fatais incêndios já referidos também não encontramos quaisquer referências nas pesquisas realizadas no Arquivo da Irmandade, nem em nenhum outro por nós consultado. Apenas surgiram alguns indícios que, complementados com outras metodologias, poderão traduzir-se numa resposta às questões levantadas.

Se a autoria do projecto do santuário, tão enaltecido pelos seus contemporâneos, representa uma obra de notória importância, subtraindo os possíveis exageros (*“sem dúvida ser huma das maravilhas do mundo ou ao menos do reino se não afrouxar a devoção, se completar o dezenho das obras, que os apaixonados com o seu dedo tem apontado (...)”*¹⁴⁵), tudo nos leva a crer, usando como referência comparativa o paradigma do Santuário do Bom Jesus do Monte Espinho de Braga, que o projecto terá sido estruturalmente esboçado sem registos de pormenorização, quer do templo, quer das capelas exteriores e do escadório, que seriam conjunturalmente resolvidos em paralelo com a realização das diversas empreitadas.

¹⁴⁴ PEREIRA, Paulo, - *História da Arte, Vol. III*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1995, Vol. III, p. 35.

¹⁴⁵ MENDES, João ou FONSECA, João Mendes da, - ob. cit., p. 93



1 - Perspectiva geral do Santuário
Desenho de Carlos Amarante
Arquivo da Casa Pia de Braga, 1781.

Figura 9 - Projecto Global do Santuário do Bom Jesus de Braga
(desenho de Carlos Amarante -1781).

Esta nossa afirmação é baseada nas cláusulas dos contratos que se realizaram no decurso das obras¹⁴⁶. Parece-nos, portanto, bem claro (e os documentos assim o referem)¹⁴⁷ ter havido, desde o início, um plano geral onde todas as obras do santuário estariam registadas em esboço. Entendemos, também, que o projecto do Santuário de Nossa Senhora dos Remédios se aproximaria muito do seu modelo inspirador, pela grandiosidade sentida ainda hoje e pela sua implantação urbanística. Perante esta hipótese por nós levantada, poderemos inferir que o autor do projecto global terá sido um e o autor do templo, propriamente dito, outro. Não podemos responder afirmativa e documentalmente à questão de quem terá sido o autor do risco da igreja pelas razões já apontadas. O que resta desta omissão documental é o próprio edifício e alguns indícios

¹⁴⁶ Faustino Loureiro podia “fazer riscos, plantas” nas obras que contratou com a Irmandade em 29 de Junho de 1777. João de Castro Nunes comprometeu-se a fazer uma capela no escadório para o bispo D. Manuel de Vasconcelos Pereira, traçada por um “Cunha”. - (Vide Apêndice Documental, doc. nº 29). Manuel Domingos da Costa Barreira fez o risco da fonte localizada no terceiro pátio (frente à capela de Jesus, Maria, José), em 1867. (Vide Apêndice Documental, doc. nº 48). Augusto de Matos Cid riscou as torres em 1880, que sofreram alterações na sua estrutura, feitas por Domingues Barreira (Vide Apêndice Documental, doc. nº 66). O mesmo Matos Cid fez a planta do pátio da Meia-Laranja (Vide Apêndice Documental, doc. 73).

¹⁴⁷ Vide Apêndice Documental (doc. nº 64).

sobre o mestre pedreiro/arquitecto António Mendes Coutinho, que esteve ligado à confraria de Nossa Senhora dos Remédios e à construção da igreja como mestre de obras.

Assinatura de António Mendes Coutinho no *Livro da Eleicoens de Nossa Senhora dos Remédios*.

O seu nome aparece nos registos como mordomo-zelador, cargo para que foi eleito em 1749-1750, e onde permanecerá até 1760, data provável da sua morte ou, pelo menos, do fim da sua actividade como mestre pedreiro. Este lapso de tempo coincide, precisamente, com o início da construção da igreja (14 de Fevereiro de 1750) e o termo da sua primeira inauguração, em 22 de Julho de 1761.

António Mendes Coutinho era natural de Valença do Minho (Contumil ou S. Miguel de Fontoura)¹⁴⁸. Muito jovem veio para a cidade de Lamego, onde, mais tarde, se casou com Inácia Maria, filha de Miguel Rodrigues, tendo como testemunhas do acto matrimonial João Martins e António Ribeiro, ambos oficiais e pedreiros nas obras da Sé¹⁴⁹. No ano de 1736 era referido como “*empreiteiro, architecto e pagador*”¹⁵⁰, sendo um dos mais reconhecidos artistas lamecenses da época. No ano de 1740 fez sociedade com os artistas Manuel Monteiro e João Lourenço, por contrato público lavrado nas notas do tabelião Vicente de Paiva Pinto, comprometendo-se os três artistas a trabalhar juntos em empreitadas de valor superior a 100\$000 réis¹⁵¹, e em 1749 encontrava-se a trabalhar nas obras da Sé, como mestre pedreiro, tendo dado como seu fiador João Correia Monteiro¹⁵². Durante um período aproximado de 6 anos (1749-1754) trabalhou nas obras de renovação da Sé de Lamego, executando trabalhos diversos¹⁵³: empreitou o acabamento da sacristia pelo valor de 72\$800 réis e acabou o lavatório da

¹⁴⁸ COSTA, Manuel Gonçalves da, - ob. cit., Volume V, pp. 323-324.

¹⁴⁹ *Idem*, pp. 323-324.

¹⁵⁰ *Idem*, *Ibidem*, p. 367.

¹⁵¹ CORREIA, Virgílio, - ob. cit., p. 10.

¹⁵² *Idem*, p. 10.

¹⁵³ BRANDÃO, Domingos de Pinho, - *Nicolau Nasoni e a reconstrução da Catedral de Lamego*, in *Revista Beira Alta*, Vol. XXXVI, 1977, pp. 171-200.

mesma; fez o retábulo-mor pelo preço de 150\$000 réis, a caixa do órgão (em 1753) e, no ano de 1754, executou o retábulo de S. Bento pelo preço de 135\$000 réis.

Artista multifacetado, “*entalhador, autor de riscos e mestre de obras de pedraria*”¹⁵⁴, estendeu a sua actividade a Viseu e Ferreirim, onde executou as obras de pedraria da casa da Hospedaria do Convento de Santo António de Ferreirim¹⁵⁵. É, porém, na cidade de Viseu que a sua obra é mais conhecida e numerosa. Aí terá riscado, por volta de 1757, a igreja de Nossa Senhora da Ribeira¹⁵⁶ e fez a planta para a igreja da Congregação do Oratório de S. Filipe de Nery (seleccionado pelo bispo D. Júlio Francisco de Oliveira de entre seis concorrentes), iniciando-se a obra em 8 de Setembro desse mesmo ano. É-lhe também atribuída a autoria da planta e da obra da igreja da Ordem Terceira de S. Francisco, também em Viseu, tendo, por essa altura, também contratado com o cônego Francisco José Sampaio e Melo a obra de pedraria de sua casa, situada na rua da Calçada, no centro da cidade¹⁵⁷.

Tendo como idóneas as fontes utilizadas, já que a escassez temporal não nos permite neste momento precisar em Arquivo a confirmação das mesmas, pareceu-nos conveniente fazer o estudo comparativo das formas dos três edifícios de Viseu e aferi-los com o da igreja de Nossa Senhora dos Remédios.

Partindo de uma análise empírica, baseada na observação directa e na recolha fotográfica, verifica-se, numa primeira abordagem, que ao nível da planta e na concepção da construção parece haver grandes afinidades, existindo, todavia, diferenças conjunturais que se prenderão, muito provavelmente, com as directrizes e possibilidades dos encomendadores e, ainda, com a especificidade de cada edifício.

A igreja de Nossa Senhora dos Remédios é a única cuja planta é precedida de uma galilé¹⁵⁸. Quanto ao interior, os quatro edifícios são concebidos com uma única nave, três deles possuindo cobertura de abóbada, enquanto que a igreja de Nossa Senhora da Ribeira apresenta cobertura de madeira¹⁵⁹.

¹⁵⁴ ALVES, Alexandre, - *Alguns nomes de artistas de Lamego-achegas para a sua biografia*, in *Revista Beira Alta*, Vol. XXXVII, 1978, pp. 425-435.

¹⁵⁵ *Idem*, pp. 425-435.

¹⁵⁶ *Idem, ibidem*, pp. 425-435.

¹⁵⁷ *Idem, ibidem*, pp. 551-552.

¹⁵⁸ Nomeamos assim a galilé, dado que não se apresenta claramente aberta.

¹⁵⁹ Parece-nos, todavia, que a cobertura de madeira foi o subterfúgio possível, encontrando-se a nave preparada para receber a abóbada.

Analisando as divergências entre elas, verifica-se que a igreja de Nossa Senhora dos Remédios e a de S. Filipe de Nery têm mais afinidades entre si: o arco triunfal é idêntico, assim como as aberturas encurvadas e apoiadas por nichos que dão acesso à capela-mor. Já as igrejas da Ordem Terceira de S. Francisco e a de Nossa Senhora da Conceição da Ribeira se afastam dessa animação barroca: o arco triunfal desenvolve-se apolinicamente, na primeira, retratando-se num duplo arco (um dentro do outro) e, na segunda, o arco triunfal faz directamente a ligação com a capela-mor que se encontra ao mesmo nível do prolongamento da nave, limitando-se a destacar a sua entrada, como podemos constatar pela observação das Figuras 10 a 13.

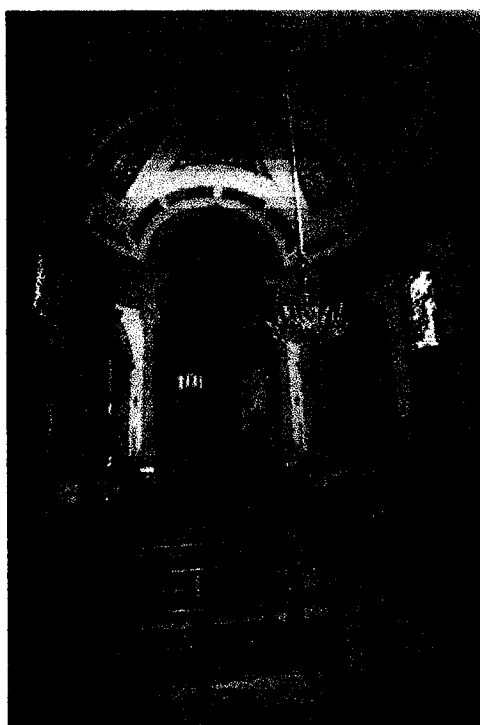


Figura 10 - Igreja de Nossa Senhora. dos dios Lamego.

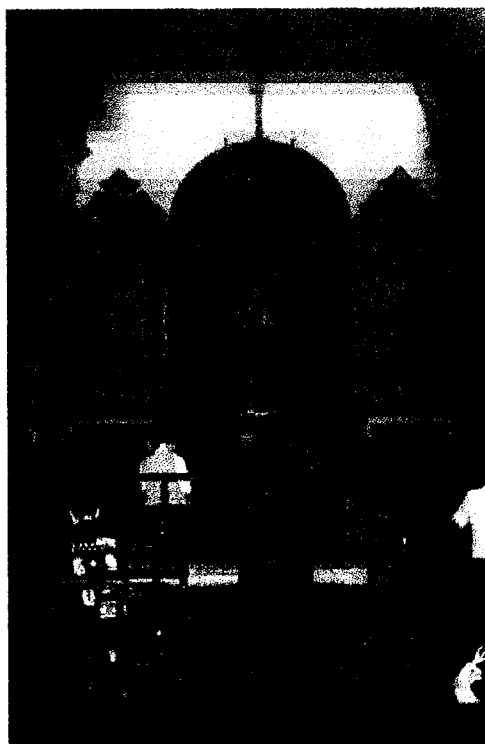


Figura 11 - Igreja da Ordem Terceira Remédios de S. Francisco (Viseu).

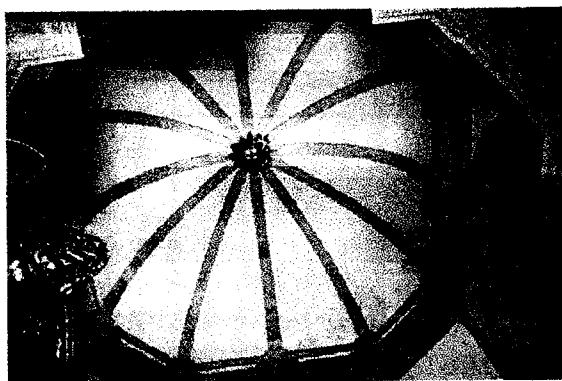


Figura 12 - Igreja de S. Filipe de Nery (Viseu).

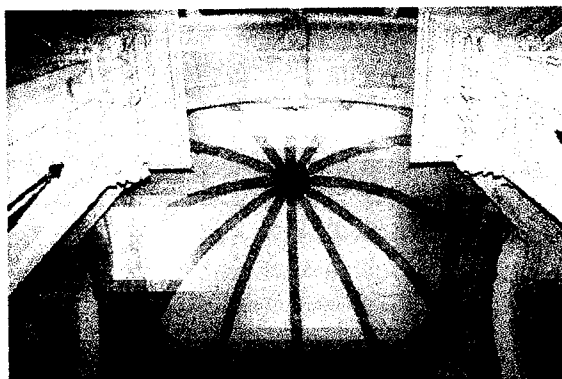


Figura 13 - Igreja de Nossa Senhora da Conceição da Ribeira (Viseu).

Quanto à forma das capelas-mor, existem afinidades entre as três igrejas de Viseu¹⁶⁰, que se destacam completamente da de Nossa Senhora dos Remédios. Atrevemo-nos a levantar a seguinte hipótese: a capela-mor servia duplamente de santuário e de panteão da Senhora, o que pode explicar as diferenças observadas e a importância dada a este espaço; na sua origem estaria projectado um zimbório que sustentaria uma cúpula, mas circunstâncias posteriores não terão permitido a sua execução¹⁶¹. Equacionando este problema, somos levados a considerar que o projecto inicial não teria sido feito por António Mendes Coutinho, mas por um outro arquitecto, não restando todavia dúvidas de ter sido ele o mestre pedreiro das obras. Observem-se as Figuras 14 e 15 e respectivas notas.



A



B



C

Figura 14 - Perspectivas da capela-mor da Igreja de Nossa Senhora dos Remédios de Lamego
A) e B) Interior; C) Exterior.

¹⁶⁰ É curioso verificar que a capela-mor da igreja de S. Filipe de Nery, estruturalmente idêntica às outras duas de Viseu poderá, eventualmente, desvirtuar esta leitura, devido a se encontrar um órgão no local do retábulo-mor e que muito provavelmente se prende com necessidades rituais da congregação.

¹⁶¹ Esta hipótese baseia-se na similitude com o projecto do santuário do Bom Jesus do Monte Espinho de Braga.



A

B

Figura 15 - Projecto (A) e vista exterior (B) da Igreja do Bom Jesus do Monte/Braga (Carlos Amarante) - MASSARA, Mónica F., - *Santuário do Bom Jesus do Monte - Braga*, 1988.

Continuando ainda a leitura do espaço interior, situemo-nos agora na capela-mor. Verificamos uma maior identidade entre todas: o coro e o nartex são separados do corpo central da igreja através de um grande arco abatido. Todavia, as igrejas de Nossa Senhora dos Remédios de Lamego e a da Ordem Terceira de S. Francisco, em Viseu, apresentam o mesmo tipo de remate da abóbada e abertura de luz, enquanto que o remate da igreja de Nossa Senhora da Conceição da Ribeira, em Viseu, se apresenta mais rústico (levando-nos a duvidar ter sido António Mendes Coutinho o seu autor).

Quanto à igreja de S. Filipe de Nery, em Viseu, ela destaca-se pelo seu particularismo na concepção utilizada no remate da abóbada, que poderemos chamar de abóbada de luneta, repetida em solução simétrica no remate para a capela-mor, dinamizando todo o espaço da nave conforme se pode observar nas Figuras 16 - 19.



Figura 16 - Igreja de Nossa Senhora dos Remédios de Lamego.



Figura 17 - Igreja da Ordem Terceira de S. Francisco.



Figura 18 - Igreja de S. Filipe de Nery (Viseu).



Figura 19 - Igreja de Nossa Senhora da Conceição da Ribeira (Viseu).

Completando a nova leitura, observamos que as fachadas exteriores apresentam grande unidade nas igrejas de Viseu, afastando-se desse modelo a fachada da igreja de Nossa Senhora dos Remédios (ver Figuras 20 - 23), o que reforça a suspeita de que, de facto, os autores do risco das referidas igrejas não terão sido os mesmos.



Figura 20 - Fachada da Igreja de Nossa Senhora dos Remédios de Lamego.



Figura 21 - Fachada da Igreja da Ordem Terceira de S. Francisco (Viseu).



Figura 22 - Fachada da Igreja de S. Filipe de Nery (Viseu).



Figura 23 - Fachada da Igreja de Nossa Senhora da Conceição da Ribeira (Viseu).

Após esta análise das formas, a qual nos pareceu conveniente sobretudo para esclarecer a primeira impressão causada pelo périplo feito (e secundando a ideia de que a verdade nem sempre, ou quase nunca, se encontra na superficialidade do olhar aparente mas na paciência meticulosa da procura da profundidade), para resolver a questão da autoria desta primeira fase do Santuário de Nossa Senhora dos Remédios defrontámo-nos com muitas outras questões. Apresentemo-las em síntese:

1º - Muitas das semelhanças encontradas são comuns a outras igrejas da região centro e norte, resultado da característica comum de solucionar as formas do espaço interior no século XVIII;

2º - O trabalho de parceria continua a ser uma constante, pelo que buscar a autonomia e individualidade da obra representará mais a excepção do que a regra;

3º - Concomitantemente, a cópia não seria um acto social e culturalmente condenável, pelo que seria prática corrente tomar um modelo, no seu todo ou em parte, e propagá-lo;

4º - A grande escola do arquitecto continua a ser o estaleiro de um palácio, Sé ou outro edificio congénere, embora se saiba da existência em Lisboa, desde o século XVI, de uma escola, no verdadeiro sentido, como o demonstrou Rafael Moreira¹⁶²;

5º - Por outro lado, como já referido, tornou-se claro para nós que o autor do risco da igreja de Nossa Senhora dos Remédios não foi, necessariamente, "*o mestre de obras da Senhora*", António Mendes Coutinho. Este ter-se-á limitado a seguir as regras minuciosas que a Irmandade teria estabelecido com o autor do risco, esmerando-se no trabalho da pedra e baseando-se na sua vasta experiência para resolver as dificuldades que foram surgindo. Se, seguramente, foi ele quem fez o risco e dirigiu as obras das Igrejas de S. Filipe de Nery e da Ordem Terceira de S. Francisco, em Viseu, relativamente à igreja de Nossa Senhora da Conceição da Ribeira, se, hipoteticamente, foi o autor do risco, não parece ter sido ele o executor das obras. De todas as igrejas referidas, a de Nossa Senhora dos Remédios apresenta-se-nos, no seu todo, como uma obra mais erudita.

¹⁶² MOREIRA, Rafael - *Um Tratado Português do Século XVI (1576-1579)* - Dissertação de Mestrado em História da Arte, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1982.

6º - Em síntese, se a Igreja de Nossa Senhora dos Remédios serviu de “escola” a António Mendes Coutinho, e se esta se apresenta arquitectonicamente concebida num formulário mais erudito (como já o afirmámos), não restam dúvidas que a resposta mais provável se encontrará nos artistas que trabalharam na renovação da Sé de Lamego, no século XVIII. Em relação a Nicolau Nasoni, parece-nos uma hipótese a pôr de parte, uma vez que o artista estrangeiro é citado, em documentação diversa, como autor do risco e da execução da fonte-painel para a Irmandade. Se por uma simples fonte é nomeado e falado, por um projecto de tal envergadura mais depressa o seria, pelo que somos levados a admitir a hipótese de o provável autor do risco ter sido António Pereira, que veio trabalhar conjuntamente com Nasoni para os estaleiros do restauro da Sé, no ano de 1734, obras que se prolongaram por mais de 15 anos. E se Nasoni veio como pintor de perspectiva, António Pereira foi o seu arquitecto e mestre nas obras¹⁶³. Portanto, em 1751, António Pereira trabalhava ainda nas obras da Sé. O lançamento da primeira pedra da igreja de Nossa Senhora dos Remédios fez-se em 14 de Fevereiro de 1750. Assim, o autor do projecto poderá eventualmente ter sido ele.

Limitamo-nos a colocar a questão, uma resposta à mesma implicaria proceder a um levantamento exaustivo dos trabalhos realizados em Lamego, Porto e Lisboa¹⁶⁴. Por outro lado, o âmbito da nossa investigação é mais vasto, pelo que deixaremos para trabalhos posteriores as respostas de aprofundamento às questões não resolvidas neste capítulo. A nossa atenção centrou-se mais propriamente na construção da igreja e nos autores do seu risco.

¹⁶³ BRANDÃO, Domingos Pinho - ob. cit. p. 174. Pinho Brandão fez referência a um documento que afirma o seguinte: “*Se mandou fazer pelo mestre António Pereira, sujeito de grande ideia, e a quem o cabido mandou vir de Lisboa para o desenho das obras da Sé.(...) A planta feita pelo arquitecto António Pereira*”. António Pereira, natural de Lisboa, veio para o Porto onde iniciou a sua actividade como mestre de obras da Sé, a pedido do respectivo cabido, tornando-se um dos arquitectos da sua renovação. Foi autor do risco de S. João-o-Novo e do edificio do Recolhimento das Órfãs de Nossa Senhora da Esperança, em 1724. Trabalhou também, conjuntamente com Nasoni, como autor de “traças” da cidade, nas obras das igrejas de Santo Ildefonso, em 1732, e nas obras dos Clérigos, que abandonou posteriormente. No ano de 1734, António Pereira deslocou-se a Lamego, juntamente com Nasoni, para participar nas obras de renovação da Sé episcopal, iniciadas em “sede vacante”, após a morte do bispo, D. Nuno Álvares Pereira de Melo.

¹⁶⁴ Algumas fontes e bibliografia para o seu estudo: BASTO, A. de Magalhães - *Apontamentos para um dicionário de artistas e artífices que trabalharam no Porto, do século XV ao século XVIII*, Porto, C.M.P., Gabinete Histórico da Cidade, 1964, pp. 450-454; ALVES, Joaquim Jaime B. Ferreira, - *Recolhimento de Órfãs de Nossa Senhora da Esperança (fundado na cidade do Porto no Século XVIII)*, C.M.P., Gabinete Histórico da Cidade, s/d.; ALVES, Joaquim Jaime B. Ferreira, *O Porto na Época dos Almadas - Arquitectura. Obras Públicas*, Porto, 1988, Vol. I, pp. 82-87.

3.6 - Segunda fase (1778-1868): a construção do escadório

Uma vez concluída a construção do templo, e tratada que estava a decoração do mesmo, a Irmandade de Nossa Senhora dos Remédios não se poupou a esforços para dar continuidade ao projecto do santuário. A documentação consultada e apresentada em apêndice (Volume II), permite-nos destacar que entre 1781 e o grave incêndio que deflagrou no ano de 1868, as grandes obras do santuário se resumem globalmente a uma - a construção do escadório. Tratava-se de vencer o desnível do monte, arborizando-o e ligando-o à malha urbana de Lamego. Convém salientar, como aliás já afirmámos neste capítulo, que não se tratava de um simples escadório, mas de uma obra complexa que combinava a arquitectura e a escultura numa simbiose cenográfica, bem ao jeito da que tempos antes nascera em Roma e se propagara pelos outros centros da Europa tridentina, incluindo Portugal, e que visavam também o fortalecimento da Fé e o bem estar dos fiéis.

Para melhor esclarecermos a complexidade do escadório, agravada ainda pela ausência de imagens coevas, usaremos umas das imagens mais antigas que encontrámos e que data dos princípios do século XX¹⁶⁵ (Figura 24).



Figura 24 - Santuário de Nossa Senhora dos Remédios, visto da Meia-Laranja.

Através desta ilustração poderemos observar o conjunto das obras realizadas nesta hipotética segunda fase. Mais uma vez, e do mesmo modo que fizemos para a

¹⁶⁵ A datação é fácil de concluir seguindo a documentação escrita. Sabemos que em 1905 estava concluída a segunda torre. Ver Apêndice documental (doc. nº 94).

leitura do aspecto exterior de que se revestia o templo aquando da sua inauguração (ver novamente a Figura 20), podemos, através deste artifício imagístico, abstraindo as construções posteriores (notoriamente as torres), visualizar o conjunto aproximado da obra realizada: um escadório imponente, composto de pátios, galerias, escadas simétricas, fontes, capela, obelisco e outros embelezamentos (que desenvolveremos em subcapítulos posteriores), estendendo-se em torno do templo até à chamada “Meia-Laranja”.

A documentação escrita é menos avara, permitindo seguir a sequência das construções, os períodos de maior intensidade laboriosa, os sucessivos mestres e respectiva quota de responsabilidade na concretização do projecto, tudo segundo os ditames estatutários *“como nesta Santa Irmandade sempre há obras para augmento do culto e devoção da Santíssima Virgem Nossa Senhora”*¹⁶⁶. Apesar da ausência de imagens do projecto orientador e do desconhecimento do respectivo autor, parece-nos facilmente identificável o modelo utilizado, o qual terá sido o escadório do Bom Jesus do Monte em Braga e a que já nos referimos neste trabalho. Partindo desse pressuposto, observem-se em paralelo as duas imagens apresentadas na Figura 25.

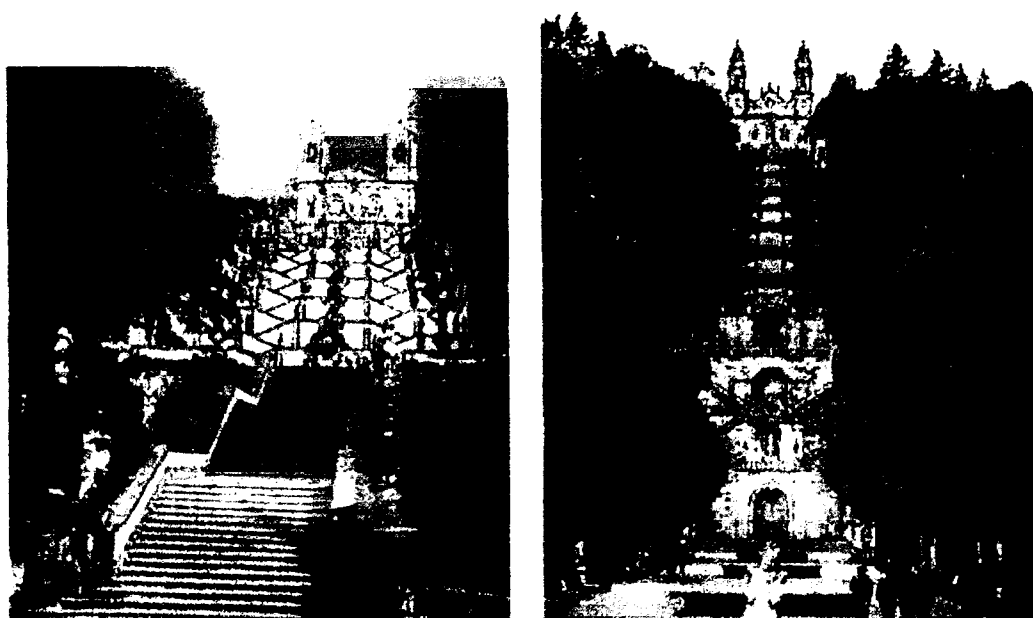


Figura 25 - Escadório do Santuário do Bom Jesus do Monte em Braga (esquerda) e escadório do Santuário de Nossa Senhora dos Remédios de Lamego (direita).

¹⁶⁶ Ver Apêndice Documental, Vol. II, art. 10º dos Estatutos de 1779.

As imagens da figura anterior devem ser secundadas pela Figura 9 onde é apresentado o projecto global do Santuário do Bom Jesus de Braga, desenho de Carlos Amarante datado de 1781. As similitudes estruturais são mais que notórias, a proximidade temporal da execução também, pelo que será legítimo afirmar que o escadório do Santuário de Nossa Senhora dos Remédios é uma réplica do escadório Santuário do Bom Jesus do Monte em Braga, como também o será o escadório do Santuário de Nossa Senhora da Peneda (Figura 26).



Figura 26 - Santuário de Nossa Senhora da Peneda.

O Santuário de Nossa Senhora dos Remédios apresenta-se, contudo, como uma boa réplica e não como um mero decalque, valorizando a percepção de um espaço em movimento, conduzindo o peregrino para uma sequência espacial que se desdobra perante si, na subida ou na descida do escadório, no jogo dos patamares, degraus, balaustrades, pirâmides, fontes e capela, criando uma sucessão de planos dinâmicos. Este escadório afasta-se porém do seu modelo, criando em si uma identidade própria. No de Braga, os patamares foram transformados em patins, sem bancos, acentuando-lhe, desse modo, a continuidade do percurso. As fontes colocadas em cada um dos patamares perdem o seu efeito fulcral, integrando-se o valor visual nas estátuas e pináculos que se distribuem pelo escadório, o que lhe confere uma unidade visual cujo espaço se centra na continuidade dinâmica e no envolvimento sensorial. No escadório de Nossa Senhora dos Remédios o efeito de continuidade é quebrado pelas sucessivas interrupções dos grandes patamares que ligam os lanços de escadas. Contrariamente ao sacrifício da via

sacra imposto ao peregrino no escadório do Santuário do Bom Jesus do Monte, no de Nossa Senhora dos Remédios o grande tema é o culto à Virgem Maria. O escadório culmina no chamado Pátio dos Reis, através da iconografia barroca, centrada no tema bíblico da genealogia de Maria, na reunião do mundo material e celestial materializada no centro com o conjunto fonte-obelisco, revelador de uma cultura simbólica mais apaziguadora do sofrimento humano.

No plano geral, estava prevista a construção de capelas nos patamares, conforme o bispo D. Manuel de Vasconcelos Pereira *"combinara com os magnates da cidade para edificarem, cada qual de per si, uma capela em cada um dos planos da escadaria, para depois de frente, se levantar um chafariz"*¹⁶⁷, acordo que apenas o prelado cumpriu. A prevista construção de outras capelas aproximaria ainda mais a réplica (escadório de Nossa Senhora dos Remédios) do seu modelo original (o do Bom Jesus do Monte em Braga).

Havendo um plano director, este não obstava a que os mestres pedreiros incumbidos do prosseguimento do obra procedessem a outros riscos e alterações ou se sujeitassem a uma nova estética, ao gosto dos Irmãos que então dirigiam a Irmandade.

Seguindo a cronologia e a documentação estudada, Faustino Loureiro inicia, por volta de 1778, uma *"notável e grandiosa escadaria que em muitos lanços desce até á raiz do monte"*¹⁶⁸. As despesas efectuadas pela Irmandade entre 1778 e 1780 somaram o montante de 2:028\$085 réis, sobretudo consumidas nas obras realizadas nesse espaço de tempo¹⁶⁹.

Uma escritura lavrada no ano de 1782¹⁷⁰ entre Manuel Faustino Loureiro e a Irmandade¹⁷¹ permite-nos acompanhar algumas das obras realizadas na época por esse mestre-pedreiro e inferir as restantes. Segundo a escritura, o contrato englobaria a execução das seguintes obras: acabamento e remates das obras da igreja; fazer o pátio (adro) que envolve o espaço exterior da mesma, onde está a fonte (de Nasoni); execu-

¹⁶⁷ AZEVEDO, Joaquim de - ob. cit., p. 123.

¹⁶⁸ *Idem*, p. 123.

¹⁶⁹ A.I.N.S.R.L. - *"Entrada das Esmolas, Rendimentos da Irmandade. Despesas e Gastos da Irmandade, 1777-1834"* fls. 50-59. *"Para carroto da pedra de cantaria do monte - 15\$935 réis"*, fl. 56v; *"De pedra de alvenaria que compre (sic) o mestre Loureiro - 11\$000 réis"*, fl. 51; *"Para o desaterro do segundo pátio - 21\$000 réis"*, fl. 56v; *"Despendi com o desentulho nas costas da fonte - \$975 réis"*, fl. 57; *"Despendi para cair as costas da fonte - \$240 réis"*, fl. 57; *"Despendi aos trabalhadores que amassaram a argamacha e a limparam o terceiro pátio - 3\$660 réis"*, fl. 57.

¹⁷⁰ Vide Apêndice Documental (doc. nº 28).

¹⁷¹ Que não teve efeito.

tar o primeiro lanço de escadas, com o cerco em cantaria (onde hoje se encontra a fonte da cebola), sendo as últimas escadas mais largas que as primeiras; canalizar as águas do adro para o Pátio dos Reis; construir o citado Pátio dos Reis e a sua ligação por lanços de escadas até ao pátio onde está construída a capela de Jesus, Maria, José; colocar nos pátios citados pirâmides e bilros, pilastras e corrimão em tudo idênticos à obra já executada. O mesmo mestre comprometia-se também a dar pronta a capela de Jesus, Maria, José no ano de 1783. Pela mesma escritura ficamos a saber que a obra já contratada anteriormente orçava o valor de 1:950\$000 réis e os seus acrescentos foram combinados pela quantia de 500\$000 réis. Todo o trabalho teria de ser executado de acordo com o risco e plantas que Loureiro tinha em seu poder.

A escritura regista, em pormenor, toda a obra a executar, materiais utilizados e prazo da sua conclusão. Faustino Loureiro não a terminou. Faleceu em 1790, quando ainda faltava executar e colocar seis pirâmides, desaterrar o pátio (que seria o da capela de Jesus, Maria, José) e a parede do recinto. Nessa data, a Irmandade ainda lhe devia 1:380\$000 réis que foram pagos à viúva após o desconto da obra não executada¹⁷².

Enquanto Faustino Loureiro construía o primeiro lanço de escadas, a Irmandade fez contrato com João de Castro Nunes, mestre pedreiro natural do Casal de Naboa, no ano de 1783¹⁷³. Pelo contrato realizado comprometia-se a executar um pátio com galerias e escadas, segundo os apontamentos e riscos apresentados pela Mesa da Irmandade. Este pátio situava-se abaixo do que andava a construir Faustino Loureiro, e deveria manter os mesmos lanços, retiros, degraus golgos e todos os degraus precisos, até chegar ao pátio de cima, colocando-lhe também os balaústres e corrimão em tudo igual aos do primeiro lanço. O material a utilizar seria alvenaria grossa, paredes bem limpas e ligadas com barro e cantaria fina e lavrada. Das obras a realizar constava: a execução dos assentos no pátio e da cantaria da varanda para igualar aos degraus já assentes; a execução das pirâmides precisas em número de seis; a construção de uma fonte no pátio, conforme o risco, com alicerces de boa alvenaria, assentes em barro e cantaria fina e cujos encanamentos seriam em barro, desde o pátio de cima até à fonte que iria edificar. Pensamos que a fonte referida seria aquela que hoje se encontra no mesmo pátio, em frente à capela de Jesus, Maria, José e que só foi construída no século XIX.

¹⁷² Vide Apêndice Documental (doc. nº 28).

¹⁷³ Vide Apêndice Documental (doc. nº 27).

Toda a obra importaria em 1:950\$000 réis, e como não foi constituída fiança, iria sendo paga de acordo com o rol de cada semana e o número de pedreiros que ali iam trabalhando, e deveria estar pronta em Agosto de 1788. O secretário da Irmandade, José Leitão de Carvalho, incluiu nesse contrato a construção de uma capela, a implantar na escadaria, idêntica àquela que o bispo D. Manuel de Vasconcelos Pereira encomendara a Faustino Loureiro. Essa capela foi ajustada por 370\$000 réis. *"Seria oitava de acordo com o risco apresentado. Os cunhais da frontaria seriam de cantaria e os de traz em alvenaria grossa, bem ligada, com tombadilho no alto, para receber as pirâmides que seriam em número de oito; a frontaria ficaria assente na parede do pátio que ele iria executar; a porta teria 12 palmos de altura e oito de largura; seria apilastrada e sobre a mesma colocaria a pedra de armas da familia do encomendador"*.

Naquele mesmo ano de 1783, em 15 de Junho, o bispo D. Manuel de Vasconcelos Pereira também contratou com o mesmo mestre pedreiro a construção de uma capela, igualmente oitavada, pelo preço de 470\$000 réis¹⁷⁴, segundo o risco assinado por "Cunha". A capela seria lajeada em pedra e com tarjão onde seria colocado brasão do bispo, devendo estar pronta em 11 de Agosto de 1784. Em qualquer um dos dois citados contratos, Castro Nunes não prestava qualquer fiança, pelo que receberia, à vista, de acordo com a obra feita e devidamente arrolada cada semana. Um erro de contas causou-lhe largos prejuízos, obrigando-o a fugir e a deixar a obra inacabada.

Faustino Loureiro assumiu então a direcção das obras, que não chegou a terminar porque morreu pouco tempo depois. Os trabalhos estiveram parados durante algum tempo, já que a insegurança e o pânico vividos no país por causa das invasões francesas causaram o afastamento dos peregrinos, o que fez diminuir os donativos e esmolas que alimentavam a prossecução das obras. Porém, a vontade empreendedora da Irmandade não esmorecia, e em reunião de Mesa de 1 de Maio de 1808 determinava-se que *«havendo concurso de esmolas, era necessário que as obras de grande porte continuassem e que se deveria mandar pôr a lanço o ajuste de se concluirem os dous pateos e escadas que estão começados e que se ajustasse com quem por menor preço o fizesse guardando-se em tudo o risco da obra...»*¹⁷⁵

¹⁷⁴ Supomos ser a mesma que já constava do contrato com Faustino Loureiro celebrado em 1780.

¹⁷⁵ A.I.N.S.R.L. - Livro de Termos da Meza da Irmandade de Nossa Senhora dos Remédios de 1806 até 1862, fl. 6.

Só em Maio de 1819 é que se ajustou com José Roiz Tinoco a continuação das obras do escadório. Foram agora retomadas em sentido contrário, da base para o cume do monte, «*aonde hade ser a entrada principal*»¹⁷⁶. Roiz Tinoco comprometia-se a construir os paredões que seguravam o aterro feito nesse pátio, correspondente à entrada principal naquela época¹⁷⁷. Este contrato estipulava, entre outras cláusulas, que as paredes seriam “*de alvenaria apurada, bem encascada, bem rachada e bem ajunturada*”¹⁷⁸ e os parapeitos seriam de três palmos e meio de largura e quatro de altura, capeados de cantaria bem apurada, lavrada por dentro e por fora e com pilar de remate.

O preço da obra foi combinado por 14\$400 réis a braçada quadrada, pago em dinheiro vivo, comprometendo-se a Irmandade a pagar duas moedas de ouro por braçada, ficando a terceira moeda na posse da entidade pagadora, por segurança, liquidando-se as contas após a sua completa execução.

No decurso da primeira metade da século XIX foram-se realizando obras de embelezamento do escadório (algumas fontes) que referiremos a seu tempo.

O escadório iniciado nos finais do séc. XVIII por Manuel Faustino Loureiro continuou, após a sua morte, a ser construído, agora no sentido ascendente, até chegar ao pátio que aquele mestre pedreiro interrompera (3º lanço no sentido descendente). Conforme já referido, em 3 de Maio de 1819 a Irmandade fez contrato com José Roiz Tinoco, mestre pedreiro natural de S. Martinho de Mouros, o qual haveria de continuar a obra a partir da estrada que liga Lamego a Castro Daire e que passa na base do monte de Santo Estevão¹⁷⁹. O contrato traçava pormenorizadamente as linhas para a execução dos trabalhos, as medidas exactas para a construção dos muros, o tipo de pedra a aplicar e as condições que a Irmandade fazia enquadrar no plano geral existente e que serviu de guião aos diferentes artistas que assumiram a direcção das obras¹⁸⁰ no decurso da sua construção.

Em 1820 construíram-se duas rampas paralelas de cada lado do pátio da “Fonte do Pelicano”, acima do largo da “Meia-Laranja”, em ângulos iguais¹⁸¹, para suportarem a elevação do terreno. O nome de “Meia-Laranja” advém da forma da sua traça, em

¹⁷⁶ *Idem*, fls. 11v-12v.

¹⁷⁷ No Séc. XX, com a continuação do escadório, a entrada principal passou a ser na Avenida Alfredo de Sousa.

¹⁷⁸ A.I.N.S.R.L. - *Livro de Termos...* 1806-1862, fls. 11v-12v.

¹⁷⁹ Vide Apêndice Documental (doc. nº 31); MARRANA, José António - ob. cit., pp. 63-65.

¹⁸⁰ A.I.N.S.R.L. - *Livro das Sessoens...* 1848-1869, f. 2v.

¹⁸¹ MARRANA, José António - ob. cit. p. 65.

semicírculo, e entrou facilmente na onomástica dos lamecenses. Estes muros ruíram em 1905, sob o peso do terreno, o que levou ao rebaixamento de toda aquela área, que ficou ao nível da contígua Avenida das Tílias, aberta nesse ano e situada em plano superior e quase paralelo à estrada Lamego-Castro Daire. Estes arranjos alteraram o plano geral, pois que havia sido destinado para este largo um remate mais imponente, nomeadamente com a colocação de estátuas bíblicas¹⁸² adequadas.

Em 1848, Manuel Domingues da Costa Barreira executou os dois paredões que ladeiam a igreja e, em 1859, construiu quatro varandas, iguais e seguidas, pelo preço de 130\$000 réis cada uma¹⁸³, tendo-se comprometido a completar a obra até 15 de Agosto do ano seguinte. O acordo continha cláusulas bastante rígidas, porque a Mesa da Irmandade havia tido com outros mestres pedreiros algumas más experiências anteriores que resultaram em graves prejuízos e contrariedades.

Nesse mesmo ano (1860) foi eleita uma comissão de obras para dirigir a continuação dos trabalhos no escadório, a qual ficou incumbida de, prioritariamente, mandar executar «as mais úteis e mais vistosas, como parapeitos, pyramides, patins, etc...»¹⁸⁴. Três anos depois, a Mesa empenhou-se em mandar captar água suficiente que pudesse alimentar as fontes construídas nos pátios, apresentou «dois riscos tendentes a embellezar um dos largos das escadas»¹⁸⁵, de acordo com o plano geral, e comprou também os terrenos necessários ao alargamento do espaço exterior do santuário onde se construiria o parque¹⁸⁶.

Em 1866, em Sessão da Mesa, foi determinado «concluir o último patim das escadas»¹⁸⁷, executar os assentos de pedra, com encosto, ao lado da capela de Jesus, Maria, José e, no mesmo largo, do lado oposto, construir a “Fonte Pura”. As obras continuaram por toda a década de 70 sob orientação e responsabilidade de Domingues Barreira que concluiu o gradeamento granítico no 5º lanço da escadaria, e colocou pedestais idênticos aos já existentes, 12 pilastras entre os pedestais e balaústres, no total de 104, e o corrimão sobre o gradeamento, ao preço de 9\$500 réis cada metro, num total de 73 metros. Mestre Barreira recebeu o pagamento em 5 prestações mensais e

¹⁸² *Idem*, p. 101. (Provavelmente à semelhança do Pórtico dos Evangelistas de Nossa Sra. da Peneda)

¹⁸³ A.I.N.S.R.L. - *Livro das Sessãoens...1848-1869*, fls. 25v-26v.

¹⁸⁴ *Idem*, fl. 14.

¹⁸⁵ *Idem, Ibidem*, fls. 25-25v. Referência ao pátio da Carreira Central que foi construído com um espaço maior que todos os outros no intuito de ali se fazerem uma fonte e uma capela.

¹⁸⁶ *Idem, Ibidem*, fl. 26.

¹⁸⁷ A.I.N.S.R.L. - *Actas das Sessões da Confraria de Nossa Senhora dos Remédios - 1870*, fl. 1v.

comprometeu-se a entregar a obra pronta em 31 de Agosto de 1873¹⁸⁸. Esses trabalhos são, contudo, já posteriores ao grave incêndio, pelo que os retomaremos em sub-capítulo específico.

Após a descrição feita, pareceu-nos importante destacar alguns dos elementos componentes do escadório, introduzindo simultaneamente imagens e referências a outros artistas (nomeadamente escultores) envolvidos na construção, bem como aos Irmãos que com o seu empenhamento mais contribuíram para o engrandecimento do santuário.

Muito contrariamente ao que afirma D. Joaquim de Azevedo, esta não seria uma obra monótona e pesada, mas tão somente dispendiosa. Reconheçamos com a devida distância a que nos encontramos, tratar-se de uma obra com uma estética revivista, até anacrónica no seu tempo, mas que foi levada a cabo com persistência, usando bons materiais e que procurou humanizar e animar cenograficamente o monte.

3.6.1 - Elementos componentes do escadório

Partindo da observação das imagens apresentadas na Figura 27, podemos inferir de imediato que os lamecenses do princípio do século XX tinham uma visão substancialmente diferente dos da actualidade. A massa gigantesca em construção até ao largo da Meia-Laranja desenvolvia-se segundo um eixo centrado no altar-mor do templo, cujo acesso se apresentava pontuado de obstáculos (patamares e fontes), obrigando ao percurso pelas escadas, convergentes e divergentes, para vencer o desnível do monte. Os de hoje sentem a harmonia perfeita do santuário integrado na paisagem, mas os antigos sentiam a crueza do granito, o arrastar das construções e a falta das pirâmides e de outros elementos decorativos posteriormente acrescentados (ainda hoje visíveis, apesar de algum vandalismo).

¹⁸⁸ Vide Apêndice Documental (doc. nº 57).

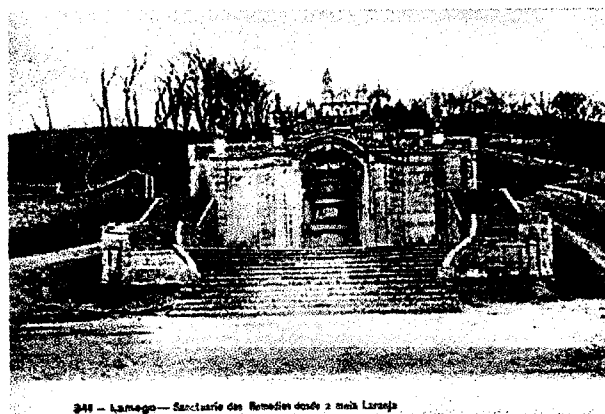


Figura 27 - Perspectiva do Santuário de Nossa Senhora dos Remédios, visto da Meia-Laranja: princípios do séc. XX (esquerda) e fotografia actual (direita)¹⁸⁹.

Por outro lado, a Figura 27 (direita) também nos permite individualizar alguns elementos que constituem este conjunto: as fontes, o chamado Pátio dos Reis e a capela de Jesus, Maria, José.

3.6.1.1 - As fontes

Incluindo a fonte mais antiga, contemporânea da extinta capela seiscentista, e removida posteriormente para o adro da actual igreja, local aonde pode continuar a ser vista, e outras duas que foram construídas já no século XX, no processo de ligação do escadório até à Avenida dos Combatentes da Grande Guerra (também conhecida por Avenida Dr. Alfredo de Sousa)¹⁹⁰, o conjunto contabiliza um total de oito fontes. Destas, apenas deixamos o registo de três; quanto às restantes iremos apenas apresentar alguns factos documentais e imagísticos. A Figura 28 mostra a famosa “Fonte-Painel”, desenhada e executada por Nicolau Nasoni nos anos de 1738-39. Colocada

¹⁸⁹ A imagem refere-se à última fonte localizada no fim do escadório novo, construído entre a Meia-Laranja e a Avenida Alfredo de Sousa.

¹⁹⁰ Ver Figura 28 (direita).

inicialmente no local onde hoje se situa o Pátio dos Reis foi, por razões da citada obra, transferida para o local onde ainda hoje pode ser observada. A importância desta fonte não pode deixar de ser salientada, uma vez que nos parece acompanhar, de certo modo, a introdução da estética barroca em Lamego (conjuntamente com as obras da Sé). O impacto desta obra sai hoje diminuído, uma vez que o aspecto cenográfico que ainda se sente perde-se na perspectiva de fundo que lhe falta, uma vez que a fonte não foi desenhada e executada para ser colocada naquele lugar. Porém, ela apresenta nas suas formas o frontão quebrado e curvado das frontarias dos templos e, paralelamente, mistura a arquitectura com a escultura, revelando a mão hábil do artista. Esta fonte poderá ter representado junto dos artistas locais o exemplo acabado das gravuras e estampas que circulavam internacionalmente, vindas de regiões mais evoluídas artisticamente, e que lhes enchiam o imaginário¹⁹¹ inspirando-os nas obras que executavam.

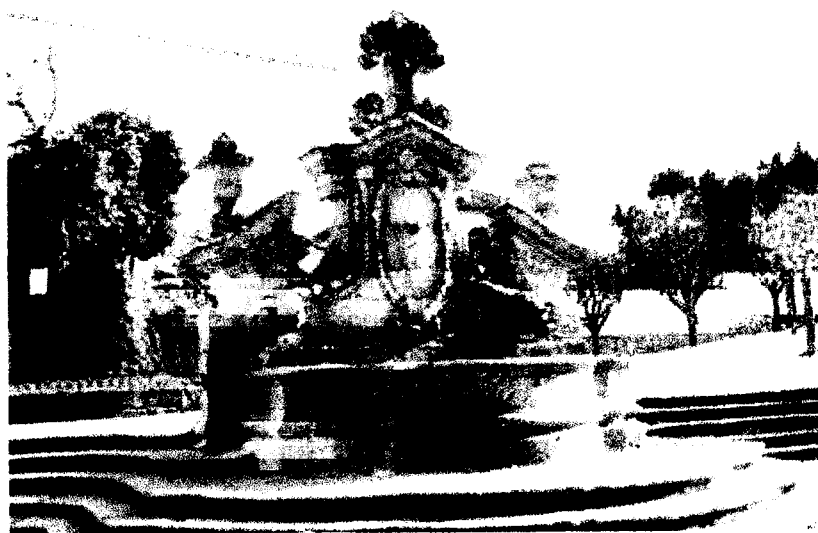


Figura 28 - A Fonte-Painel (1738-39).

¹⁹¹ MANDROUX - França, Marie - Therèse - *de Nasoni a Soares: les createurs du baroque portugais*, Paris, Plaisir de France, Maio, 1971; *Informations Artistiques et "mass-media" au XVIIe siècle: la diffusion de l'ornement gravé rococo au Portugal*, in Bracara Augusta, Braga, C.M.B., Vol. XXVIII. t. II, fasc. 64(76), 1973; *L'image ornementale et la littérature artistique importées du XVIe siècle: un patrimoine inconnu des Bibliothèques et Musées Portugais*, in Boletim Cultural, C.M.P., 2ª Série, Vol. 1, 1983, pp. 143-206.

A Figura 29 apresenta duas imagens - plano geral e pormenor- da chamada “Fonte da Cebola”, imbutida no primeiro lanço de escadas, e que serve de fecho a uma mina. Foi construída nos finais do século XVIII por Manuel Faustino Loureiro¹⁹².

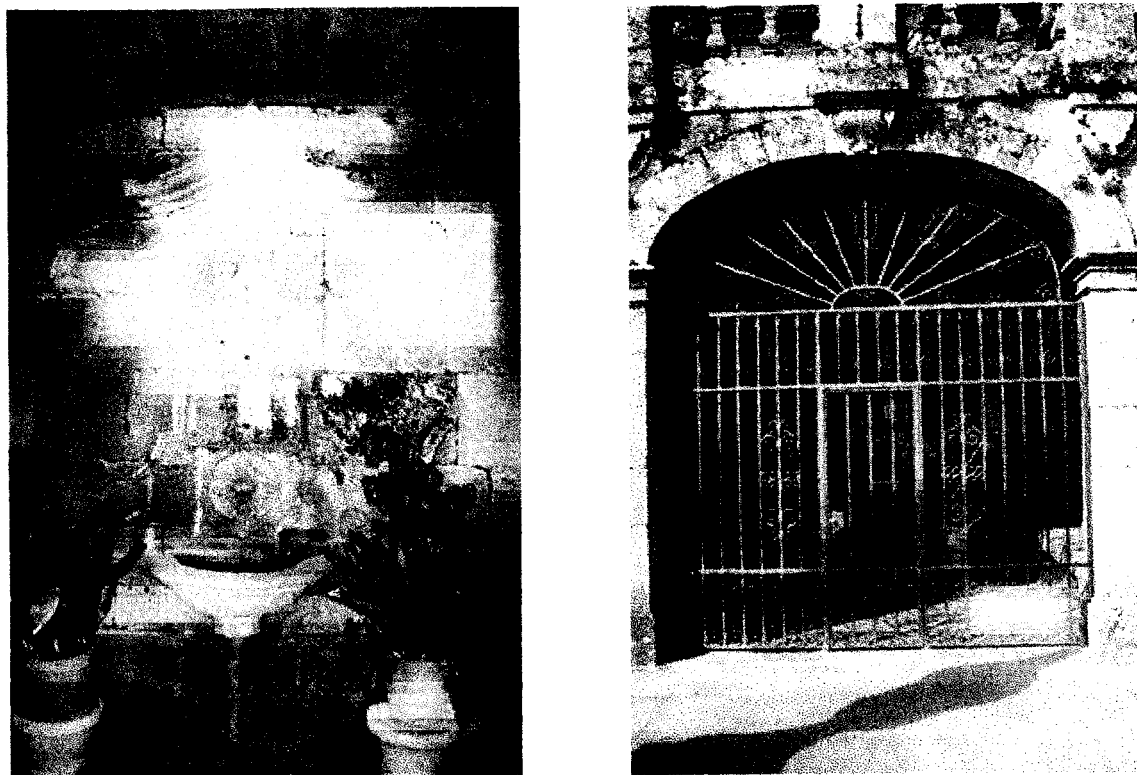


Figura 29 - A “Fonte da Cebola” (finais do século XVIII):
pormenor (esquerda) e plano geral (direita).

O mestre pedreiro segue o modelo original das fontes traçadas por Carlos Amaranter no escadório das Três Virtudes Teologais, no Santuário do Bom Jesus de Braga¹⁹³, de que esta fonte é também uma réplica. Na parede do fundo da cavidade destaca-se um painel talhado em granito, com frontão de recorte sinuoso, concêntrico com outro de menores dimensões, de linhas simples, terminando em volutas, junto da bacia granítica adossada à parede. A água sai de uma pequena bica em forma de bolbo de cebola que lhe dá o nome. As paredes laterais da cavidade/caixa que sustenta a escadaria e nivela o solo estão revestidas com azulejo¹⁹⁴.

¹⁹² Vide Apêndice Documental (doc. nº 28).

¹⁹³ MASSARA, Mónica - *Santuário do Bom Jesus do Monte - Fenómeno Tardo-Barroco em Portugal*, Confraria do Bom Jesus do Monte, Braga, 1989, p. 76.

¹⁹⁴ Dados do século XVIII, provenientes da antiga igreja da Misericórdia que outrora existiu na Rua de Almacave; MARRANA, - ob. cit., p. 111.

A Figura 30 apresenta-nos uma vista geral da fonte mais barroca de todo o escadório, permitindo alcançar o seu enquadramento no chamado Pátio dos Reis¹⁹⁵, e um pormenor que esteve na origem da popular designação de “Fonte dos Gigantes”¹⁹⁶.

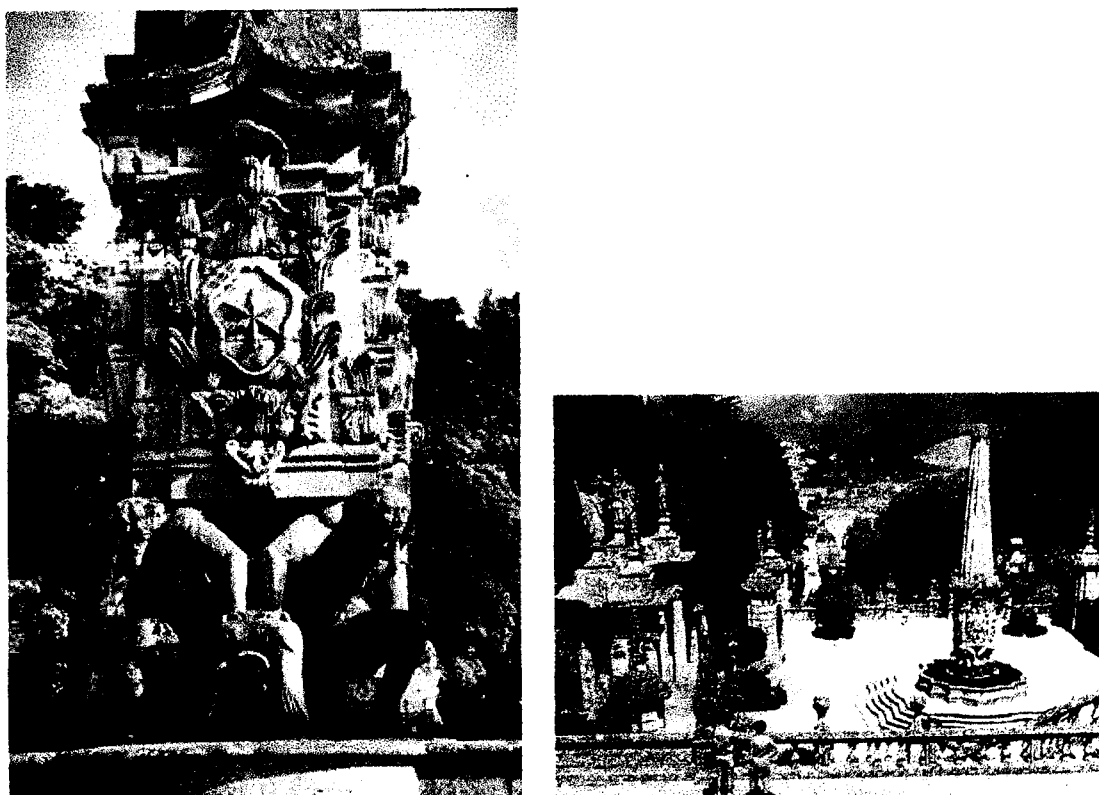


Figura 30 - A Fonte dos Gigantes (princípio do século XIX?): pormenor (esquerda) e vista geral (direita).

De autor desconhecido, terá provavelmente sido executada entre os finais do século XVIII e a primeira década do século XIX, uma vez que em 1813 há referências documentais escritas relativas aos pórticos laterais e respectivas esculturas. A documentação é omissa, mas a autoria desta fonte parece dever-se a um artista nortenho, alguém com um conhecimento baseado num profundo auto-didactismo e enformado pela circulação de gravuras e estampas¹⁹⁷. Assenta em seis degraus recortados em círculo e a estrutura da taça (tanque) acompanha a sinuosidade dos degraus. Do centro sai

¹⁹⁵ De que falaremos ainda neste sub-capítulo.

¹⁹⁶ Algo parecido com os “meninos” da fachada do convento de Nossa Senhora da Graça em Évora.

¹⁹⁷ Ver as mesmas indicações bibliográficas indicadas na nota 191 - Fonte Painel/Nasoni.

um obelisco de base circular, seguida de quatro atlantes¹⁹⁸ apoiados em cabeças de golfinhos¹⁹⁹, que suportam a pirâmide quadrangular na base, com profusa decoração fitomórfica, enquadrando símbolos marianos em cada uma das faces: o sol, a lua, as estrelas²⁰⁰ e o monograma da Virgem. Esta parte da pirâmide-obelisco termina num entablamento em cada um dos lados, fazendo-nos acreditar estarmos perante um templo miniatura. A sua continuação faz-se com faces lisas, em agulha, formando doze arestas que poderão ser entendidas como símbolo das doze tribos de Israel²⁰¹. Essas arestas unem-se em ponto único encimado por uma estrela, símbolo da Estrela da Manhã, tendo de cada lado as inscrições "*Ave Maria*" e "*Cheia de Graça*", respectivamente.

¹⁹⁸ Símbolo ligado à água e à transfiguração. É também símbolo de conversão. CHEVALIER, Jean, CHEERBRANT, Alain, - ob. cit., pp. 394-397.

¹⁹⁹ *Idem*, pp. 338-342.

²⁰⁰ *Idem, Ibidem*, - Sol, pp. 891-896; Lua, pp. 589-595; Estrelas, pp. 417-421.

²⁰¹ MARRANA, José António - ob. cit., p. 108.

A Figura 31 mostra-nos uma outra fonte, localizada a sul, no oitavo patamar, e que terá sido construída pelo mestre pedreiro José Roiz Tinoco²⁰². É formada por um alto espaldar de granito ladeado por pilastras lisas e encimado por um pequeno frontão triangular, cortado na parte superior e decorado por volutas enroladas de cada um dos lados. Um losango em relevo serve de moldura a uma cartela granítica onde foi gravada a quadra²⁰³ que deu o nome à fonte. Ao centro, a bica da água sai de uma rosácea para uma taça adossada à parte inferior do espaldar. De cada lado existe um banco de pedra corrido, com encostos terminados em volutas iguais às que decoram a fonte e fazem a ligação à mesma.



Figura 31 - A Fonte-Pura (1842).

²⁰² Que segundo a documentação aparece a trabalhar no escadório em 1819, substituindo o falecido Manuel Faustino Loureiro. Em qualquer dos casos, a documentação é omissa em relação ao período de 1823 a 1841, fase deveras difícil da história político-institucional e económico-social portuguesa.

²⁰³ A data de 1842, lá assinalada, conjuntamente com a quadra “É Fonte Pura/A Mãe do Eterno/ Quem nela beber/ Não teme o Inferno/”, são posteriores, já que a gravação foi efectuada em 1866 por Manuel Domingues da Costa Barreira, conforme consta da acta de 27 de Junho, do “*Livro das Sessões da Irmandade...1848-1862*”, fl. 25; MARRANA, José António - ob. cit., p. 105.

Na Figura 32 observa-se a chamada Fonte do Pelicano²⁰⁴, também conhecida por Fonte da Cascata, porque a água escorre por três taças para um tanque semicircular. Insere-se num nicho com arco de volta perfeita e sustenta o último patamar ou da Meia-Laranja. A massa granítica que sustenta o desnível da escadaria desenvolve-se numa frontaria dinâmica, com pilastras adossadas, rematada por uma cornija com decoração rocócó e encimada por plintos que sustentam quatro urnas. A sua construção foi iniciada por José Roiz Tinoco, por volta de 1842, mas sucessivos erros na sua execução levaram a Irmandade a entregar a empreitada a João Correia de Lacerda²⁰⁵, que a terá terminado.



Figura 32 - A Fonte do Pelicano (1856-1869).

A Figura 33 apresenta-nos a chamada “Fonte da Sereia” (também conhecida por “Fonte do Golfinho” ou “Fonte do Tritão”) e que se situa no 2º patamar em frente da capela de Jesus, Maria, José. O aspecto mais relevante desta fonte encontra-se certamente no nome por que usualmente é conhecida, facto que nos remete para o universo mitológico pagão. Também introduz no Santuário, com alguma polémica verificada *à posteriori*, uma regra atribuída a Bernini nas suas fontes (e não só) e que consistia na introdução de elementos da mitologia pagã na estética barroca contra-reformista, contrariando as posições assumidas no tempo. Outros, como R. Wittkower, identificam

²⁰⁴ O pelicano simboliza o sacrifício de Cristo que dá o Seu sangue para a redenção da humanidade.

esta posição como derivada de uma sólida formação humanista herdada do Renascimento que, embora chocando inicialmente, acabou por ter êxito por toda a Itália e fora dela²⁰⁷, a ponto de ser aceite pelos próprios Papas (sem dúvida os seus maiores mecenases).

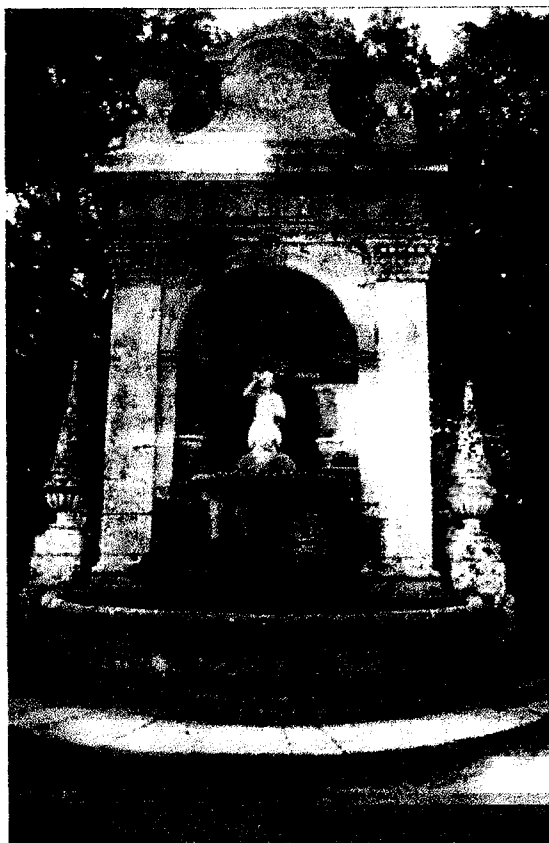


Figura 33 - A Fonte da Sereia.

Curiosamente, já no Santuário do Bom Jesus do Monte, em Braga, a utilização de temas pagãos não se livrou de tensões idênticas²⁰⁸. É interessante verificar que no risco desta fonte se encontra um artista italiano. Poderemos comprovar através da acta da sessão de 1 de Agosto de 1867 que a fonte foi encomendada ao famoso artista Cinatti, por intermédio do juiz da Irmandade, o não menos famoso Visconde de Valmor. Para Cinatti, arquitecto de vários palacetes e cenógrafo do S. Carlos em Lisboa, o risco

²⁰⁵ Trata-se de uma réplica de uma fonte com o mesmo nome existente no Santuário do Bom Jesus do Monte, em Braga; o mesmo será dizer que se tratou apenas de executar, e bem, um plano previamente já feito.

²⁰⁷ WITTKOWER, R. - *Arte Y Arquitectura en Italia 1600-1750*, Madrid, Manuales Arte Catedra, 1979, pp. 167-170.

²⁰⁸ MASSARA, Mónica F. - ob. cit., pp. 63-67.

desta fonte com um tema pagão era usual, embora chocasse com a mentalidade norte-nha, demasiado ortodoxa, de alguns Irmãos²⁰⁹.

No seu todo, a fonte apresenta a forma de um polígono quadrangular granítico, com pilastras adossadas nas arestas, de fuste liso e capitel com decoração fitomórfica, seguida de uma arquitrave com cornija algo saliente. Rematada por um frontão encimado e cortado em ambos os lados, dá lugar a um pequeno plinto onde assentam dois jarões. Apresenta na frontaria um arco-nicho vasado, seguindo, de uma maneira geral, o esquema já desenvolvido na fonte do Pelicano, só se destacando desta pela sua função ser exclusivamente a de sustentar uma fonte e não de suportar também a escadaria. No interior do nicho encontramos vieiras por onde escorre a água para uma taça de granito lavrado, que por sua vez a deixa cair num tanque em semicírculo. Na meia taça foi colocado o tritão tocando um búzio, sentado sobre um golfinho, tendo sido todo este conjunto esculpido em mármore branco, riscado e executado em Lisboa por Cinatti. Este aspecto concretiza o assunto ventilado e é, de facto, o único elemento que a distingue das restantes²¹⁰.

A fonte foi construída sob a direcção do mestre Domingues da Costa Barreira, ajustado à jorna pela quantia de 2:507\$500 reis²¹¹. Foi concluída em 1869, tendo pela primeira vez jorrado água dessa fonte, *“a qual se tinha principiado havia treze annos e se tem gastado n’ella trez contos de reis aproximadamente, trabalhando n’ella cinco a seis pedreiros diariamente”*²¹² a 17 de Junho desse mesmo ano.

3.6.1.2 - O Pátio dos Reis

A Figura 34 apresenta uma vista geral do chamado “Pátio dos Reis”. Encontramos aqui o eco ténue, ou melhor dizendo, a réplica transformada, mas com vestígios, da imagem que circulou da praça de S. Pedro em Roma. Este pátio desenvolve-se num círculo apertado que lhe corta o classicismo. Local de acolhimento dos peregrinos, tem como cúpula a atmosfera contida nas barreiras artificiais que são as colunatas (sustentando as esculturas), pontuando todo o recinto e as entradas. Ao centro, o obelisco,

²⁰⁹ Este mesmo artista esteve ligado às obras do Bom Jesus do Monte, Braga, aonde se deslocou em 1878 para emitir o seu parecer sobre a qualidade das obras em curso; REIS LIMA, M.L.G., - *A Renovação Estética da Igreja do Bom Jesus do Monte na Época Contemporânea*, 1996, Vol. I, p. 299.

²¹⁰ A Fonte dos Gigantes, a seu modo, já tinha produzido o mesmo efeito.

²¹¹ A.I.N.S.R.L. - *“Livro das Sessões da Irmandade... 1848-1862”*, p. 25.

símbolo do poder pagão, apropriado de forma inteligente pela Igreja que o sacralizou. O que de facto diferencia a magnífica praça berniniana e esta, é a qualidade da encomenda e do artista. A primeira fala-nos de inovação, a segunda de reprodução.



Figura 34 - O Pátio dos Reis (finais do século XVIII - 1816).

O pátio é enquadrado por pórticos laterais, a norte e a sul, formados por um conjunto de quatro colunas cada um e fortes pilastras sobrepostas. As colunas apresentam fuste liso e capitel compósito, continuado nas pilastras. Cada conjunto está ligado por um sólido entablamento que suporta os plintos e estátuas. Todo o recinto é circundado por um muro com assentos, dividido por grossas pilastras com arestas (em número de 12) encimadas por estátuas assentes em plintos de granito. Cada pórtico contém oito estátuas, quatro de cada lado, e as pilastras dez, cinco de cada lado, que representam os antepassados da Virgem Maria e a linhagem da Casa de David (Joatam, Achaz, Ezequias, Manasses, Amon, Josias, Jeconias, Salatiel, Zorobabel, Abiud, Elia-cim, Azor, Achim, Eliud, Eleázar, Matan e Jacob²¹³), figuras teatrais com profundas semelhanças com as do Bom Jesus do Monte Espinho, em Braga²¹⁴. Assentes sobre

²¹² *Idem*, p. 25.

²¹³ MARRANA, José António - ob. cit. p. 111.

²¹⁴ Inspiradas nas gravuras dos Irmãos Klauber, segundo hipótese alvitada por Myrim Andrade, ou então na famosa Letania, ilustrada pelos mesmos autores, - conforme LOPEZ, Santiago Sebastián, - "El Programa iconografico de Congonhas do Campo, integration de Brasil en la espiritualidad de la Contrareforma", Santiago do Cacém, 1987, p.120, ao referir a origem da estatuária de Congonhas do Campo, Brasil, executadas por Francisco Lisboa, terminadas em 1805, versão brasileira do Bom Jesus de Braga, e que parece ter sido também o modelo inspirador, como já referimos, do Santuário dos Re-

pedestais mais simplificados que os do santuário de Braga, apresentam contudo a mesma majestade e cenografia.



Figura 35 - Esculturas (2ª década do séc. XIX):

Santuário dos Remédios em Lamego (esquerda), Santuário do Bom Jesus de Braga (direita).

As duas estátuas são obra de escultores bracarenses que também trabalharam no Santuário de Lamego - os Irmãos Sousa. A escultura da direita é atribuída a Manuel Sousa; a da esquerda, pelas semelhanças apresentadas, poderá ter sido executada por António Sousa, embora não tenhamos encontrado nenhum documento que nos desse certeza sobre esse facto.

A realização da estatuária do pátio teve início no ano económico de 1812-1813, conforme registo de despesas “...com quem foi buscar o barro a Rio Bom para modello das figuras -000\$900”²¹⁵, e em 1813-1814 António de Sousa veio a Lamego justar as figuras tendo recebido 12\$280 réis²¹⁶. Por essa data aparecem despesas de materiais diversos, como cera, cal e betume, no valor de 24\$230 réis²¹⁷. Por estas e outras despesas registadas na mesma data²¹⁸ tomámos conhecimento de que mestre António de Sousa terá ficado logo na cidade, conforme registo dos gastos com a sua instalação, que ascenderam a 33\$050 réis²¹⁹. Em 1815 o mestre Manuel de Liz também executava figuras para a Irmandade, conforme se depreende de despesas registadas²²⁰. Ambos trabalharam as figuras do Pátio dos Reis com os seus oficiais, durante os mesmos anos aproximadamente. Nos anos económicos de 1812-1816 foi grande a despesa registada com as 18 estátuas graníticas, conforme lista recolhida e que consideramos de interesse:

Quadro VIII - Despesas feitas com as estátuas e mestres²²¹

- roupas de cama e camas para os mestres das figuras	33\$050 réis
- quatro coroas e ceptros para as figuras	13\$200 “
- ouro para as mesmas	5\$320 “
- com o pintor para as dourar	2\$100 “
- tintas, óleos e trabalhos	19\$375 “
- ferragens	1\$240 “
- cordas, guindastes, carros para a sua colocação	13\$570 “
- custo de dias para reparo de outras	14\$400 “
- com sete figuras	379\$440 “
- com sete modelos para as mesmas	16\$000 “
- cal, cera para as colar	4\$935 “
- pintura, tintas, óleos, ouro e trabalho	70\$000 “
- seis ceptros dourados para as mesmas	14\$700 “
- chumbo para as figuras	\$160 “
- Despesas com o mestre das figuras	3\$620 “
- com quem fez a comida ao mestre durante o tempo que fez as figuras	9\$120 “
- renda de casa para o mesmo	5\$520 “
- para apontar as ferramentas	41\$425 “
- com caiadores	25\$260 “
- madeira para a estada das figuras	1\$350 “

²¹⁵ A.I.N.S.R.L. - ob. cit., fl. 82.

²¹⁶ *Idem*, fl. 84.

²¹⁷ *Idem*, *Ibidem*, fl. 84.

²¹⁸ *Idem*, *Ibidem*, fl. 84v.

²¹⁹ *Idem*, *Ibidem*, fl. 84v.

²²⁰ *Idem*, *Ibidem*, fl. 84v. “...com Mestre Manoel de Liz na pedra para figuras - 45\$880”.

²²¹ *Idem*, *Ibidem*, fls. 82-94.

Parece que por volta de 1816 as esculturas estariam concluídas, porque se ultimaram as despesas com o mestre que as executou²²².

3.6.1.3. A Capela de Jesus, Maria, José.

A Figura 36 mostra uma vista exterior da capela de Jesus, Maria, José, sobre cuja encomenda e construção já foram anteriormente adiantados pormenores documentais. Sabemos através das mesmas fontes que estava também prevista a construção de outras capelas²²³ que nunca se chegaram a realizar.



Figura 36 - Capela de Jesus, Maria, José.

²²² Em 1830 aparecem registos de gastos referentes a caiação e pintura de vermelho das figuras.

A.I.N.S.R.L. - ob. cit., fl. 149v. Em 1870 estas foram limpas, retomando a cor natural do granito.

A.I.N.S.R.L. - *Actas das Sessões da Confraria de Nossa Senhora dos Remédios*, 1870, fl. 39.

²²³ Provavelmente seriam representativas dos "passos" da Senhora, à semelhança do Santuário de Nossa Senhora da Abadia (1600-1800) que possui 8 capelas também com planta octogonal, representando cenas da vida de Nossa Senhora; ARAÚJO, Ilídio - *Arte paisagística e Arte dos Jardins em Portugal*, Coimbra, Gráfica de Coimbra, 1962, p. 124.

Esta capela, de planta centralizada, desenvolve-se num octógono, com janelas de moldura granítica singelamente traçada, salientando-se, todavia, a importância dada ao portal/janela, de moldura mais ricamente trabalhada. Unindo as faces do polígono encontram-se pilastras adossadas com capitel compósito e uma cimalha em tudo idêntica à da fachada da igreja. A cobertura em pedra faz-se através de um desenho dinâmico de curva e contracurva, acentuando o octógono. Um fogaréu no topo e em cada um dos ângulos completam o pequeno templo. Sobre a porta foi colocado o brasão do Bispo D. Manuel de Vasconcelos Pereira.

3.6.1.4 - A cruz monolítica

A Figura 37 representa um cruzeiro em granito colocado no adro da Igreja, entre a balaustrada e o início do escadório. É um monumento simples que parece assemelhar-se a um *podium* sustentando uma coluna canelada com base e capitel compósito encimado por uma esfera lavrada, onde assenta uma cruz de caneluras também lavrada nas suas extremidades. Trata-se da velha lição aprendida e divulgada pela ideologia barroca contra-reformista sobre toda a ecúmena.

Quanto ao seu autor e data de execução, a documentação consultada não dá resposta. Consideramos a hipótese de ter sido realizada entre 1870 e 1880, e muito provavelmente Cinatti poderá estar na origem do desenho que um artesão habilmente terá executado²²⁴. Parece que evidencia o mesmo esquema, apenas adaptado ao gosto dos encomendadores.

²²⁴ “O decorador Cinatti fizera erguer uma coluna coroada com estátua de Himeneu por ocasião dos festejos do casamento de D. Pedro V, em 1858, sendo outra erguida na altura do casamento do rei D. Luís, quatro anos depois”; FRANÇA, José Augusto, - *Arte em Portugal no séc. XIX*, Lisboa, Livraria Bertrand, 1966, pp. 336-337.



Figura 37 - Cruz monolítica.

3.7 - Terceira fase (1868-1905): reconstrução e ampliação da igreja e espaço exterior

Esta terceira fase, arbitrariamente definida por nós, será marcada por dois factores que a destacará da anterior (1778-1868).

O séc. XIX foi palco de conflitos sócio-religiosos, económicos e político-culturais que vêm pôr fim ao Antigo Regime, implementando novas formas de governar e de estar que culminarão com o advento da República em 1910. Assim, o primeiro factor a salientar foi a passagem progressiva, por vezes violenta, do poder da Igreja para a alçada do Estado. A Irmandade de Nossa Senhora dos Remédios não podia fugir a estas mudanças, vincadamente sentidas neste período. Sucessivos alvarás régios (de 1814 e, sobretudo, o de 1858), a título de uma maior eficiência e protecção temporal, levam o Estado a controlar toda a actividade da Irmandade quer através da prestação de contas, quer pela dependência de autorizações para os mais diversos actos. Paralelamente a direcção da Irmandade laiciza-se; a presidência desta, que deveria ser obrigatoriamente, e de acordo com os Estatutos de 1779, ocupada por um membro eclesiástico (regra geral o próprio bispo), torna-se inadequada e passa a obedecer a outros

parâmetros. Para se ser Irmão bastava possuir “mérito e virtude” (art. 2º), e para serem eleitos para cargos directivos bastava “provarem pagar cinco mil reis de contribuição ao Estado e que soubessem ler, escrever e contar” (art. 9º)²²⁵.

3.7.1 - Restauro e ampliação da igreja

Na Figura 38 pode ver-se a frontaria da igreja com uma torre já concluída e outra incompleta, faltando-lhe a parte superior. Esta figura serve para introduzir os aspectos essenciais (uns visíveis, outros não) do restauro e ampliação que a igreja irá ter, e que lhe vinculará definitivamente as características neo-barrocas (revivalista, sem dúvida) que ainda hoje sentimos quando a olhamos.

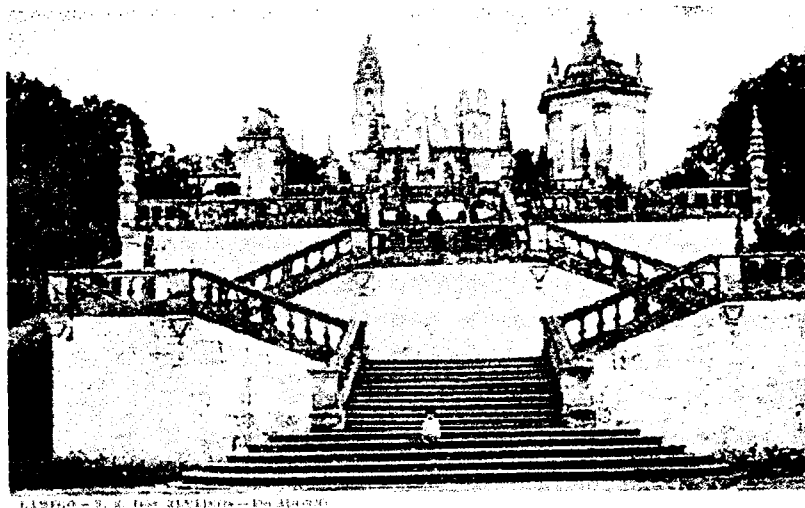


Figura 38 - Ampliação da igreja e construção das torres.

As obras na igreja foram desenvolvidas em várias frentes, como passaremos a descrever:

- O restauro da velha sacristia;
- A sacristia nova;
- As duas torres que ladeiam o frontispício e a alteração do frontão;
- Obras de embelezamento no seu interior.

²²⁵ Estes Estatutos, no que concerne à mudança de mentalidades, são um documentíssimo interessante para um possível estudo. Serve, como exemplo, o papel que a mulher aí ocupava. Interessa, no nosso caso, verificar que aos privilégios da Igreja do Antigo Regime se sucediam os “barões do dinheiro”.

3.7.1.1 - A reconstrução da sacristia velha

Imediatamente a seguir ao incêndio que “*reduziu a cinzas a sacristia e a casa da arrecadação com todas as alfaias pertencentes a Nossa Senhora dos Remédios*”²²⁶, a Mesa reuniu e tratou de tomar medidas “*para fazer tornar ao seu antigo esplendor aquelle sanctuário, offerecendo logo o thesoureiro para as obras cincoenta mil reis*”²²⁷ Nessa reunião, estando presente o mestre pedreiro Manuel Domingues da Costa Barreira²²⁸, logo se lhe pediu que fizesse um orçamento para a reconstrução da sacristia destruída e para a reparação da igreja, que sofrera alguns estragos significativos. Ajustado o preço em 400\$000 reis, as obras de reconstrução iniciaram-se em Janeiro de 1869, ficando acordadas as seguintes cláusulas:

- fazer a parede que dividia a sacristia da escada que dava serventia para a casa da arrecadação;
- demolir a escada ficando o espaço aumentado em 3 metros de comprimento;
- rasgar duas janelas na sacristia, uma para sul, outra para norte;
- abrir duas janelas, nas mesma direcção, na casa da arrecadação;
- elevar as paredes mais 2 metros, ficando ambas com um pé direito maior;
- abrir duas portas em forma de arco para poente, uma no primeiro pavimento, dando entrada para a projectada sacristia, e outra no segundo pavimento, para a casa da arrecadação que lhe ficava por cima;
- ladrilhar a parte ocupada pela parede e escadas demolidas;
- pôr padieiras e chumbeiras nos portais que dão serventia para o templo;
- reparar todos os estragos causados pelo incêndio²²⁹.

No final desse mesmo ano as obras de pedraria da sacristia velha estavam em fase de acabamento, tendo decidido a Mesa construir uma nova sacristia, pelo que a existente passou a ter outras funções e a denominar-se sacristia velha.

²²⁶ A.I.N.S.R.L. - “*Actas das Sessões da Confraria de Nossa Senhora dos Remédios, 1870*”, fl. 20v.

²²⁷ A.I.N.S.R.L. - ob. cit., fl. 21.

²²⁸ Este artista era natural de Sopo, Vila Nova de Cerveira, Viana do Castelo. Veio para Lamego trabalhar como funcionário das Obras Públicas do Concelho. Era mestre de obras do Santuário desde 1842, tendo já executado obras no escadório riscado e construído a casa do capelão (situada ao lado sul da igreja).

²²⁹ A.I.N.S.R.L. - *Actas das Sessões...1870*, fls. 59v-60v.

3.7.1.2 - A sacristia nova

A sacristia nova, desenhada e construída pelo mestre Domingues Barreira parece ter sido inspirada nas igrejas do barroco da Europa Central, como se pode observar através da Figura 39.



Figura 39 - A nova sacristia e possível fonte de inspiração. Sacristia nova dos Remédios (1869-1877), à esquerda, e Igreja dos Peregrinos, Alta Baviera (séc. XVIII), à direita

Estas obras de pedraria foram orçamentadas em 2:360\$000 réis e correspondiam a um primeiro projecto apresentado pelo citado mestre em 1 de Agosto de 1869²³⁰. Em 17 de Abril de 1874 foi apresentado pelo mesmo um segundo risco que mereceu a aprovação dos Mesários e lhes pareceu um projecto mais “*regular e elegante*”. O custo orçamentado atingia a verba de 3:100\$000 réis²³¹, e o projecto foi aceite tendo-se então celebrado o acordo de que se indicam aqui as principais cláusulas:

- a obra seria dividida em duas fases em que a primeira iria dos alicerces até aos parapeitos das janelas e a segunda desde os parapeitos até à sua total execução, incluindo as pirâmides;
- essas duas fases seriam feitas em praça por arrematação pública;
- a obra prolongar-se-ia por alguns anos, obrigando-se a Irmandade a ir pagando gradativamente, em prestações acordadas entre as partes contratantes.

²³⁰ A.I.N.S.R.L. - “*Actas das Sessões...1870*”, fl. 27.

²³¹ A.I.N.S.R.L. - *Idem*, fl. 85.

Feita a arrematação pública da primeira fase no dia 5 de Maio de 1874, apareceu apenas um licitante - Manuel Domingues da Costa Barreira. Discutido o preço com a Mesa, o arrematante concordou em baixar o preço para 2:800\$000 réis, e o pagamento foi combinado pelos interessados, da seguinte forma: 1:500\$000 réis, pagos na primeira parte da obra, e 1:300\$000, a pagar depois. Após a adjudicação, a entidade contratante impôs as seguintes condições:

- a construção devia ser feita da melhor cantaria e alvenaria, sendo toda a pedra trabalhada com a máxima perfeição;
- as pirâmides e a cruz que encimariam a fachada seriam de pedra inteiriça;
- o interior da sacristia seria ladrilhado de boa cantaria;
- a sacristia comunicaria com o andar superior por degraus de pedra inteiriça conforme o projecto e com rebordos;
- todo o material necessário (pedra, cimento, ferragens, férias dos operários, condução e acabamentos) seriam por conta do arrematante;
- o mestre pedreiro ficaria só com as obras de pedraria;
- a obra começaria a 1 de Julho de 1874, continuando sem interrupção, até estar finalizada no fim de Dezembro de 1876;
- o arrematante receberia a importância do preço da arrematação em prestações iguais ou desiguais entre si, conforme o adiantamento da obra, mas sempre de valor inferior a 25% do valor total da mesma;
- estando a obra totalmente pronta e executada segundo o contracto, o projecto e a planta, o arrematante receberia o diferencial para o seu total pagamento.

A Confraria dispensou Domingues Barreira de apresentar fiador quando se realizou o contracto, por ser pessoa conhecida de há muito tempo pela sua seriedade e honestidade e pelos serviços prestados anteriormente, características consideradas como garantias suficientes.

No decurso de 1876 as obras corriam a bom ritmo, tendo em Abril atingido a altura da cornija, pressupondo-se que em Junho os trabalhos de pedraria estariam terminados. Domingues Barreira já tinha recebido, por conta da obra executada, 1:890\$000 réis, estando incluída nesse pagamento uma fracção correspondente ao ano anterior, no valor de 1:140\$000 réis, faltando receber somente 910\$000 réis²³².

²³² A.I.N.S.R.L. - *Idem, ibidem*, fl. 106.

Brevemente a sacristia nova seria coberta com o telhado, iniciando-se as obras de carpintaria, tendo ficado incumbida a Mesa de arranjar a madeira de castanho com que iria ser forrada. Foram cortados os castanheiros que cresciam ao longo da escadaria que se andava a construir. Assim, e segundo o parecer dos mesários, arranjava-se a madeira necessária para as obras e desafrontavam-se as escadas em construção, podendo-se observar «*os magníficos lanços da escadaria de pedra, que assim melhor ostentam a sua beleza*»²³³.

No ano de 1876 ainda decorriam as obras de carpintaria na sacristia nova, tendo-se feito a armação²³⁴, e andando a fazer-se o vigamento perfeitamente atarugado²³⁵. As obras de pedraria terminaram no ano de 1877, continuando as do interior, que demoraram cerca de 10 anos.

²³³ A.I.N.S.R.L. - *Idem, ibidem*, fl. 106.

²³⁴ As traves eram de castanho, possuindo tamanhos diversos: 10 metros, 42 palmos..., *Idem*, fl. 90.

²³⁵ *Idem, Ibidem*, fl. 90. A recolha dos dados referentes a estas obras (exteriores e interiores) foi feita através da consulta dos livros das despesas e das actas das sessões da Mesa administrativa, por falta de plantas e plano orçamental, que não constam dos A.I.N.S.R.L. Já em 1880, da mesma falha se queixavam os mesários ao afirmarem que “*consta das sessões de 17 de Abril e de 5 de Maio de 1874 a folhas 85v e 87 que foi feito o respectivo orçamento pelo empreiteiro Manuel Domingues da Costa Barreira, que arrematou a obra de pedraria por 2:800\$000 réis, não se encontrando verba alguma do custo do dito orçamento. Esta obra está quase concluída, não aparecendo indicação alguma de planta geral ou orçamento especial*”; A.I.N.S.R.L. - *Copiador*, 1877-1902, fl. 20. A falta destes e doutros documentos (planta da igreja, das torres, do Pátio dos Reis, das fontes) deixam-nos amputadas as fontes que reputamos de fundamentais para um conhecimento mais objectivo e concreto.

3.7.1.3 - As torres que ladeiam o frontispício e a alteração do frontão

Para introduzir, numa visão global, o conjunto das obras realizadas na fachada do templo atente-se na Figura 40.



Figura 40 - Fase final da construção das torres e alteração do frontispício.

Se a compararmos com a Figura 2, entender-se-ão as grandes transformações que os acrescentos já referidos aportaram. Parece que no projecto inicial do templo as torres seriam um elemento preestabelecido mas, inevitavelmente, dos últimos a serem construídos. Em 1849, em sessão da Mesa, tinha-se aprovado já a sua construção, mas das intenções à concretização foi necessário esperar alguns anos. Em Novembro de 1879, o juiz da Irmandade, Visconde de Amorim, entendia como prioridade a construção de duas torres laterais e também a alteração do frontispício para que o templo ficasse «*mais elegante e magestoso*»²³⁶ porque «*o tosco e acanhado torreão do sino, junto da casa do capellão destoava completa e sensivelmente da magestade de tam venerando e venerado sanctuario desacreditando o bom gosto de seus intelligentissimos administradores*»²³⁷. Afirmava também o juiz que o saldo positivo de que dispunha a Irmandade nesse ano permitia pagar a planta das torres, os seus alicerces e respectivo levantamento até à altura de cinco metros e meio acima do ensoleiramento. Para as

²³⁶ A.I.N.S.R.L. - *Idem*, fl. 183.

²³⁷ A.I.N.S.R.L. - *Idem, ibidem*, fl. 183.

concluir contava, como sempre, com as esmolas dos devotos e as ofertas dos mais bafejados pela fortuna.

Foi nomeada uma comissão de obras e que faziam parte o juiz, o tesoureiro e o secretário da Mesa Administrativa, e a qual se encarregaria de levar por diante tão grandioso empreendimento. A mesma contactou o engenheiro Augusto de Matos Cid²³⁸, chefe das obras públicas, e o “*arquitecto Manuel Domingos da Costa Barreira*”²³⁹, para darem orçamentos da obra que se pretendia iniciar. A mesma comissão encarregar-se-ia também da sua fiscalização.

Domingues Barreira aceitou construir a obra segundo o projecto traçado por Matos Cid e levantou também o frontispício da fachada principal em mais 2 metros, dando-lhe um remate diferente do anterior, de forma a ficar em harmonia com as torres laterais. Em Acta de 2 de Abril de 1881 podemos verificar que Matos Cid, por sugestão de Domingues Barreira, concordou em alterar o traçado das torres retirando-lhe 6 metros à altura:

*«O thesoureiro apresentou o desenho do frontespicio do templo dos Remédios conjuntamente com suas duas construendas torres, o qual tinha já sido encomendado em Outubro último ao senhor Augusto de Mattos Cid para ser littographado em cartas de petição de esmolas, e estas serem distribuidas por diversas localidades do reino e Brazil a fim de colher dinheiro com que possa effectuar-se a obra das torres sem recorrer-se a novo empréstimo(...). Nas desenhadas torres, combinadas com o frontispicio do templo, para elegância de todo e por economia na verba orçada, evitando egualmente certa desproporção que se notava entre a altura dellas e a do frontispicio do templo, accordou-se com o dito engenheiro em diminuir perto de 6 metros na altura de cada uma dellas, e sendo, por isso, preciso fazer a respectiva redução no orçamento geral.»*²⁴⁰

²³⁸ “Pago a Augusto de Mattos Cid gratificação pela planta da obra de duas torres em projecto, orçamento geral e especial - 45\$000”. A.I.N.S.R.L. - *Receitas e Despesas...* 1870, fl. 151.

²³⁹ A.I.N.S.R.L. - *Actas das Sessões...* 1870, fl. 182.

²⁴⁰ A.I.N.S.R.L. - *Alvarás Régios e Outros 1901*, 2º dossier, 2º grupo, fls. 24v-25. Do processo entregue por Matos Cid (planta e projecto) nos Arquivos da Irmandade apenas encontramos o projecto que na sua primeira página refere o seguinte: «*Projecto para a construção de duas torres na Igreja da Real Confraria de Nossa Senhora dos Remédios.*»

	Planta Geral.....	escala	1:400
	Alçados.....	“	1:100
	Planta Alta.....	“	1:50
	Planta Baixa.....	“	1:50
Desenhos	Planta no 1º pavimento...	“	1:50

Em 18 Abril de 1880, na reunião havida com a Mesa, a comissão de obras planejou as linhas gerais que enformariam o concurso para a construção das duas torres e suas fundações. Como sempre, entre os futuros concorrentes seria escolhido «*aquele que por menor quantia se propuzer a fazer esta obra e mais confiança inspirar não só quanto a solidêz, mas também quanto a belleza d'arte, que deve harmonizar-se completamente com as molduras do frontespício do templo*»²⁴¹.

Em resposta aos editais afixados em 28 de Abril desse ano nos locais públicos habituais surgiram duas propostas: uma do pedreiro António Augusto de Carvalho, que apresentou um orçamento de 3:945\$200 réis, e outra do já conhecido mestre pedreiro e architecto Manuel Domingues da Costa Barreira, cujo orçamento era de 4:100\$000 réis. Contrariando o espírito economicista que sempre pautou as decisões da Irmandade, foi escolhido este último, apesar do orçamento apresentado ser de valor superior. Foram alegadas como razões justificativas dessa escolha o ser de há muito conhecido na cidade pela sua honestidade e conhecimentos da arte, trabalhar há muitos anos para a Irmandade em obras anteriores, sendo até conhecido como o *Mestre dos Remédios*²⁴², e ter sempre concluído as obras arrematadas, por vezes com prejuízo próprio. Uma última e não menos importante razão, residia no facto de Domingues Barreira possuir recursos suficientes que lhe permitiam esperar por qualquer prestação em atraso se a situação financeira do pagador fosse menos desafogada e não permitisse, atempadamente, cumprir os pagamentos.

Foi celebrado o contrato provisório para a construção da primeira fase das torres nos termos que passamos a resumir:

- o arrematante comprometia-se a fazer os caboucos para os alicerces das duas torres até encontrar a necessária solidez, seguindo em tudo o projecto aprovado;
- removeria por sua conta toda a terra e pedra que restasse dos trabalhos de cantaria;

<i>Planta no relógio.....</i>	“	1:50
<i>Planta nos sinos.....</i>	“	1:50
<i>Corte Vertical.....</i>	“	1:100
<i>Detalhes definitivos.....</i>	“	1:25

Peças escriptas: Preços elementares, Preços compostos, Medições dos trabalhos, Orçamentos

Lamego, 17 de Dezembro de 1879.

²⁴¹ A.I.N.S.R.L. - *Actas das Sessões da Confraria...* 1870, fl. 189v.

²⁴² *Idem*, fl. 191v.

- o enchimento dos alicerces não seria feito com alvenaria ordinária, conforme indicação do projecto, mas de pedra dura e colocada com firmeza, porque a estrutura do terreno veio a mostrar-se pouco sólida obrigando a alicerces muito mais profundos do que os previamente calculados (a Irmandade por este facto pagou mais 250\$000 réis além do orçamento geral);
- as duas torres seriam elevadas à altura de 5,5 metros acima do ensoleiramento e devidamente equilibradas com o frontispício, formando um todo harmonioso;
- os portais ficariam no alinhamento do frontispício geral;
- a pedra para o ensoleiramento, sôco, pilastras, cunhais, ombreiras, padeeiras, balaústres, superfícies e outros componentes das torres seriam da melhor cantaria, e o restante empedramento da melhor alvenaria;
- o enchimento e pedraria seriam ligados e assentes em boa argamassa;
- à excepção dos portais e do enchimento dos alicerces a obra seria executada seguindo correctamente a planta apresentada e aprovada;
- a obra contratada seria executada pelo arrematante no prazo de um ano a contar do dia do seu começo;
- a Irmandade comprometia-se a pagar ao arrematante, por toda a obra, e até à sua conclusão, o preço de 4:350\$000 réis;
- no fim de cada mês seria paga a parcela da obra executada de acordo com a apreciação da comissão de obras e de um perito escolhido;
- se a Irmandade, por qualquer motivo, não honrasse os seus pagamentos nos tempos estipulados pagaria juros da prestação vencida ao arrematante;
- das liquidações mensais seria deduzido o preço das carradas de pedra, oferecidas gratuitamente pelos devotos e calculadas ao mesmo preço das que eram adquiridas pelo arrematante;
- para segurança recíproca, o contrato provisório seria convertido em escritura pública à custa do arrematante, após autorização do Governador Civil.

A construção teve início em 3 de Maio de 1880²⁴³ e Domingues Barreira, durante seis anos, construiu toda a torre sul que terminou em 27 de Novembro de 1886. Construiu ainda a segunda torre, levando-a até ao primeiro corpo.

²⁴³ Ao efectuar as fundações das torres verificou que entre o projecto e a realização das mesmas havia um grande distanciamento, atingindo os alicerces 168,5 metros de profundidade até se encontrar terreno suficientemente sólido para suportar a estrutura da construção que se pretendia. Por esse facto, logi-

Foram feitas alterações no decurso da construção, tendo Domingues Barreira aberto duas frestas no interior das torres para uma conveniente iluminação, alterado as escadas de acesso interior, projectadas em forma de hélice ligadas à coluna que acompanhava a subida, substituindo-as por escadas embutidas nas paredes, em forma de caracol, dando mais elegância, luz e espaço, justificando com isso os custos mais elevados.

O somatório das alterações realizadas nas obras importou em 1:073\$627 réis, que deveriam ser acrescentados ao valor inicial de 4:350\$000 réis devidamente contratados. Apesar desta diferença, a Irmandade estava satisfeita com o decorrer dos trabalhos, sem todavia ter reembolsado totalmente o mestre de obras que, de sua parte, e como membro da Irmandade, suportou voluntariamente 154\$022 réis.

Ainda, no decorrer da construção da primeira torre, foram celebrados mais dois contratos com Domingues Barreira, conforme escrituras de 21 de Fevereiro de 1884 e de 22 de Dezembro de 1885 (remodelando o anterior) visando a construção da segunda torre, em tudo igual à primeira, e nas mesmas condições, de acordo com o preceituado no artigo 30º dos Estatutos (a feitura das torres como obra preferencial)²⁴⁴.

Com a segunda torre foram orçamentados também o ensoleiramento, alçamento e passadiço do frontão da igreja e o relógio e demais acabamentos, tudo pelo valor total de 7:700\$000 réis, quantia que o mestre pedreiro iria receber em mensalidades iguais, no valor de 70\$000 réis²⁴⁵ cada uma.

As obras referentes à segunda fase da construção das torres acima referida constavam dos contratos entre as partes, cujo conteúdo passamos a resumir também:

- levantar o frontão da capela com a altura de mais dois metros acima da actual medida, segundo o risco apresentado pelo empreiteiro;
- a cimalha ficaria com um passadiço de pedra fazendo a ligação entre as duas torres;

camente, a obra tornou-se mais dispendiosa, importando o seu custo em mais 974\$172 réis do que os cálculos previstos por Matos Cid. As torres foram acrescentadas de mais 13 centímetros além dos 5,5 metros constantes do contrato, importando esse aumento em mais 71\$455 réis e em 28\$000 réis a parte das bases da sacada já construída e não prevista.

²⁴⁴ A.D.V. - *Governo Civil*, Cx. Nº 840, nº 13. Na celebração da escritura de 1885 o empreiteiro, Manuel Domingues da Costa Barreira recebeu 1:372\$000 réis. Vide Apêndice Documental (doc. nº 71).

²⁴⁵ A.I.N.S.R.L. - *Alvarás Régios e Outros*, 2º Dossier, 2º Grupo - Alvará do Governo Civil de Viscu de 23 de Março de 1891. Vide Apêndice Documental (doc. nº 72).

- o alçado e passadiço seriam feitos com a segunda torre desde o ensoleiramento da primeira janela da frente até à cornija da capela;
- essa parte do trabalho importaria em 4 contos de réis;
- fazer também o corpo do relógio, nas mesmas condições da primeira torre, pelo preço de 3:410\$000 réis;
- os pagamentos seriam mensais até saldar todo o custo das obras, incluindo nas mensalidades iniciais a liquidação do saldo remanescente do contrato anterior;

Nesta fase das obras trabalhava com Domingues Barreira o pedreiro José Perpétua (José Luís Perpétua)²⁴⁶. Barreira terá permanecido à frente das obras até 1892, ano do seu falecimento, porque no ano seguinte encontramos já referência a pagamentos das prestações das obras aos seus herdeiros.

Até ao ano de 1902 as construções afectas ao templo estiveram paradas, continuando somente as do exterior do santuário, até que em sessão de 6 de Outubro desse ano se referiu a necessidade de concluir a segunda torre²⁴⁷. Conscientes da urgência da construção, anunciou-se a sua arrematação em 2 de Novembro desse ano nos jornais locais e em edital afixado na porta principal do Santuário, tendo na data prevista comparecido os seguintes arrematantes:

- Carlos dos Santos e António Garcia, com uma proposta no valor de 4:650\$000 réis;
- José Mendes Guerra, com uma proposta no valor de 5:500\$000réis;
- José Luís Perpétua, com uma proposta de 6:350\$520 réis.

A obra foi adjudicada a este último pelo preço de 3:884\$000 réis, de acordo com o contrato provisório (ver em Apêndice Documental o doc. nº 94) cujas cláusulas passamos a resumir:

- terminar a segunda torre em tudo igual ao risco e beleza architectónica da outra já completada;
- a pedra a empregar na obra teria de ser da mais fina e mais durável cantaria;

²⁴⁶ A.I.N.S.R.L. - *Receitas e Despesas, 1884-1894*, fl. 26. “*Idem a José Perpétuo (sic), por ordem de Manuel Domingues da Costa Barreira por conta da arrematação da torre - 50\$000 réis*”.

²⁴⁷ A.I.N.S.R.L. - *Livro de Sessões da Senhora dos Remédios de Lamego, 1897*, fls. 40v-41.

- a obra iniciada teria de estar pronta quatro anos a contar do dia em que se realizasse o contrato definitivo²⁴⁸;
- a obra ficaria sujeita à fiscalização da Mesa administrativa que, para tal, poderia nomear pessoa idónea e conhecedora que melhor examinaria os trabalhos executados, tendo em conta a qualidade dos materiais, o trabalho artístico e o cumprimento exacto da planta;
- se o contratante e a pessoa fiscalizadora se não entendessem, seriam nomeados três peritos, competentes, para proceder à fiscalização, seguindo em tudo os itens supracitados;
- as despesas com a fiscalização seriam de conta do arrematante, sendo-lhe debitadas as importâncias gastas, devidamente documentadas;
- o arrematante suportaria também todas as despesas com instalações para as obras, ferramentas, andaimes e aparelhos de ascensão da pedra, e teria de remover todos os resíduos resultantes das obras todos os anos de 1 a 15 de Setembro e após conclusão das mesmas;
- suportaria todas as despesas feitas com reparações provenientes de estragos causados pelas obras e condução de materiais no adro e terrenos circundantes;
- a Irmandade comprometia-se a liquidar o montante global em fracções mensais de 70\$000 réis, vencendo-se a primeira, seis meses após o começo das obras (prazo que funcionaria como garantia do segundo);
- o contrato continha ainda cláusulas penalizadoras de incumprimentos mútuos, como se pode verificar da sua transcrição integral constante do Apêndice Documental.
- após a conclusão da obra esta seria vistoriada e aprovada e seria verificado o seu custo total.
- seriam deduzidas todas as ofertas gratuitas de carros de pedra por parte dos devotos, a sua condução até à obra, ou qualquer outra oferta de materiais e afins, pelo mesmo preço praticado pelo arrematante;

²⁴⁸ Este contrato definitivo não foi encontrado no Arquivo Distrital de Viseu, nem no Arquivo Notarial de Lamego. Fomos informados que naquela época era usual o arrematante guardar para si o contrato realizado.

- em caso de falecimento do arrematante ou sua impossibilidade para o trabalho durante o decurso das obras, cessaria o compromisso de pagamento de importâncias para além da obra realizada;
- o contrato entraria em vigor e seria reduzido a escritura pública, a expensas do arrematante, após a obtenção da necessária aprovação do Governo Civil.

As torres foram concluídas em Junho de 1905, conforme a nota referente ao saldo, no valor de 234\$110 réis, desse ano²⁴⁹. Foram adossadas às partes laterais da fachada, recuadas 30 cm em relação a esta, são construídas em alvenaria e compõem-se de cinco corpos que se vão adelgaçando.

O primeiro corpo das torres vai até ao entablamento, e a parte frontal apresenta uma porta com moldura granítica, em arco, encimado por uma grinalda vegetal.

O segundo corpo das torres ostenta, ao centro, um relógio com mostrador granítico em forma de florão. A cercadura deste relógio, também em granito, é envolvida em por uma grinalda com motivos florais, caindo do centro para os lados.

O terceiro corpo das torres apresenta-se rodeado por um varandim entre pilstras de ângulos quebrados, encimadas de capitéis compostos. É a zona dos sinos, colocados sob arcos de volta perfeita com decoração fitomórfica.

O quarto corpo é também rodeado por um varandim, arredondado nos ângulos laterais, formados por duas meias colunas, cada uma encimada por fogaréus. No centro de cada face abre-se um óculo em quadrifólio, rematado com motivos vegetalistas.

O quinto e último corpo apresenta uma balaustrada granítica, com arestas também quebradas e terminadas por dois fogaréus em cada uma.

A linguagem arquitectónica e decorativa apresenta grandes similitudes com a gramática nasoniana da torre dos Clérigos, que parece ter sido o modelo inspirador. De igual modo, os últimos corpos das torres apresentam já a forma oitavada, conferida pelos ângulos quebrados. O remate destas torres faz-se com uma cúpula bolbosa, encimada por uma pináculo granítico decorado com folhas de acanto onde assenta uma es-

²⁴⁹ A.I.N.S.R.L. - *Receitas e Despesas 1901-1906, fls.* ; - A.D.V. Governo Civil- Cx. 538, nº 2. "*Pelo presente mandado pagará o thesoureiro ao Sr. José Luis Perpétuo (sic) de Lamego a quantia de oitocentos e quarenta mil réis, importância das prestações mensaes que lhe foram entregues durante o anno económico hoje findo e por conta d'arrematação da conclusão da segunda torre conforme o documento junto (mandado de pagamento nº 162); cuja despesa foi autorizada no respectivo orçamento ordinário pelo artigo 7º. Lamego 30 de Junho de 1904;*

O juiz,
D. Deão

O Secretário,
Joaquim José da Costa Júnior"

fera, também de pedra, com quatro estrelas em relevo direccionadas para os pontos cardeais. O seu ligeiro afastamento em relação à fachada setecentista dá-lhe uma articulação mais completa, e acentua a integração de todo o plano, modificando o carácter da frontaria, descentrando-a e acentuando os topos, desse modo relativizando a importância do pano central da fachada²⁵⁰.

²⁵⁰ GOMES, Paulo Varela, *Cultura Arquitectónica e Artística em Portugal no séc. XVIII*, Lisboa, Editorial Caminho, 1988, pp. 43-46.

3.7.1.4 - Obras de embelezamento no interior da igreja

a) A nave da igreja

No decurso de todo o século XIX, e acentuadamente na terceira fase por nós traçada neste capítulo, o interior do templo foi alvo de transformações e enriquecimento decorativo de sabor revivalista, neo-barroco, visível também no seu exterior.

Um guarda vento traçado por João Amaral²⁵¹ separa o nartex do interior do templo, dando acesso ao mesmo por duas portas laterais. Sobre a porta principal está o coro assente em arco abatido. É formado por um gradeamento em madeira policromo e marmoreado, tal como o arco que o suporta, e iluminado pelos janelões da fachada. Possui um órgão portátil, do século XIX, reminiscência da talha e da grandiosidade do barroco²⁵², composto por 33 tubos visíveis, 16 registos e 54 teclas²⁵³. Foi restaurado na primeira metade do século XX por António Simões, natural de Condeixa-a-Nova. Durante o restauro descobriu-se no seu interior a seguinte gravação: “Ano de 1820, construído pelo organista Manuel Sá Couto, residente em Ponte de Lagoncinha, na Trofa”²⁵⁴.

A abóbada da nave foi estucada no ano de 1857 pelo mestre estucador Bartolo Pires Zineu, natural do Porto. Zineu apresentou aos mesários diferentes riscos²⁵⁵ decorativos, tendo sido seleccionado o que orientou a obra que hoje podemos observar. Todo o trabalho foi elaborado nas cores azul²⁵⁶ e branco²⁵⁷, ligadas ao culto mariano e que simbolicamente exprimem o desprendimento dos valores terrenos e a libertação da alma em direcção a Deus que virá ao encontro do branco virginal na sua ascensão no azul celeste.

A parte central da cúpula apresenta dois medalhões concêntricos, de fundo azul e cercadura em relevo branco. Estão decorados com elementos fitomórficos e grinaldas

²⁵¹ Terá substituído o anterior, vindo da Igreja da Misericórdia de Almacave; MARRANA, José António, - ob. cit., p. 89.

²⁵² BORGE, Nelson Correia, - *Órgãos, in Dicionário da Arte Barroca em Portugal*, Lisboa, Editorial Presença, 1989, pp. 332-333.

²⁵³ MARRANA, José António, - ob. cit., p. 93.

²⁵⁴ Boletim “*Senhora dos Remédios*”, Lamego, 1991, ano XXVIII, nº 201, p. 6; LARANJO, F. J. Cordeiro, - *Cidade de Lamego, Santuário dos Remédios*, Lamego, Edições Câmara Municipal de Lamego, 1993, p. 48.

²⁵⁵ A.I.N.S.R.L. - *Livro das Actas... 1897*, fl. 10v.

²⁵⁶ CHEVALIER, Jean, GHEERBRANT, Alain, - ob. cit., pp. 125-129.

de rosas que evocam a Rosa Mística das Litanias cristãs, outro símbolo da Virgem²⁵⁸ e do amor mais puro (o amor de Maria).

Dos medalhões centrais foram trabalhados outros quatro na direcção dos pontos cardeais, com cercadura branca, fundo azul e baixos relevos em cor branca, representando cenas da vida da Virgem. No lado Este está representada a Anunciação do Anjo S. Gabriel a Nossa Senhora, a qual tem sobre a cabeça a pomba, símbolo do Espírito Santo que a enche de graça, materializada no resplendor que lhe envolve a cabeça, e a data da realização dos estuques (1857). No Norte está representado o nascimento de Cristo, sob uma tenda, e de uma nuvem branca surgem anjos que coroam Maria. A Oeste a imagem da Virgem apresenta-se sobre uma nuvem de anjos, tendo a seus pés um medalhão com uma rosa, seguido de um outro, de fundo azul e cercadura vegetal e rosas de cor branca com o seguinte poema: “*Cheia de graça, Mai Pia/Defende-nos dos inimigos/E na última agonia/Achemos em ti abrigo*”. Por baixo do poema pode ver-se um cordeiro branco sobre fundo negro (a vítima inocente que se sacrifica ao Senhor)²⁵⁹.

Entre os medalhões e nos quatro cantos da abóbada pode ver-se uma decoração em estuque branco sobre fundo azul, representando os elementos eucarísticos (feixes de trigo, enrolamentos de gavinhas, parras e uvas), característicos do barroco nacional.

Os retábulos laterais denotavam já a degradação dos anos. Por isso, foi necessário fazer obras de restauro, realizadas pelo mestre entalhador, Manuel de Sampaio, que executou “*grande quantidade de ornatos*”²⁶⁰. Em 1901 o mesmo mestre foi também encarregado de dourar esses retábulos e os púlpitos pelo valor de 90\$000 réis e, uns anos antes (1872), as banquetas dos altares tinham sido substituídas por outras, encomendadas ao entalhador do Porto, Manuel José da Silva.

As paredes laterais são percorridas por painéis de azulejos policromos, assinados por Miguel da Costa, de Coimbra. Produzidos entre 1911 e 1913²⁶¹, dão continui-

²⁵⁷ *Idem*, pp. 705-707.

²⁵⁸ *Idem, Ibidem*, p. 824.

²⁵⁹ *Idem, Ibidem*, pp. 10-12.

²⁶⁰ A.I.N.S.R.L. - *Livro das Actas...* 1897, fls. 29v-30.

²⁶¹ “...a azulejaria soube acompanhar e propor novos valores ao longo de cerca de dois séculos, tanto na criação de um permanente espectáculo de representação de matriz barroca (...), sem esquecer os valores intimistas e oníricos do rocóco, cotando-se, por isso, como uma das formas mais originais (nas suas potencialidades e limites) do barroco europeu”; PEREIRA, José Fernandes – *Azulejos*, in *Dicionário da Arte Barroca em Portugal*, Lisboa, Editorial Presença, 1989, p. 60.

dade ao revivalismo sentido por todo o Santuário. Todas as imagens do templo foram também pintadas durante este período.

b) A capela-mor

A capela-mor também foi alvo de alguma renovação neste período com a execução de dois confessionários sobre os arcos contíguos ao arco cruzeiro, e que foram feitos pelo mestre carpinteiro Inácio Duarte Peixoto, pelo preço de 60\$000 réis (1869). Em 1871, guarneceu-se o altar-mor com uma nova tribuna vinda do Porto e executada pelo entalhador Manuel José da Silva, pelo valor de 127\$500 réis²⁶², tendo sido dourada no ano seguinte. As obras de restauro não terão agradado plenamente à Mesa da Irmandade porque, em 4 de Março de 1900, esta decidiu alterar o trono e o camarim. A execução do novo restauro e douramento esteve a cargo de Manuel de Sampaio, dourador e entalhador do Porto que executou os trabalhos pelo preço de 1:100\$000 réis²⁶³.

O altar-mor está assente em degraus semicirculares, construídos no ano de 1900²⁶⁴. A mesa do altar foi retirada do conjunto retabular e colocada à frente, sobre os degraus, de acordo com o novo ritual da eucaristia em que o celebrante está virado para a assembleia. A substituir essa parte do retábulo foi construída uma outra que sobressai pela sua pobreza da talha, quando comparada com a mais antiga.

c) A sacristia velha ou sala dos retratos

A capela-mor dá asacristia velha através de duas portas laterais que abrem para dois corredores curvos decorados com silhares de azulejos provenientes da primitiva capela seiscentista²⁶⁵. As paredes são de reboco liso, percorridas por uma moldura de estuque branco e, na parte inferior, possuem um revestimento de azulejos policromos, do século XIX, de decoração simétrica formada pela repetição dos elementos. Está transformada em sala de retratos dos beneméritos do Santuário, cobrindo a quase totalidade das paredes.

²⁶² A.I.N.S.R.L. - *Livro das Sessões...1848-1869*, fl. 43.

²⁶³ *Idem*, fl. 60.

²⁶⁴ MARRANA, José António, - ob. cit., p. 94.

²⁶⁵ *Idem*, p. 94.

Na parede sul foi construído e colocado um lavabo/fontanário, em granito, usado para lava-mãos dos presbíteros e aproveitado pelos peregrinos para aí beberem a água da Senhora, crentes nos seus poderes curativos. Hoje está seca e é apenas uma peça decorativa.

No arco que divide as duas sacristias foi colocado um portão em ferro forjado executado por António Pinto no ano de 1869. Por cima deste portão, em quadro de moldura dourada e decoração de estuque branco, pode ler-se: *“Das cinzas a que o pavoroso incêndio, na noite de 17 de Dezembro de 1868, reduziu a sacristia e casa da fábrica com suas alfaías consumindo 9 a 10 contos de réis, fez a piedade dos devotos, com seus donativos, surgir esta reedificação em 1869”*.

No tecto, de cada lado, e sobre fitas de estuque, pode ler-se numa outra inscrição: *“30 de Agosto de 1870”* e o poema: *“A sorte dos mortaes/Maria domaste/O inferno domando/da Morte os livraste”*. Todo o tecto é decorado com estuques brancos concebidos e efectuados pelo mestre estucador de Afife, Manuel Lopes Pires, pelo preço de 42\$360 réis²⁶⁶.

d) A Sacristia nova

Quadrangular e ocupando uma área de 27 metros quadrados²⁶⁷, nela trabalharam artistas de várias áreas, como podemos concluir da observação do quadro inserido em Apêndice Documental (doc. nº 101), destacando-se, entre outros, Luís de Oliveira Chaves, mestre carpinteiro e entalhador, autor do paramenteiro, das consolas laterais e do altar neoclássico onde está colocada a imagem de Nossa Senhora dos Remédios que sai nas procissões da festa da Padroeira. Esta imagem foi mandada executar na Casa Estrela, no Porto²⁶⁸, oferta de um devoto também daquela cidade. Ladeando a imagem em pequenas mísulas estão as imagens de Santo António e de Nossa Senhora da Conceição. O tecto e as paredes estão ornadas com estuques brancos, decorados com motivos vegetalistas, da autoria dos estucadores minhotos naturais de Afife: Raimundo

²⁶⁶ A.I.N.S.R.L. – *Entrada das Esmollas, Rendimentos da Irmandade da Nossa Senhora dos Remédios. Despesas das Obras e Gastos da Irmandade, 1777-1834*, fls. 333-34.

²⁶⁷ MARRANA, José António, - ob. cit., pp. 94-95.

²⁶⁸ *Idem*, p. 95.

Fernandes de Andrade, António Pires Lopes e Eduardo Pinto Ribeiro (vide Apêndice Documental, doc. nº 101 e Apêndice Fotográfico).

À esquerda do altar sobe uma escada de acesso a duas salas do piso superior onde se guardam alfaias religiosas, se reúnem regularmente os mesários e se tem recolhido o Arquivo da Irmandade.

3.7.2 - Outras obras no santuário

A par da renovação do templo, outras obras foram projectadas e concretizadas no decurso do século XIX. Continuaram as obras do escadório, como podemos depreender pelo teor da acta de 19 de Dezembro de 1872, em que o mestre Domingues Barreira arremata a *“construção do gradeamento de pedra do quinto lanço da escadaria que conduz ao templo, de acordo com as seguintes condições”* (vide Apêndice Documental, doc. nº 57). Nesta fase efectuou-se também o risco e a construção da *“estrada que liga o santuário com a estrada real nº 7”* (vide Apêndice Documental, doc. nº 62).

Por último, concretizou-se a planta do parque projectado no Santuário (Figura 41), feito pela Real Companhia Hortícola-Agrícola Portuense como se depreende da acta de 7 de Fevereiro de 1898 (vide Apêndice Documental, doc. nº 78).

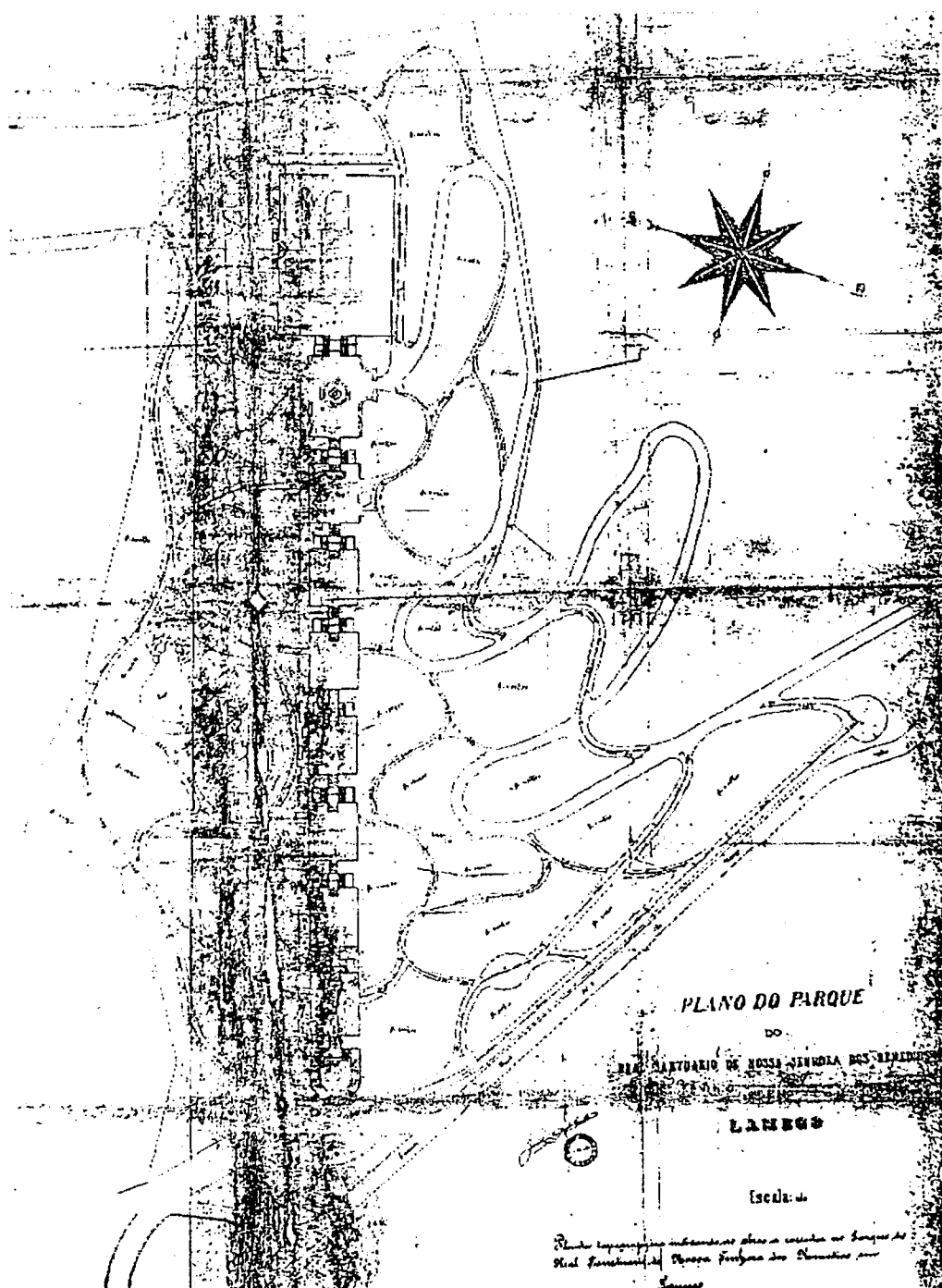


Figura 41 - Plano do Parque do Real Santuário de Nossa Senhora dos Remédios.

3.8 - O Parque

A mancha verde que actualmente cobre o monte de Santo Estevão separa e ao mesmo tempo integra o santuário na malha urbana, criando uma espectacularidade revivalista de expressão simultaneamente neo-barroca e romântica, materializada nos seus elementos: ruas, grutas, lago, locais de repouso e espaços ajardinados.

A necessidade da sua construção cedo se fez sentir, e já Joaquim de Azevedo referia que *“uma das primeiras necessidades é esconder a enorme pedraria das escadas, pyramides, columnas e balaústres em bosque, sombra e verdura”*²⁶⁹.

No ano económico de 1813-1814 encontramos verbas gastas com a *“plantação de árvores mais precisas”*²⁷⁰ no valor de 8\$280 réis. Seriam somente árvores de embelezamento reveladoras da intenção de revestir o local com vegetação apropriada. No decurso dos anos a Irmandade foi adquirindo as propriedades que confinavam com o exterior do Santuário para a execução do futuro parque; em sessão de 31 de Agosto de 1823, debatia-se o assunto, ficando registado *“que as árvores que se achão plantadas em duas alas do lado norte e em uma do lado sul, bem como a terra respectiva são do pleno domínio da Irmandade de Nossa Senhora dos Remédios”*²⁷¹. Em 1864 era ainda mais firme o desejo de embelezar o espaço que circundava o Santuário, como o comprova o seguinte documento: *“Aberta a sessão, a Meza aprovou a compra do quintal de Francisco Cardoso, junto ao quintal do Padre Capellão pello preço de 340\$000 réis, salvo o usufruto para os vendedores: reservando a Meza fazer as obras das estradas tanto para o largo dos Gigantes, como a que vai para o souto...”*²⁷². Em 1873 verificamos já a existência dum pequeno plano de arborização, como o confirmam as despesas feitas na plantação de arbustos *“aos lados da escadaria(...) das árvores e limpeza e alinhamento das carreiras...”*²⁷³.

Os Estatutos da Irmandade, em cumprimento do art. 90º, referem que *“a Mesa (...) fará estudar e organizar o plano de aformoseamento do terreno do Real Santuário começando por baixo da Meia-Laranja junto da estrada real de Lamego a Castro*

²⁶⁹ AZEVEDO, D. Joaquim, - ob. cit., p. 122.

²⁷⁰ A.I.N.S.R.L., - *Entrada das Esmolas, Rendimentos...1777-1834*, fl. 81.

²⁷¹ A.I.N.S.R.L., - *Livro dos Termos da Meza da Irmandade de Nossa Senhora dos Remédios*, fl. 14.

²⁷² A.I.N.S.R.L., - *Livro das Sessões da Irmandade de Nossa Senhora dos Remédios*, fl. 27.

²⁷³ A.I.N.S.R.L., - 3º Dossier - 1º Grupo - Obras s/n.

Daire, submetendo este plano à aprovação do Definitório''²⁷⁴. A década de 1880-1890 foi de grande labor na arborização do parque e seus arruamentos, e em 1898 foi aprovada a sua planta pela Mesa Administrativa, cabendo à Real Companhia Hortícola-Agrícola Portuense a tarefa de a executar, fazendo as obras necessárias, pela quantia de dez contos de réis²⁷⁵.

A arrematação das obras do parque realizou-se em 22 de Março de 1898 como consta da acta da sessão daquele dia²⁷⁶, e os trabalhos foram iniciados pela referida Companhia²⁷⁷. O custo dos trabalhos importava em 10:000\$000 réis, pagos em prestações anuais de 500\$000 réis²⁷⁸ e incluía uma gruta e um lago "*de harmonia com os planos já aprovados*"²⁷⁹. No decurso das obras abriram-se mais minas²⁸⁰ e limpavam-se as existentes para se explorar a água necessária e suficiente para alimentar o parque e fornecer também a necessária às fontes espalhadas pelo escadório. No ano de 1900, construía-se o lago e procedia-se à canalização da água que o iria alimentar²⁸¹.

Os trabalhos do parque não foram muito pacíficos. Um litígio entre contratantes e firma contratada, na pessoa do gerente da Companhia Hortícola, causou grande atraso nas obras em curso, por erros e descuidos nos trabalhos da gruta que, não seguindo a respectiva planta, teve de ser destruída e novamente reconstruída, em tudo de acordo com a planta existente e os cálculos ali efectuados²⁸².

As obras foram retomadas em 1907, após terem sido ultrapassados os desentendimentos existentes, tendo sido executados os seguintes trabalhos:

- Um lago situado a meio do monte, construído em cimento armado e alcatroado, com um diâmetro aproximado de 25 a 30 metros²⁸³;
- A gruta de S. João, construída a meio da Carreira Central, em cimento e granito, com a altura de 6 metros e uma superfície de 25 metros quadrados. O seu nome

²⁷⁵ Vide Apêndice Documental (doc. nº 78). A planta do parque foi mandada executar em Paris pelo Visconde Teixeira. A.I.N.S.R.L., - *Actas das Sessões da Confraria de Nossa Senhora dos Remédios*, 1970, fls. 112v-113.

²⁷⁶ Vide Apêndice Documental (doc. nº 80).

²⁷⁷ A.I.N.S.R.L., - *Livro das Sessões ... 1897*, fl. 11v

²⁷⁸ *Idem, Ibidem*, fl. 3v.

²⁷⁹ *Idem, Ibidem*, fl. 3v.

²⁸⁰ *Idem, Ibidem*, fl. 11v.

²⁸¹ *Idem, Ibidem*, fl. 18v.

²⁸² *Idem, Ibidem*, fl. 46, Vide Apêndice Documental (doc. nº 95).

²⁸³ MARRANA, - ob. cit., p. 137.

vem de uma escultura, em granito, representando S. João Baptista, oferecida pela família Macário de Castro²⁸⁴. Em frente da gruta abre-se um pequeno lago;

- A Carreira Central, atravessando o parque a meio, no sentido norte-sul;

- A Gruta do Fundo, construída nas proximidades da Fonte Pura. É maior que a gruta de S. João. Foi reconstruída e inaugurada no ano de 1910 com a presença do artista gaiense, Teixeira Lopes, que ofereceu um baixo relevo, em placa granítica, representando meninos alados segurando um peixe²⁸⁵.

As grutas aparecem como “metáforas do cosmos” ou lugar sagrado²⁸⁶, de raiz clássica. Foram adoptadas na mentalidade e decoração da arte barroca que as utilizou na valorização do elemento água, ligado à simbologia bíblica. Integram-se no parque, entre as ruas que o percorrem, tendo sido concebidas para serem observadas e apreciadas no período de repouso daqueles que sobem, monte acima, a caminho do alto.

Por todo o parque foram abertas passagens sinuosas e estreitas que o percorrem e por onde podem deambular peregrinos e visitantes em dias de romagem ou lazer.

A arborização fez-se ao longo dos anos, resultando num aspecto aparentemente desordenado do arvoredado, mas que lhe confere o encanto e moldura perfeitos ao enquadramento do santuário.

3.9 - Quarta fase (1917-1969): conclusão do escadório

Esta última fase da construção do escadório não se insere no âmbito do nosso trabalho. Contudo, pareceu-nos curial e pertinente uma breve referência para mostrar a imagem completa do Santuário na actualidade. De facto, o escadório não se quedou na Fonte do Pelicano e na Meia-Laranja, antes desceu à Avenida Dr. Alfredo de Sousa, ligando assim o Santuário à cidade, como que para a sacralizar, e tornando-se complemento e parte integrante do Monte da Senhora dos Remédios através do acrescento de mais fontes que se prolongam pelas taças da Avenida.

Quando no ano de 1905 ruiu o muro de suporte junto à estrada Lamego-Castro Daire, o escadório foi de novo reconstruído, tendo sido rebaixado e recebido um remate apressado e de ocasião, completamente desligado da restante estrutura.

²⁸⁴ *Idem*, p. 138

²⁸⁵ Vide Apêndice fotográfico.

²⁸⁶ PEREIRA, Paulo, - ob. cit., p. 223.

Estavam traçados os lanços das escadas até à Avenida Dr. Alfredo de Sousa, estando prevista a passagem da estrada em túnel por baixo do corpo do escadório, que continuaria, sem interrupção, até à citada Avenida. O remate seria imponente e revelador de uma traça e linguagem neoclássicas que a nosso ver completariam o eclectismo e revivalismo de toda a obra.

As obras recomeçaram em 12 de Novembro de 1917 sob a orientação do mestre pedreiro José António Mesquita que construiu os balaústres e colocou 37 pirâmides desde o pátio da capela de Jesus, Maria, José até à Fonte Pura²⁸⁷. O escadório continuou desde a Meia-Laranja até à estrada nacional, mantendo a mesma estrutura. No patamar, junto à estrada, foi construída uma fonte, de traça simples.

Em 1922, mais uma vez as obras foram interrompidas por alguns anos. Em 1929, o mestre pedreiro João Mesquita construiu mais dez pirâmides conforme os desenhos traçados por João Amaral. Em 1949, tomou posse da diocese, para a qual havia sido nomeado bispo, D. João da Silva Campos Neves, homem de rara visão, coragem e sentido prático, que, perante passividades múltiplas, decidiu meter mãos à obra, tomando as medidas necessárias para o acabamento definitivo do que havia sido planeado. Em 1956, o engenheiro Horácio de Moura tomou conhecimento do primeiro projecto concebido por Francisco de Oliveira Ferreira em 1922 e, a partir dele, traçou uma versão simplificada para terminar o escadório que foi recomeçado em lanços e pequenos pátios mais continuados e mais pequenos que os anteriores, até rematar, na Avenida Dr. Alfredo de Sousa, em seis pirâmides indicadoras do limite do Santuário. Desconhecemos o mestre de obras que esteve à frente da construção, porque não encontramos as actas correspondentes ao período de 1950 a 1960. Num dos patins desta última parte abre-se um nicho onde está colocada uma escultura da Virgem, da autoria de Gustavo Bastos.

Antes de chegarmos ao fim do escadório deparamos com um patamar, maior que os anteriores, com a última fonte. No seu espaldar foram gravadas duas mensagens em letras de bronze. Do lado sul pode ler-se: *"Devota homenagem, Bendita seja Nossa Senhora dos Remédios Excelsa e Querida Padroeira de Cidade"*; do outro lado lê-se: *"Esta obra foi concluída em 1969/com a participação do Estado/sendo Ministro das Obras Públicas/o engenheiro Eduardo Arantes e Oliveira/a cidade agradecida"*.

²⁸⁷ MARRANA, José António, - ob. cit., p. 114. As pirâmides, como foi referido, foram riscadas por João Amaral, artista lameccense e 1º Director do Museu de Lamego.

Conclusão

Meses de estudo permitiram-nos atingir uma grande familiaridade com o Arquivo da Irmandade da Nossa Senhora dos Remédios.

As linhas de força traçadas no Introdução foram desenvolvidas ao longo do trabalho de acordo com a importância relativa que lhe atribuímos.

Numa primeira parte, que se quis curta e sucinta, procurou destacar-se a introdução do culto mariano em Portugal e a sua distribuição pelo território português, com predominância no Norte e Centro do país.

Numa segunda parte, um pouco mais longa, recuámos ao século XVI e fizemos referência à influência do Bispo D. Manuel de Noronha na cidade de Lamego e à sua responsabilidade na introdução do culto a Nossa Senhora dos Remédios, mandando construir uma capela no monte de Santo Estevão, em substituição da ^{2.}Érmida aí existente em honra do protomártir, e que seria demolida no século XVIII para dar lugar a um templo maior e de acordo com a retórica pós-tridentina. Procuramos também conhecer a origem e a organização da Irmandade surgida no século XVII em honra da Virgem e que teve como objectivos fundamentais o engrandecimento do santuário e a divulgação do culto mariano.

Numa terceira parte, que se pretendeu mais longa e aprofundada, referiu-se o papel do cônego José Pinto Teixeira, cuja dedicação e perseverança foram as grandes responsáveis pela concretização das grandes alterações efectuadas, sobretudo a partir de 1750. É sob a sua direcção que se realiza a construção do templo e se inicia a do escadório. Nesta parte do trabalho, procurámos respostas para as formas que o santuário hoje ostenta, quem foram os seus mestres e quanto tempo demorou a sua execução. Admitimos a hipótese de ter sido António Pereira o autor do risco, embora a execução do mesmo tivesse ficado a cargo do mestre António Mendes Coutinho. Quanto ao vocabulário arquitectónico usado, destacamos as fortes similitudes com a Igreja Nova de Vila Real, a da Ordem do Carmo, a Igreja do Terço e, sobretudo, a da Igreja do Recolhimento de Órfãos da Nossa Senhora da Esperança, as três últimas nas cidade do Porto, pistas que não nos foi possível perseguir neste trabalho. Paralelamente, não podemos esquecer a importância dos artista italiano Nicolau Nasoni na divulgação do barroco no Norte do país, cuja divulgação se fez a partir da Cidade Invicta. Fizemos também referência à decoração interior do templo e apontámos o artista que riscou os retábulos, Frei José de Santo António Vilaça, e o artista que os entalhou, Luís Manuel da Silva.

Apontamos as similitudes do Santuário de Nossa Senhora dos Remédios de Lamego com o Santuário do Bom Jesus de Braga no que concerne ao escadório, referindo também as diferenças entre eles. Invocámos alguns escultores que trabalharam num e noutro, como foi o caso dos Irmãos Sousa. A Irmandade revelou sempre o desejo de engrandecer o Santuário com a ajuda de grandes artistas, não só do Minho (de referir também os estucadores de Afife), mas também recorrendo a Lisboa, onde encomendou a Cinatti a Fonte do Golfinho e a escultura de mármore que lhe dá nome. Estes e outros artistas, conjuntamente com os naturais da região ergueram o emblemático santuário lamecense.

Em jeito de apontamento abordámos, numa quarta parte do nosso trabalho, a conclusão do escadório que, iniciado por volta de 1778, só terminou em 1969, referindo-nos apenas ao projecto inicial para o escadório novo que foi substituído por outro mais simplificado, aos arquitectos responsáveis pelos mesmos e a alguns dos mestres pedreiros ligados a essas obras.

O Santuário, por ter agregado na sua construção um tão diversificado conjunto de artistas, cujo leque se estende do Minho a Lisboa, poderá levar-nos a acreditar que o mesmo é o resultado de uma convergência das tendências arquitectónicas e decorativas dos centros divulgadores da arte de então.

O nosso objectivo com este trabalho foi tão somente contribuir para o estudo das obras do Santuário, procurando conhecer o autor do risco e os artistas que nelas trabalharam, bem como tentar esclarecer questões a que não se poderá responder documentalmente. Não tendo conseguido obter resposta para todas as questões colocadas, parece-nos ter contribuído para uma melhor clarificação de várias delas e de ter aberto pistas para outras ainda não abordadas e que aguardam novos estudos e mais pesquisas.

Fontes e Bibliografia

Fontes Manuscritas

1. Arquivo da Irmandade da Nossa Senhora dos Remédios de Lamego

I - Escrituras

- Escritura nº1, in dossier nº1 - 1º grupo - escrituras de doação, 1730(6 folhas).
- Escritura nº 7, in dossier nº1 - 2º grupo - escrituras de transação, 1732(10 folhas).

II - História do santuário e da Irmandade

- Livro dos Termos da Meza da Irmandade da Nossa Senhora dos Remédios, 1807-1850.
- Livro de Sesoens da Irmandade da Nossa Senhora dos Remédios, 1848-1869.
- COSTA, Manoel Joze Rodrigues da - Lembranças para o muito Reverendo Capellão da Irmandade da Rial Capella de Nossa Senhora dos Remédios, 1866.
- Actas das Sessões da Confraria da Nossa Senhora dos Remédios, 1870-1880.
- Actas das Sessões da Meza da Irmandade, 1880-1895.
- Livro das Actas das Sessões da Mesa da Real Irmandade da Nossa dos Remédios, 1895-1897.
- Livro das Actas da Irmandade da Senhora dos Remédios, 1897-1903.
- Livro das Actas das Sessões, 1903-1907.
- Actas das Sessões, 1917-1921.
- Actas das Deliberações da Mesa Administrativa, 1921-1929.
- Actas das Deliberações da Mesa Administrativa, 1921-1929.
- Livro das Actas da Irmandade de Nossa Senhora dos Remédios, 1938-1945.
- Actas das Sessões, 1960-1973.

III - Documentos Eclesiásticos

- Cópia da Pastoral de 31 de Agosto de 1776, in 2º dossier, 1º grupo - Breves Pontifícios e outros documentos.
- Breve Pontifício de 14 de Maio de 1777, in 2º dossier, 1º grupo - Breves Pontifícios e outros documentos eclesiásticos.
- Petição de licença para benção da capela, in 2º dossier, 1º grupo - Breves Pontifícios e outros documentos eclesiásticos, 1778.
- Termo de benção do corpo da capela, in 2º dossier, 1º grupo - Breves Pontifícios e outros documentos eclesiásticos.
- Cópia do texto do Breve Pontifício de Pio VI, 1780.
- Breve Pontifício de 6 de Agosto de 1802, in 2º dossier, 1º grupo - Breves Pontifícios e outros documentos eclesiásticos.

IV - Livros de Contas da Irmandade

- Entrada das Esmollas, Rendimentos da Irmandade de Nossa Senhora dos Remédios, despesas das obras e gastos da Irmandade, 1777-1834.
- Receitas e despesas da Confraria de Nossa Senhora dos Remédios, 1870-1884.
- Livro de contas correntes por capitaes, foros e rendas, 1880-1920.
- Projecto para a construção de duas torres na Igreja da Real Confraria de Nossa Senhora dos Remédios, contas, 1879.

V - Organização da Irmandade

- Estatutos, 1779, in Estatutos, 1º volume.
- Estatutos, 1877, in Estatutos, 2º volume.
- Estatutos, 1888, in Estatutos, 2º volume.
- Estatutos, 1913, in Estatutos, 2º volume.
- Estatutos, 1965, in Estatutos, 2º volume.

VI - Alvarás régios e outros documentos

- Alvará régio de 17 de Maio de 1814, in 2º dossier, 2º grupo - Alvarás régios e outros.
- Alvará régio de 30 de Novembro de 1859, in 2º dossier, 2º grupo.
- Carta régia de 15 de Maio de 1878, in 2º dossier, 2º grupo.
- Alvará do Governo Civil de Viseu in 2º Dossier, 2º Grupo - Alvarás régios e outros, 1891.
- Petição ao Rei, in 2º dossier, 2º grupo - Alvarás régios e outros, 1901.

VII - Plantas e projectos das obras do Santuário

- Bessa (Engenheiro) - Risco para uma fonte a erguer no Pátio de Jesus, Maria, José, in 3º dossier, 4º grupo - plantas e projectos, 1866.
- AMARAL, João - Desenhos para as pirâmides da escadaria, em sessão de Mesa, 1920.
- FERREIRA, Francisco d' Oliveira(Arquitecto) - Projecto de Ligação do actual escadório com a nova avenida, in 3º Dossier, 4º grupo - plantas e projectos, 1922.

VIII - Correspondências

- Copiador, 1877-1902.
- Copiador, 1901-1917.

2. Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Lamego

- Livro do Tombo de todos os bens e propriedades pertencentes à Câmara de Lamego (1700-1836).
- Livro dos registos da Câmara(1722-1802).
- Administração do concelho de Lamego(1820-1834).
- Registo de Editais(1834-1924).
- Registo de Diplomas(1871-1924).
- Livro de registos de licenças de construção(1892-1914).
- Datas extremas(1892-1950).
- Administração do Concelho e Provedoria de Lamego.

3. Arquivo Distrital de Viseu

Governo Civil

7285 - Cx:601 nº.2
 7423 - Cx:448 nº.8
 7461 - Cx:2161 nº.4
 7559 - Cx:683 nº.45
 7591 - Cx:318 nº.2
 7917 - Cx:840 nº.13
 7994 - Cx:602 nº.1
 8087 - Cx:2281 nº.1
 8291 - Cx:314 nº.8
 8412 - Cx:538 nº.2
 8423 - Cx:2283 nº.4
 8424 - Cx:2289 nº.3
 8464 - Cx:2167 nº.2
 8803 - Cx:2133 nº.2
 8830 - Cx:789 nº.2
 8958 - Cx:2288 nº.10
 8959 - Cx:2289 nº.2
 9323 - Cx:2125 nº.2
 10867 - Cx:2339 nº.48
 11498 - Cx:2197 nº.38
 11788 - Cx:2307 nº.55
 12149 - Cx:2197 nº.2
 12289 - Cx:20 nº.28
 12436 - Cx:2197 nº.3
 12670 - Cx:2339 nº.49
 1278 - Cx:34 nº.85
 - Cx:601 nº.2
 - Cx:448 nº.3
 - Cx:684 nº.10
 - Cx:683 nº.48
 - Cx:2161 nº.4
 - Cx:602 nº.1-2
 - Cx:448 nº.8
 - Cx:538 nº.2
 - Cx:2501 nº.1
 - Cx:209 nº.1
 - Cx:375 nº.1
 - Cx:336 nº.2
 - Cx:1288 nº.1
 - Cx:233 nº.18
 - Cx:1333 nº.9
 - Cx:1344 nº.1
 - Cx:1345 nº.1
 - Cx:1021 nº.4
 - Cx:1011 nº.5
 - Cx:22 nº.56
 - Cx:85 nº.16

Fundo Notarial.

- Livro de Notas nº 627/12
- Livro de Notas nº 135/16
- Livro de Notas nº 133/4

4. Arquivo Distrital de Braga.

Fundo Notarial

- Livro de Notas nº 770

5. Biblioteca Municipal de Viseu

- VITERBO, Joaquim de Santa Rosa, - *Provas e apontamentos de História de Portugal*, tomo I, s/d.

6. Biblioteca Pública Municipal do Porto.

- Manuscrito nº 547.

7. Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

- Memórias Paroquiais(Dicionário Geográfico), vol. XIX.
- Sé de Lamego - vários volumes do século XVIII.

8. Periódicos

Boletim "Senhora dos Remédios", Lamego, 1991, ano XXVIII, nº 201.

Bibliografia

- ALBUQUERQUE, José de Pina Manique - *Lamego, Raízes Históricas*, Lamego, Câmara Municipal de Lamego, 1986.
- ALVES, Alexandre - *Artistas e Artífices na diocese de Lamego e Viseu*, in "Revista Beira Alta", Viseu, XXXVII, 1978, pp. 425-435; vol. XLVIII, 1984, pp. 2-50; vol. XXXVIII, 1979, p. 85; vol. XLI, 1982, pp. 4-6; vol. XLIII, 1984, pp. 45-46; vol. XXXVII, 1978, pp. 425-435.
- *Subsídio para a História do Santuário de Nossa Senhora dos Remédios - O Pátio dos Reis e o Pátio de Jesus, Maria, José*, in "Revista Beira Alta", vol. XXX, 1971, pp. 10-25.
- ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de - *Senhora da Abadia*, in "Revista de Etnografia e História", vol. 4, Porto, Junta Distrital, 1964.
- ALMEIDA, Fortunato de - *História da Igreja em Portugal*, Porto, Livraria Civilização Editora, 1970, 4 vols.
- ALMEIDA, J. A. Ferreira de - *O barroco e o rocóco em Portugal e no Brasil*, in "História da Arte" (direcção de J. Pijoan), Lisboa, Publicações Europa-América, 1972, vol. 8, pp. 83-101.
- AMADO, José de Sousa - *História da Igreja Catholica em Portugal e Brasil*, Lisboa, 1870.
- ANACLETO, Regina - *Neoclassicismo e Romantismo*, in *História da Arte em Portugal*, Lisboa, Publicações Alfa, 1986.
- ARAÚJO, Ilídio Alves de - *Arte Paisagística e Arte dos Jardins em Portugal*, Coimbra, Gráfica de Coimbra, 1962, vol. I.
- ARENAS, José Fernandes - *Teoria y Metodologia de la Historia del Arte*, s/l, Anthropos Editorial del Hombre, 1982.
- AZEVEDO, Correia de - *Património Artístico da Região Duriense*, Porto, 1972.
- AZEVEDO, D. Joaquim de - *História Ecclesiástica da Cidade e Bispado de Lamego*, Porto, Typografia do Jornal do Porto, 1877.
- BARATA, Mário - *Origem dos Santuários tipo "Bom Jesus do Monte em Braga"*, nos «*Sacro-Montes*» do Norte de Itália (Piemonte e Lombardia, dos séculos XVI e XVII - *Exemplo de Varese*», in «*Bracara Augusta*», Braga, Câmara Municipal de Braga, Tomo 2, vol. XXVII, fasc. 64(76), 1973, p. 5.
- BASTOS, Artur de Magalhães - *Nasoni e a Igreja dos Clérigos, Porto, 1950 - Apontamentos para um dicionário de Artistas e Artífices que trabalharam no Porto do século XV ao século XVIII*, Porto, Câmara Municipal do Porto, 1964.
- BAYARD, Émile, *L'art de reconnaitre les styles - Le style Louis XIV*, Paris, Librairie Garnier Frère, s/d.
- BAZIN, Germain - *Reflexions sur l'origine et l'évolution du baroque dans le Nord du Portugal*, in «*Revista e Boletim de Academia Nacional de Belas Arte*», 2º Série, nº 2, Lisboa, 1950, pp. 3-15.
- BELARMINO, Afonso - *Confrarias e Mentalidade Barroca: A Confraria do Santo Cristo do Outeiro (Bragança)*, in *Actas do I Congresso Internacional do Barroco*, Porto, 1991.
- BLONDEL, *Architecture Francoise ou Recueil de plans, elevations, coupes et profils*, Paris, 1852.

- BLUNT, Antony - *Borromini*, Madrid, Alianza Editorial, AS, 1982, 1987, (1ª e 2ª edições).
- BLUTEAU, Raphael - *Vocabulário Portuguez e latino*, Coimbra, Real Santuário das Artes da Companhia de Jesus, Tomo, II, III, IV, 1713.
- BOTTINEAU, Ives - *Baroque Ibérique*, Fribourg, Office du livre, 1969.
- BORGES, Nelson Correia - *Do Barroco ao Rocóco*, in *História da Arte em Portugal*, Lisboa, Publicações Alfa, 1986, vol. 9.
- BRAGANÇA, Joaquim O. - *Sentido Cristão de Peregrinar*, in "Actas do Simpósio Mariológico" - Santuário de Nossa Senhora da Penha, Braga, Universidade Católica Portuguesa, Irmandade de Nossa Senhora do Carmo da Penha, 1994, p. 58.
- BRANDÃO, Domingos de Pinho - *Nicolau Nasoni e a reconstrução da Catedral de Lamego*, in "Revista Beira Alta", Viseu, Junta Distrital, 1977, vol. XXXVI, pp. 171-200.
- CARITA, Helder, CARDOSO, *Homem - Tratado da Grandeza dos Jardins em Portugal*, Lisboa, Edição dos Autores, s/d.
- CARVALHO, Ayres de - *D. João V e a Arte do seu Tempo*, Ed. Autor, 1962, vols. 1 e 2. Catálogo da Coleção de Desenhos, Lisboa, 1977.
- CASTRO, José (Padre) - *Portugal em Roma*, s/l, União Gráfica, S.A.R.L., 1939, 2 vols.
- CHEVALIER, Jean, CHEERBRANT, Alain - *Dictionnaire des Symboles, mythes, rêves, costumes, gestes, formes, figures, couleurs, nombres*, Paris, Editions Robert Laffont, Editions Jupiter, 1982.
- CONTI, Flávio - *Como reconhecer a Arte Barroca*, Lisboa, Edições 70, 1985.
- *Como reconhecer a Arte Rocóco*, Lisboa, Edições 70, 1985.
- CORREIA, António Bonet - *El Fronton Invertido*, in «Bracara Augusta», Braga, vol. XXVII, nº 63(75); Actas do Congresso - "A arte em Portugal no século XVIII", Tomo I, 1973.
- CRUZ, Frei Cipriano da - *Escultor de Tibães - Elementos para o estudo do Barroco em Portugal*, Barcelos, Libreria Civilização, 1968.
- COSTA, António Carvalho da (Padre) - *Corografia Portuguesa*, Lisboa, Officina de Valentim da Costa Deslandes, 1803, 3 vols.
- COSTA, Manuel Gonçalves da - *História do Bispado e Cidade de Lamego*, Braga, Oficinas Gráficas de Barbosa e Xavier, 1982-1986, III e V vols.
- *Seminário e Seminaristas de Lamego*, Monografia Histórica, Braga, Oficinas Gráficas de Barbosa e Xavier, 1990.
- CORREIA, Virgílio - *Artistas de Lamego*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1923.
- COUTINHO, Bernardo Xavier - *Nossa Senhora na Arte - Alguns problemas iconográficos e uma exposição marial*, Porto, Livreria Tavares Martins, 1959.
- DIAS, Augusto - *Lamego no século XVI*, Porto, Edições "Beira Douro", 1947.
- *Lamego no século XVIII*, Porto, Edições "Beira Douro", 1950.
- *Nasoni em Lamego*, Porto, Edições "Beira Douro", 1975.
- DIAS, J. A. Coelho - *O culto popular de S. Bento - Uma forma de terapia religiosa*, in "Revista da Faculdade de Letras - História", Porto, II série, vol. X, 1993, pp. 233-244.
- *De Cultu Mariano Saeculis XIX-XX*, in "Acta Congressus Mariologia - Mariani Internationalis", in Santuário Mariano Kevelaer (Germania), Roma, 1991, vol. VI.
- FEIO, Alberto - *Bom Jesus do Monte*, Braga, 1984.

- FERRÃO, Leonor - *Obelisco*, in *Dicionário da Arte Barroca em Portugal*, Lisboa, Editorial Presença, 1989.
- FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. - *Amarante, Carlos Luís da Cruz*, in *Dicionário da Arte Barroca em Portugal*, Lisboa, Editorial Presença, 1989.
- *O Porto na Época dos Almadás. Arquitectura. Obras Públicas*, Porto, 1988, 2 vols.
 - *Aspectos da Actividade Arquitectónica no Porto na segunda metade do século XVII*, Separata da "Revista da Faculdade de Letras - História", Porto, II série, vol. II, 1985, pp. 251-171.
 - *Pascoal Fernandes, mestre pedreiro de arquitectura. Alguns elementos para o estudo da sua actividade*, in "IX Centenário da Dedicção da Sé de Braga", Actas do Congresso Internacional, vol. II (A Catedral de Braga na História e na Arte - séculos XII-XIX), Braga, 1990, pp. 395-404.
 - *Elementos para a História da Congregação da Casa e Igreja da Congregação do Oratório do Porto (1980-1703)*, Separata da "Revista da Faculdade de Letras - História", Porto, II série, vol. X, 1993, pp. 379-393.
 - *Nossa Senhora dos Remédios, Santuário de*, in *dicionário da Arte Barroca em Portugal*, Lisboa, Editorial Presença 1989.
- FERREIRA-ALVES, Natália Marinho - *A arte da Talha no Porto na Época Barroca (Artistas e Clientela, Materiais e Técnica)*, vol. I, Porto, Câmara Municipal do Porto, «Documentos e Memórias para a História do Porto», vol. XLVII, 1989.
- *Talha*, in *Dicionário da Arte Barroca em Portugal*, Lisboa, Editorial Presença, 1989.
 - *O Santuário do Senhor de Perafita. Aspectos da Mentalidade Religiosa Popular na Segunda Metade do século XVIII*, Vila Real, Biblioteca e Arquivo Distrital, IPPC, 1987.
 - *Pulpito*, in *dicionário da Arte Barroca em Portugal*, Lisboa, Editorial Presença, 1989.
- FERRO, Xosé Ramon Mariño - *Las Romernias/Peregrinaciones y sus simbolos*, s/l, Edicions Xerais, 1987.
- FONSECA, João (João Mendes da Fonseca) - *Memória Chronológica dos prelados que tem existido na cathedral d'esta cidade de Lamego, desde o fim do quarto século*, Lisboa, na officina de António Rodrigues Galhando, 1789.
- FRUTUOSO, Gaspar - *Saudade da Terra (introdução e notas de Damião Peres)*, Lisboa, 1926.
- KUBLER, George - *A Forma e o Tempo*, Rolo e Filhos, Artes Gráficas, Lda., 1990.
- GANDI, Galli - *História da Igreja*, Lisboa, Edições Paulistas, 1963.
- GIL, Júlio - *As mais belas Igrejas de Portugal*, Lisboa, Editorial Verbo, 1988, vol. I.
- GOMES, Paulo Varela - *A Cultura Arquitectónica e Artística no século XVIII*, Lisboa, Editorial Caminho, AS, 1988.
- GONÇALVES, Flávio - *Um século de Arquitectura e Talha no Noroeste de Portugal (1750-1850)*, Porto, Separata do "Boletim Cultural da Câmara do Porto", Edições Maranus, 1969.
- *Arte Importada e Artistas Estrangeiros nos Portos de Entre Minho-e-Douro*, in "Revista Museu", Separata, 2ª série, nº 10, Porto, 1966, pp. 26-32.
- FEIO, Alberto - *Bom Jesus do Monte*, Braga, 1984.
- FERRÃO, Leonor - *Obelisco*, in *Dicionário da Arte Barroca em Portugal*, Lisboa, Editorial Presença, 1989.
- LEAL, Pinho - *Portugal Antigo e Moderno*, Lisboa, 1874, Tomo 4.

- LEITE, Ana Cristina - *Jardins*, in *Dicionário da Arte Barroca em Portugal*, Lisboa, Editorial Presença, 1989.
- LIMA, Maria Luísa Gonçalves Reis - *A Renovação Estética da Igreja do Bom Jesus do Monte na época Contemporânea*, Porto, 1996, Dissertação de Mestrado, 3 vols.
- MANDROUX, França Marie - Therèse - *De Nasoni a Soares: Les createurs du baroque portugais*, Paris, Plaisir de France, 1971.
 - *Informations Artistique et "mass-media" au XVIIe siècle: la diffusion de l'ornement gravé rococo au Portugal*, in "Bracara Augusta", Câmara Municipal de Braga, Tomo II, fasc. 64(76), vol. XXVIII, Braga 1973.
 - *L'image ornamentale et la littérature artistique importées du XVIe siècle: um patrimoine inconnu de Bibliothèques et Musées Portugais*, in "Boletim Cultural", Câmara Municipal do Porto, 2ª série, vol. I, Porto, 1983, pp. 143-206.
- MARTINS, Fausto Martuis - *Trono Eucarísticos do Retábulo Português, Origem, Função, Forma e Simbolismo*, in *Actas do I Congresso Internacional do Barroco*, vol. 2, Porto, Universidade do Porto, Governo Civil, 1991, pp. 17-58.
- MARRANA, José António - *História do Culto de Nossa Senhora dos Remédios em Lamego*, Porto, Oficinas Gráficas da Casa de Nun'Álvares, 1957.
- MASSARA, Mónica - *Santuário do Bom Jesus do Monte, Fenómeno tardo-barroco em Portugal*, Braga, Confraria do Bom Jesus do Monte, 1988.
- MATTOSO, José - *História de Portugal*, Lisboa, *Círculo de Leitores*, Lisboa, Printer Portuguesa Ind. Gráfica, 1993, vols. IV-V.
- NORBERG-SHULZ, Critien - *Arquitectura Barroca, Tardia y Rococó*, in *História Universal de la Arquitectura*, Madrid, Edições Aguilar, 1973.
- OLIVEIRA, Bacelar e - *O Santuário como estrutura divino-humana*, in *Actas do Congresso de Estudos, "Teologia do Santuário Mariano I, Sociedade Mariológica «Mater Ecclesiae»"*, Braga, 1965, vol. I, pp. 11-30.
- PIMENTEL, Alberto - *História do Culto de Nossa Senhora em Portugal*, Lisboa, Libânio e Companhia, 1900.
- PIMENTEL, António Filipe - *Arquitectura e Poder. O Real Edifício de Mafra*, Coimbra, Instituto de História da Arte, Faculdade de Letras, 1992.
 - *Escadaria*, in *Dicionário da Arte Barroca*, Lisboa, Editorial Presença, 1989.
- PASSOS, Carlos de - *Lamego na Arte Nacional*, Porto, Artes Gráficas, 1933.
- PEREIRA, José Fernandes - *Arquitectura Barroca em Portugal*, Amadora, Livraria Bertrand, 1986.
- PEREIRA, Paulo - *História da Arte Portuguesa*, Lisboa, *Círculo de Leitores e Autores*, 1995, vol. III.
- PINTOR, U. A. Bernardo - *Santuário da Senhora da Peneda, uma jóia do Minho*, Braga, Tipografia da Imprensa do Diário do Minho, Sucessora, 1976.
- POZZO, Andrea - *Perspectiva pictorum et architectorum*, Roma, ex-typographia Antoni de Rubeis, 1717-1723.
- REIS, Jacinto dos - *Invocação de Nossa Senhora em Portugal, d'Aquém e d'Além-Mar e seu padroado*, s/l., 1967.
- REIS, Sebastian Martins dos - *Culto e Santuários Marianos*, in *Actas do Congresso de Estudos "A teologia do Santuário Mariano I"*, Sociedade Mariológica «Mater Ecclesiae», Braga, 1965, vol. I.

- ROCHA, Manuel Joaquim Moreira da - *Manuel Fernandes da Silva, Mestre Arquitecto de Braga*, 1693-1751, Porto, 1995, Dissertação de Mestrado, 2 Vols..
- SALTEIRO, Ilídio - *Retábulo*, in *Dicionário da Arte Barroca*, Lisboa, Editorial Presença, 1989.
- SANTA MARIA, Frei Agostinho de - *Santuário Mariano*, Lisboa, Oficinas de António Peroso, Gabão, 1707-1723, 10 vols.
- SANTIAGO, Sebastian Lopez - *El Programa iconográfico de Congonhas do Campo, integration de Brasil em la espiritualidad de la contra reforma*, Santiago do Cacém, 1987.
- SERLIO, Sebastiano - *Tutte l'opera d'architettura*, Ed. Italiana, 1554-1561. Tercero y Quarto Libro de Architectura, tradução espanhola de Villalpando, Toledo, 1552. (Ed. Facsimilada), Editorial Alta Fulla, Barcelona, 1990).
- SILVA, Jorge Henrique Pais da - *Páginas de História da Arte*, Lisboa, Editorial Estampa, 1993, 2 vols.
- SILVA, Luís Augusto Rebelo da - *Corpo Diplomático*, Lisboa, Typographia da Academia das Sciencias, 1842-1848, Tomo I, VII e XI.
- SMITH, Robert - *A Talha em Portugal*, Lisboa, Livros Horizontes, 1963.
 - *Frei José de Santo António Ferreira Vilaça, escultor beneditino do século XVIII*, Lisboa, Ed. Fundação Calouste Gulbenkian, 1972, 2 vols.
 - *Três artistas de Braga*, Separata da Revista "Bracara Augusta", vol. XXVIII, 65-66 (77-78), 1974, pp. 4-42.
 - *Nicolau Nasoni, arquitecto da cidade do Porto*, Lisboa, 1966. - *André Soares, Arquitecto do Minho*, Lisboa, Livros Horizonte, 1973.
 - *Três estudos bracarenses*, Braga, Livraria Cruz, 1972.
- PORTOGHESE, Paolo - *Roma Barroca*, Bari, 1974.
- TAPIÉ, Vitor - *Barroco e Classicismo*, Lisboa, Editorial Presença, 1974, 2 vols.
- URRERA, J. R. Otero, E. Valdivieso - *El Barroco y el Rococó*, Espanha, Editorial Alhambra, 1980.
- VITERBO, Francisco Marques de Sousa - *Dicionário dos Arquitectos, engenheiros e construtores portugueses ou ao serviço de Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1899-1922, 3 vols.
- VITERBO, Joaquim de Santa Rosa - *Provas e Apontamentos da História de Portugal*, Tomo I, s/d. *Elucidário (...)*, 1798-1799, ed. Crítica de Mário Fiúza, vol. II.
- WEISBACH, Werner - *El Barroco, Arte de la Contra-Reforma*, Madrid, Espasa, Calpe, 1942.
- WILFRIED KOCH - *Estilos de Arquitectura*, 1-2, Lisboa, Editorial Presença, 1993.
- WITTKOWER, Rudolf - *Arte y Arquitectura em Itália*, 1600-1750, Madrid, Ediciones Cátedra, 1979.
- ZEVI, Bruno - *Saber ler Arquitectura*, Lisboa, Arcádia, s/d.

